

Flávia Cristina Leão Soares

LAVOURAS COMUNITÁRIAS:
ANÁLISE DE UM PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE SENHORA DOS REMÉDIOS, MG, BRASIL.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Aparecida dos Santos Tubaldini.

Co-orientador: Prof. Dr. José Antônio Souza de Deus.

Belo Horizonte
Departamento de Geografia da UFMG
2008

*Dedico este trabalho aos meu três irmãos: Lucas, Gustavo e Estevão,
que são o meu maior tesouro.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ser a minha força;
Minha mãe, pois onde estiver sei que torce por mim;
Lucas, por toda ajuda, companheirismo e amizade;
Gustavo, pela força e apoio;
Estêvão, Inês, Heloísa e Flávio Leão, Cida Araújo e amigos, pela torcida;
Prof^a Maria Aparecida Tubaldini e Prof. José Antônio de Deus, pela orientação,
paciência e amizade;
Denise Bicalho, pela compreensão, Lúcio, Mari e Bel, pelo carinho;
À EMATER-MG, por ter me propiciado nos anos em que lá trabalhei a
oportunidade de aprender muito e conhecer este Programa e o município de
Senhora dos Remédios e, às pessoas: Ilmo. Presidente Sr. José Silva Soares,
Maurício Fernandes, Paulo Roberto Rodrigues e Ronaldo Venga;
À Prefeitura Municipal de Senhora dos Remédios;
Sr. João Paulo Ferreira e Família, especialmente D. Magna, Soninha e Pedro;
Raiane, Tiago e Bruno, pelo apoio operacional e técnico;
Padre Mauro;
Parceiros e líderes das comunidades rurais e população de Senhora dos
Remédios pela receptividade, carinho e atenção.

Ó Virgem bendita,

Nós Vos louvamos, sob o título, para nós tão querido, de Nossa Senhora dos Remédios.

Cada um de nós, confessa que é um doente da alma, mas, ao mesmo tempo, cada um de nós reconhece também que Vós nos deste Cristo, Remédio Universal para todo o pecado do mundo. Por isso, prostrados aos Vossos pés, suplicamos ardentemente que, pela Vossa intercessão, nos sejam aplicados os méritos infinitos da Redenção.

Confiamos na Vossa onipotência suplicante, pois sabemos que o Senhor pôs em Vossas mãos a distribuição dos favores celestes.

Dizei-lhe, como Maria de Betânia, que está doente aquele a quem tanto ama. Fazei descer sobre nós a graça divina, suficiente a cada estado de vida, e movei-nos a torná-la eficaz pela nossa fiel correspondência.

Tirai, Senhora, tirai deste tesouro inesgotável, que é o Coração do Vosso Filho, esta graça que com particular fervor Vos pedimos. Dai-nos que perseveremos docilmente, e até à morte, no Vosso amor e no do Vosso Filho Jesus, que com o Pai e o Espírito Santo vive e reina por todos os séculos.

Assim seja.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	Objetivos da pesquisa	16
1.1.1	Objetivos Gerais	16
1.1.2	Objetivos Específicos	16
1.2	Hipóteses e questões norteadoras da pesquisa	17
2	ASPECTOS TEÓRICOS	19
2.1	Camponeses, agricultores familiares e comunidades rurais	19
2.1.1	Camponeses	20
2.1.2.	Agricultores familiares	26
2.1.3	Comunidades rurais	29
2.2	A dimensão da cultura.....	32
2.2.1	As paisagens culturais e a dinâmica dos espaços.....	37
2.3	Desenvolvimento rural sustentável.....	43
2.3.1	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Plano Municipal de Desenvolvimento Rural	50
2.4	Políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local.....	51
2.4.1	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.....	52
2.5	Reflexões sobre economia solidária.....	54
3	METODOLOGIA.....	57
3.1	Os instrumentos da coleta de dados	61
3.2	Amostragem Espacial	62
4	O MUNICÍPIO DE SENHORA DOS REMÉDIOS.....	64
4.1	A história remediense	64
4.2	Características gerais do município	68
4.2.1	Localização	68
4.2.2	Características físicas	70

4.2.3	Organização administrativa e de serviços	74
4.2.4	População	75
4.2.5	Estrutura fundiária	80
4.2.6	Economia	83
4.3	A importância das comunidades rurais em Senhora dos Remédios.....	85
4.4	Um lugar chamado Remédios.....	86
5	O PROGRAMA LAVOURAS COMUNITÁRIAS	93
5.1	Antecedentes históricos.....	93
5.2	O êxodo rural e a migração sazonal em Senhora dos Remédios...	95
5.3	Organização e evolução	98
5.4	O perfil das comunidades rurais onde o programa acontece	111
5.5	As comunidades selecionadas e suas particularidades.....	116
5.5.1	Comunidade da Mutuquinha	116
5.5.2	Comunidade de Senra	123
5.5.3	Comunidade de Tenda	128
5.5.4	Comunidade de Tigre	134
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
7	REFERÊNCIAS	150
	APÊNDICE	157

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Pedra Menina.....	65
Figura 2 - Planta Cadastral do Distrito Sede, sem escala	69
Figura 3 - Relevo de Remédios, visto da Serra do Pião	70
Figura 4 - Relevo montanhoso com grande nebulosidade, paisagem típica do clima tropical de altitude	71
Figura 5 - Nichos de vegetação de Araucárias nas áreas serranas	72
Figura 6 - Várzea na região da Mutuquinha	73
Figura 7 - Gado de leite, Comunidade da Mutuquinha	84
Figura 8 - Igreja na comunidade de Córrego dos Alves	86
Figura 9 - Cavalhadas	89
Figura 10 - Exposição de gado leiteiro, julho de 2007.....	90
Figura 11 - Festa da Padroeira, setembro de 2007.....	90
Figura 12 - Procissão na festa de N. Sr ^a do Carmo, julho de 2007.....	91
Figura 13 - Estrada para a comunidade de Mutuquinha	116
Figura 14 - Ponte sobre o Ribeirão da Mutuquinha	117
Figura 15 - Resfriador de leite da comunidade	119
Figura 16 - Terra das lavouras comunitárias, julho de 2007.....	121
Figura 17 - Plantio de milho nas lavouras comunitárias, novembro de 2007 ..	121
Figura 18 - Vista parcial do aglomerado rural na comunidade de Senra	123
Figura 19 - Lavoura Comunitária, Senra, julho de 2007.....	125
Figura 20 - Vista parcial da comunidade de Tenda	128
Figura 21 - Casa em condição de risco.....	130
Figura 22 - Horta em propriedade de parceiro	131
Figura 23 - Lixo jogado em propriedade, próximo a um córrego	132
Figura 24 - Vista parcial da comunidade de Tigre	134
Figura 25 - Brejo próximo à lavoura comunitária.....	136
Figura 26 - Nascente protegida próximo às lavouras comunitárias	137
Figura 27 - Lavoura Comunitária, julho de 2007.....	138
Figura 28 - Plantio de milho nas lavouras comunitárias, novembro	

	de 2007.....	139
Gráfico 1 -	População residente em Senhora dos Remédios, segundo local de domicílio	76
Gráfico 2 -	Situação de domicílio por sexo, da população de Senhora dos Remédios nos anos de 1970,1980,1991,2000.....	77
Gráfico 3 -	Distribuição da população de Senhora dos Remédios, por faixa etária, em valores percentuais.....	78
Gráfico 4 -	Distribuição da população por cor, em valores percentuais	78
Gráfico 5 -	Taxa de escolarização por faixa etária, em valores percentuais..	79
Gráfico 6 -	Grupo de área total, segundo as mesoregiões, Micro regiões e município para o município de Senhora dos Remédios.....	80
Gráfico 7 -	Quantidade de agricultores por condição de trabalho do produtor rural	81
Gráfico 8 -	Utilização das terras por número de estabelecimentos Agropecuários.....	82
Gráfico 9 -	Número de comunidades participantes por ano agrícola.....	106
Gráfico 10 -	Produção total de milho por ano agrícola.....	109
Mapa 1 -	Acesso ao município de Senhora dos Remédios	63
Mapa 2 -	Comunidades participantes do programa Lavouras Comunitárias, 1997.....	104
Mapa 3 -	Comunidades participantes do programa Lavouras Comunitárias, 2001/2002.....	105
Mapa 4 -	Comunidades participantes do programa Lavouras Comunitárias, 2006/2007.....	108
Quadro 1 -	Dinâmica do programa Lavouras Comunitárias	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número e área dos estabelecimentos agrícolas, segundo as mesorregiões, microrregiões e Municípios, para o município de Senhora dos Remédios.....	81
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CMDR	- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CMMAD	- Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
ECO 92	- Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
EMATER	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LEADER	- Programa da Política Agrícola Comum da União Europeia
MAA	- Ministério da Agricultura e do Abastecimento
ONG's	- Organizações não Governamentais
PIB	- Produto Interno Bruto
PMDR	- Plano Municipal de Desenvolvimento Rural
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RIO + 10	- Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

RESUMO

As Lavouras Comunitárias, programa criado e desenvolvido em Senhora dos Remédios no ano de 1996, tem como sujeitos os agricultores familiares e camponeses do município e como espaço de reprodução as comunidades rurais locais. O objetivo do programa é executar o desenvolvimento rural local sustentável sob seus diversos aspectos. Sua realização acontece dentro de uma dinâmica própria e de critérios específicos: possui como parceiros institucionais a Prefeitura Municipal e a Empresa de Assistência e Extensão Rural – EMATER/MG, bem como os parceiros agricultores familiares e camponeses. Embasado nos preceitos da economia solidária, tem como finalidade criar melhores condições de vida para a população das comunidades selecionadas e para os parceiros, com o intuito de se tornar um programa piloto para todo o Estado. As características sociais, econômicas, ambientais e culturais, também são analisadas de forma diferenciada nesta pesquisa, pelo fato de influenciarem as relações entre as pessoas e o meio. A dinâmica destas características constitui a base do estudo, e as relações socioculturais que se procedem entre camponeses e agricultores familiares apontam a importância destas relações no espaço de estudo e se tornam um componente diferencial por interferirem na realização e continuidade do programa. Apesar de sua finalidade ser o desenvolvimento rural sustentável, as lavouras comunitárias apresentam problemas que colocam suas metas em questionamento, como por exemplo a forma de gestão centralizada, a pouca autonomia aos parceiros, ou práticas ambientais mais sustentáveis. Entende-se que este constitui um programa para aliviar tensão sobre a terra e minimizar a necessidade básica de alimentação dos agricultores parceiros. Quanto aos resultados, na proposta de desenvolvimento rural sustentável ainda podem ser ampliadas concretizações e realizações, o que acarretaria vigor ao Programa no cumprimento de seus propósitos.

Palavras-chave: Agricultura familiar, comunidades rurais, economia solidária, desenvolvimento rural local sustentável.

ABSTRACT

The *Lavouras Comunitárias* (Community cultivation), project created and developed in Senhora dos Remédios in 1996, has as subject family agriculturalists and peasants from the town and, as reproduction area, the local rural communities. The objective this program is made the all types of local sustainable rural development. The *Lavouras Comunitárias* project takes place within its inherent dynamism and selective criteria, and has as institutional partners the city hall administration and the Company of Country Assistance and Development – EMATER/MG, and the family agriculturalists and peasants partners. Principles of social economy are adopted, aiming at creating better life conditions for the population of selected communities - the partners a pilot project for the whole state of Minas Gerais in Brazil. The social, economical, environmental and cultural characteristics are also analyzed in a different way, due to the fact that they influence the relations between the people and the medium. The dynamism of those characteristics constitutes the basis for the research, and the socio-cultural relations which occur between the peasants and familiar agriculturalists point to the importance of those relations in the spectrum of study, and become a different component for interfering in the conduct and continuity of the project. Although the sustainable rural development finality, the *Lavouras Comunitárias* present something problems, put the objectives in check, for example the centralize administration, little autonomy oh the partners or most ambiental and sustainable pratics. This program appoint for mitigate the tension about the land and reduce the basic food necessity for farmers partners. About the results, in sustainable rural development proposes, can still amplify concreteness and realizations, what made more vigorous for the program about your proposes.

Key words: family agriculture, rural communities, social economy, local sustainable rural development.

1 Introdução

O Brasil passou por um processo de transformação do seu espaço agrário, buscando o denominado desenvolvimento rural, desde o final da década de 60. Após uma sucessão de fatos, o Governo Federal resolveu “crescer” a área agrícola do país, introduzindo, no meio rural, inovações tecnológicas através da assistência especializada, novas técnicas de produção e linhas de crédito. Estas transformações, oriundas da revolução verde, culminaram na chamada “modernização agrícola” do país, modernização esta que, por ser seletiva, não atingiu a totalidade dos produtores¹.

A ressonância deste processo repercutiu de forma direta e incisiva (econômica, social e politicamente) na vida dos agricultores familiares e camponeses. O processo amplo em que a modernização se insere, é o modelo urbano-industrial brasileiro, para o qual a agricultura tem papel de ser produtora de alimentos, suprir a demanda da agroindústria e de fornecer mão-de-obra². A expansão da fronteira agrícola é consequência da ampliação de área plantada com produtos de exportação e da entrada de capital via crédito.

Como reflexo de todo este processo de transformação, o espaço rural se modifica e surgem consequências sociais como o êxodo rural, o desemprego e a criação de novas modalidades de emprego no campo (trabalhadores diaristas e trabalhadores “bóias-frias”), e a desestruturação de muitas comunidades rurais e de sua população, que se via obrigada a procurar empregos em outros lugares, na maioria das vezes, abandonando ou sendo expropriado da sua terra. Concomitantemente, ocorre ainda o início de um processo de degradação

¹Segundo Romeiro (1998, p.255), a “revolução verde”, embora tenha através das tecnologias aumentado a produtividade, provocou também o agravamento das condições de vida de parcelas importantes da população, seja pelo fato da pouca disponibilidade de recursos necessários a investimentos, seja pelo fato de provocar uma desarticulação de sistemas produtivos tradicionais que já possuíam uma lógica agrônômica e econômica eficientes, adaptadas aos recursos locais. Para este autor “[...] a estratégia correta teria sido uma transformação progressiva destes sistemas, procurando levar em conta a racionalidade dessas práticas tradicionais a partir de uma base mais avançada de conhecimentos científicos e tecnológicos”.

²Tubaldini, Maria Aparecida dos Santos. Caracterização da Agricultura Mineira e a Ação do Estado - Um Estudo Exploratório – 1970/1980 tese de Doutorado. UNESP /Rio Claro. SP.

ambiental, em decorrência do uso excessivo de agrotóxicos, insumos químicos, práticas agrícolas inadequadas aos solos tropicais e desmatamentos, o que ocasionou perdas de solo e assoreamento de córregos e rios.

Dando seqüência ao processo histórico relatado, ocorre a implantação do estatuto do trabalhador rural³, instrumento criado para ser um benefício ao trabalhador rural brasileiro, mas que se reverteu em um movimento de saída: para os empregadores, significou maiores custos na produção, porém, para a maioria dos agricultores, ela ocasionou dependência, ora dos governos e de suas ações no campo, ora das contratações sazonais que, desde então, tem sido temporárias, acontecendo principalmente nas épocas de maior necessidade, geralmente na capina, no plantio e na colheita. A relação trabalho – terra – capital, em função das desigualdades passa a constituir uma causa da migração⁴.

Logo após a modernização agrícola, em meados de 70, em função do elevado desemprego no campo, são introduzidas no Brasil as cooperativas⁵, mecanismo introduzido através de políticas públicas locais e regionais ligadas à migração dirigida, como forma de agregar produções. Porém, efeitos da revolução verde, como impactos sociais e ambientais, somados à crise do capitalismo e do produtivismo, foram responsáveis pela busca de respostas à crise do campo, entre elas os movimentos ambientalistas, a criação de movimentos sociais, e a busca por políticas públicas voltadas ao setor agrícola.

Dotada de dinamismo e capacidade de adaptação, a economia solidária⁶ foi se expandindo e se adequando à nossa realidade, tendo como princípios norteadores o predomínio da igualdade e cooperação, da busca por interesses coletivos e não

³ Em 1963 foi outorgada a Lei 4214, que trata das disposições acerca do trabalhador rural, de forma a lhe conceder garantias trabalhistas como, por exemplo, carteira de trabalho e férias remuneradas. A partir da criação desta lei, as propriedades e empresas rurais tiveram que reformular a dinâmica empresarial, reduzindo assim o quadro de pessoal, principalmente em função dos encargos trabalhistas.

⁴ Segundo ACCARINI (1987, p.200), ao chegar às cidades, muitos trabalhadores se fixam de modo precário em sua periferia, onde passam a engrossar as fileiras de desempregados e marginalizados ou a dedicar-se a atividades informais e, não raro, a sobreviver de meros expedientes.

⁵ Segundo VEIGA, FONSECA, (2001, p.17) as cooperativas compreendem um “[...] sistema que propicia o desenvolvimento integral do indivíduo por meio do coletivo” e são fundamentadas nos preceitos da economia solidária.

⁶ De acordo com Singer, o conceito de economia solidária chega ao Brasil no começo do século XX, trazido por imigrantes europeus (2002, p.122).

mais individuais. De acordo com Singer (2002, p.114), “A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras, etc., uma *vida* melhor”.

A partir do final de 1985, o governo brasileiro resolveu implantar, no território nacional, programas que buscassem auxiliar na permanência do homem do campo na terra, utilizando para isto de diversos instrumentos institucionais, entre eles o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar⁷.

As organizações não governamentais – ONG’s – constituíram um instrumento da economia solidária capaz de trazer suporte às mudanças que se apresentavam neste cenário, com a finalidade de minimizar os efeitos negativos sociais e de pobreza no campo (através de ações solidárias) e de, introduzir práticas alternativas na agricultura, embasadas em conceitos sustentáveis de produção, como a agroecologia⁸.

Com isso, o paradigma do desenvolvimento rural sustentável foi ganhando corpo na avaliação dos projetos agrários pelo fato de eleger critérios de promoção da sustentabilidade ambiental, social e cultural. Na busca por resolver problemas estruturais do homem do campo, foi criado, em Senhora dos Remédios, o Programa Lavouras Comunitárias⁹, embasado nos conceitos de sustentabilidade e economia solidária e, em metodologias de trabalho participativo, com suporte e participação do programa PRONAF¹⁰ Infra-estrutura.

⁷ De acordo com ACCARINI (1987), o governo pode formular e por em prática um elenco de distintos instrumentos de política, para alterar a realidade socioeconômica no meio rural [...] através de medidas direcionadas ao uso produtivo da terra agricultável e ao emprego de tecnologias mais eficientes de produção e de comercialização.

⁸ “[...] aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis” onde conhecimentos e metodologias são usados para “[...] desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável” (GLIESSMAN, 2001, p.54).

⁹ Programa destinado ao homem do campo, criado e implantado na gestão do prefeito José Francisco Milagres (1996) e que teve como parceiros a EMATER-MG e o Sindicato Rural Local.

¹⁰ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

1.1 Os Objetivos da pesquisa

1.1.1 Objetivos Gerais

O objetivo principal desta pesquisa é realizar uma análise acerca da organização/evolução da produção familiar e camponesa nas comunidades contempladas pelo Programa Lavouras Comunitárias, no município de Senhora dos Remédios/MG, no período de 1998 – 2007. Serão utilizados nesta análise a investigação da evolução e dos resultados do programa nas comunidades municipais, inclusive as alterações e melhorias ocorridas na qualidade de vida dos agricultores (as) familiares e camponeses participantes. Ainda serão estudados os elementos sócio-culturais, sócio-econômicos e ambientais das unidades de produção familiar¹¹, através da ótica do desenvolvimento rural local sustentável.

Um instrumento fundamental nesta pesquisa é o entendimento acerca das relações entre os agricultores familiares, parceiros, e sua relação com seu espaço de vivência e com os demais atores sociais.

1.1.2 Objetivos Específicos

De maneira a dar suporte ao objetivo principal desta pesquisa, faz-se necessário o detalhamento dos objetivos específicos, analisados a partir do referencial teórico citado posteriormente, sendo eles:

- A) Avaliar, ao longo do período de existência do programa (1996-2007), sua organização; os espaços agrícolas de parceria trabalhados e as

¹¹ O espaço de moradia familiar está dissociado do espaço de produção e trabalho, pois elas são espacialmente descontinuas.

comunidades onde ele acontece; os processos e a dinâmica da inserção e manutenção de cultivos de feijão e milho, além dos seus resultados de produção e produtividade; a ressonância do programa na vida dos agricultores familiares, nas comunidades rurais e, conseqüentemente, na economia local.

- B) Conhecer a dinâmica ocorrida nas comunidades contempladas de acordo com a evolução do programa Lavouras Comunitárias através da identificação, análise e contextualização do perfil das famílias participantes, partindo da compreensão da sua organização interna e da importância de elementos sociais, econômicos e culturais neste processo.
- C) Analisar as paisagens culturais através do olhar teórico dos costumes, tradições, sentimentos topofílicos, adotando uma ótica mais ampla para o município como um todo, e mais direcionada nas comunidades selecionadas para a pesquisa.
- D) Sugerir, novas ações com base nas metas do programa, ou seja, o desenvolvimento rural sustentável nas diferentes comunidades rurais participantes, após identificação dos resultados já efetivos.

1.2 Hipóteses e questões norteadoras da pesquisa.

Esta pesquisa foi norteadora por algumas questões e hipóteses sobre o tema. Dentre as perguntas às quais se agregam aos objetivos gerais e específicos destacam-se as seguintes:

- A) A busca de melhorias locais (infra-estrutura de água, esgoto, estradas, transporte e escolas nas sedes das comunidades) e a prestação de assistência técnica para a produção de culturas alimentares, buscando o aumento dos ganhos monetários através dos cultivos e a melhoria das

condições de vida dos agricultores familiares e camponeses parceiros são suficientes para a continuidade do Programa Lavouras Comunitárias?

- B) O programa Lavouras Comunitárias contempla critérios ambientais, sociais e culturais, necessários ao desenvolvimento rural local sustentável, ao longo do período de sua existência?
- C) Os cuidados com o meio ambiente e com o “ser humano”, bem como a preservação da cultura local, são preocupações atuais deste Programa?

Algumas hipóteses sobre as Lavouras Comunitárias aguçaram a busca por sua veracidade ou ocorrência, sendo elas:

- A) A organização do projeto buscou soluções para sanar o empobrecimento da população das comunidades rurais sem terra como alternativas de sobrevivência.
- B) A modernização agrícola, fenômeno conhecido também como revolução verde, ocorrido na década de 70, ocasionou alterações na vida dos agricultores familiares e camponeses sendo: mecanização da produção, expropriação, dificuldade de acesso a terra e financiamentos, entre outros, trazendo mudanças na dinâmica do trabalho familiar e da própria estrutura da família dos parceiros do programa Lavouras Comunitárias.
- C) A maioria dos atores e da população rural parceira do Programa Lavouras Comunitárias tem introjetado dentro de si um sentimento de identidade, de amor e apego, tanto em relação ao município, como em relação a terra e à comunidade em que vivem, e isto tem garantido a sobrevivência desta população e a busca de melhorias para o grupo aonde se inserem.
- D) A cultura local constitui um vetor de conservação e continuidade da agricultura familiar, ao mesmo tempo em que leva novos direcionamentos e possibilidades ao município e sua população.

2 Aspectos Teóricos

O referencial teórico norteador desta pesquisa diz respeito a conceitos fundamentais para estudos da geografia agrária, sendo eles: o homem do campo (camponeses e agricultores familiares) e o local onde vive (o meio rural, com enfoque nas comunidades rurais). Estes temas são responsáveis pela sustentabilidade dos assuntos trabalhados, incluindo o local de reprodução do programa e seus atores sociais.

O desenvolvimento sustentável e suas aplicações, também constituem um marco teórico a ser estudado como base de análise de parâmetros sócio-culturais¹², sócio-econômicos, e sócio-ambientais no espaço rural, juntamente com as políticas públicas utilizadas no município e a economia solidária - meta para concretização de resultados.

2.1 Camponeses, agricultores familiares e comunidades rurais

A atividade agrícola sempre desempenhou um papel de relevância em nossa sociedade, talvez pelo fato de ter sido o primeiro elemento fixador da população no *lócus*. Ao longo da história, sofreu modificações em função de uma série de fatores como os de ordem física (clima, relevo, tipo de solos), de ordem humana (contingente populacional local, políticas, ocupações), entre outros. Entretanto, em todos os tempos, a agricultura não representou somente uma atividade produtiva ou a produção de determinados itens do gênero alimentício, ela também teve uma importância subjetiva, sendo o “elo” de ligação do homem com a terra, com a “Mãe-Terra”.

A partir da agricultura o homem passou a transformar o meio em que vive, pois, a agricultura é um instrumento que

¹² Os aspectos socioculturais merecem destaque nesta pesquisa, em função da sua importância no processo do desenvolvimento sustentável – implantação e continuidade – dentro das comunidades locais.

[...] abarca esforços produtivos, mediante os quais o homem sedentário trata de aproveitar, e se possível, melhorar e acelerar o ciclo vegetativo natural das plantas e animais, a fim de obter os produtos vegetais e animais necessários ao homem ou desejados por ele (ZIMMERMANN *apud* DINIZ, 1998).

Logo, o homem que trabalha no meio rural e modifica a terra e a paisagem através de suas atividades, depende de uma unidade profunda com a natureza, uma compreensão que vem da vivência e que transforma não só o seu trabalho e sua vida, mas também sua postura e mentalidade. Conforme explica Junges (2004, p. 77), a “[...] sobrevivência natural e cultural dos seres humanos depende do equilíbrio das condições bioéticas e sociais do seu entorno”, o que define a importância das práticas agrícolas para as civilizações humanas.

Partindo deste ponto, propõe-se aqui a discussão dos conceitos e análises acerca do camponês e da sua diferenciação para o pequeno produtor, correlacionadas às definições de agricultor familiar, utilizando-se de estudos teóricos como sustentação a esta pesquisa.

2.1.1 Camponeses

Camponês, enquanto vocábulo da língua portuguesa significa aquele que trabalha a terra, agricultor¹³. No Brasil, este personagem aparece após a abolição da escravatura, com reprodução e ocorrência no interior das grandes propriedades, geralmente em seus limites.

Diversos pesquisadores dedicaram e dedicam seus trabalhos ao estudo deste sujeito tão simples e, ao mesmo tempo, tão complexo. Dentre eles, Chayanov, Mendras, Wolf e Moura que, a partir de observações em períodos e locais distintos, conseguiram ampliar o leque de conhecimentos sobre o camponês.

¹³ RIOS, Dermival. 2004.

Um dos grandes estudiosos deste sujeito foi Alexander Chayanov, pesquisador que se dedicou a analisar os pequenos produtores russos, antes da revolução russa. Ele atribui o conceito de camponês partindo da unidade de produção camponesa, adotando como referencial principal a família camponesa. Segundo o autor, o camponês constitui um “[...] sujeito que ao mesmo tempo é obreiro e empresário, e que possui sua motivação de trabalho na unidade econômica familiar” (1974, p.34).

A família desempenha um papel muito importante, tanto em relação ao trabalho propriamente dito, como quando se analisa a unidade econômica de exploração. Segundo o autor, a família compreende basicamente um casal que vive com seus descendentes e com os representantes anciãos da geração anterior¹⁴, logo, a família camponesa seria aquela em que os integrantes da unidade praticam uma economia centrada na família, sendo ao mesmo tempo produtores e consumidores, dependendo somente de seu trabalho para a sobrevivência.

No entendimento de Chayanov (1974), na família, enquanto unidade econômica ocorre mudanças de papéis ao longo dos anos em função de alterações etárias no seu cerne, gerando variações nas funções dos indivíduos com relação ao binômio consumo/trabalho, em cada fase do desenvolvimento familiar¹⁵. A composição e o tamanho da família definem a força de trabalho, o grau das atividades, seu consumo, sua garantia de reprodução, os limites das atividades econômicas entre outros, porém, é o volume de atividades agrícolas que determina a composição da família, ou seja, o camponês adquire uma família que lhe garanta segurança material.

Mendras (1978), em sua busca pela definição do camponês, sugere que, para se entender o significado de camponês, é necessário desvendar o elo entre o

¹⁴ CHAYANOV, 1974, p. 49.

¹⁵ Para o autor, existe uma relação bem definida entre demografia, trabalho e consumo na família: quando os filhos são pequenos e ainda não estão em idade de trabalho, há uma proporção desigual entre consumo e trabalho: o consumo é maior, e o número de pessoas que trabalham é menor. Com o crescimento dos filhos, esta proporção vai se alterando, pois o número de pessoas que trabalham na família aumenta, e o consumo se mantém, e mais tarde, com o envelhecimento dos pais, há um grande número de trabalhadores na família, o que resulta em um ciclo de cooperação de trabalho, onde todos são parte integrante e fundamental, exercendo cada um a seu tempo, sua função.

sujeito e sua família, já que o trabalho gera os itens de consumo destes, o que caracteriza a agricultura camponesa como de subsistência¹⁶, sem excedentes para comercialização; apenas, e no máximo, um excedente mínimo para realização de trocas. Conforme esclarece Carneiro (1998, p. 8-9),

A qualidade das relações sociais que são integradas pela família camponesa é muito diversa, mas é nos domínios do parentesco e do trabalho que se encontram os dois principais sistemas de relações que articulam e estruturam os indivíduos na família e na sociedade. Laços de descendência e de aliança conformam uma unidade de parentesco que constitui também uma unidade de produção. A família é, no entanto, espaço de produção e de reprodução de valores cujos significados ultrapassam a lógica do parentesco e a racionalidade econômica.

Na mesma linha de raciocínio, Moura descreve o camponês como “[...] pequeno produtor, como cultivador de pequenas extensões de terra, às quais controla diretamente com sua família”, ou ainda como “[...] cultivador que, através do seu trabalho e do de sua família, se dedica a plantar e transferir os excedentes de suas colheitas aos que não trabalham a terra” (1986, p. 12-13).

Outro prisma para o entendimento das características definidoras do perfil do camponês é apresentada por Shanin (1980, p.50), e nos remete à importância da propriedade rural, já que esta compreende a unidade básica da sua organização econômica e social. Alguns fatores relevantes devem ser observados, entre eles a agricultura ser sua principal fonte de sobrevivência; a vivência em aldeias, o fato de possuir cultura específica no interior de pequenas comunidades rurais e a vivência de uma situação oprimida, de modo geral¹⁷. Atualmente ele faz a

¹⁶ A agricultura de subsistência, também chamada agricultura alimentar, de auto-consumo ou de auto-abastecimento, é aquela onde a produção é praticamente toda voltada ao consumo, já que é pequena. Os indivíduos que a praticam são agricultores familiares, que em grande parte, não contando com recursos suficientes para sua reprodução na agricultura, necessitam buscar ocupação fora da lavoura para complementação de renda.

¹⁷ Shanin é um estudioso do tema camponês do século XX, mas que utilizou em suas pesquisas embasamento e comparativo a partir dos estudos de Kautsky e Chayanov, realizados na Rússia pós-revolução, no século XIX.

colocação da importância da solidariedade entre os camponeses na Rússia atual e que se repete em outras partes da Terra¹⁸.

Mendras¹⁹, citado por Lamarche (1993), apresenta a organização em sociedade deste sujeito definida por alguns aspectos peculiares, entre eles, a autonomia relativa em relação à sociedade como um todo; a importância estrutural do grupo doméstico; um sistema econômico de autarquia relativa; uma sociedade de inter-relacionamentos e a função decisiva das personalidades de prestígio que estabelecem uma ligação entre a sociedade local e a sociedade geral.

Ainda deve-se acrescentar a estas características o fato de pelo menos metade da população ser agrícola e mais da metade da população ativa trabalhar na agricultura de cidades e na divisão entre a cidade e a zona rural, além da influência sofrida com os impactos do poder do Estado, que culminam numa simultaneidade política, econômica, social e cultural (THORNER *apud* LOVISOLO, 1989, p.180).

Diferenciando-se dos demais agricultores, o camponês apresenta produção abaixo do mínimo calórico ou, caso ocorra, a produção dentro do valor de 3000 calorias/dia²⁰, ou um pequeno excedente que garanta sua manutenção; existência de fundo de aluguel²¹; integração em uma sociedade com um Estado onde este indivíduo é submetido às determinações dos detentores de poder que, normalmente, não se encaixam em seu perfil; e capacidade de ser ao mesmo tempo um agente econômico e o chefe de família²².

Essas características citadas por Wolf (1976) ampliam o entendimento referente à distinção entre camponeses e agricultores familiares, pelo fato de os

¹⁸ Palestra de Shanin transcrita do Encontro Internacional de Geografia Agrária – Londrina, 2007.

¹⁹ MENDRAS, Henri. Sociedades Camponesas, 1974.

²⁰ Segundo Wolf, o mínimo calórico é a alimentação necessária diária para manter a vida de um ser humano, ou seja, “[...] consumo diário de calorias alimentares exigidas para compensar o desgaste de energia que o homem despense em seu rendimento diário de trabalho” (1976, p.17). Logo, seria necessário que além do mínimo diário, o produtor conseguisse obter excedentes, para sua manutenção.

²¹ O fundo de aluguel é o que distingue o camponês de um cultivador primitivo, pois compreende um “[...] ônus pago mediante exigências que não vieram de seu trabalho na terra, e que pode ser resgatado em trabalho, bens ou dinheiro” (WOLF, 1976, p.24). Para sua existência é necessária a ocorrência de relações de poder, onde há um pagamento pela utilização da terra.

²² WOLF, 1976, p. 24-28.

camponeses viverem em condições de maior subjugação às influências externas, principalmente pela precariedade da produção, do trabalho e de rendimentos.

O trabalho camponês apresenta características bem peculiares a sua existência. Como já foi visto anteriormente, a propriedade rural familiar é a unidade básica da organização econômica e social, e a agricultura é a principal fonte para sua sobrevivência; a vida pode ocorrer em aldeias ou comunidades rurais, o que tem como resultante uma cultura bem específica e peculiar; há a existência de parcerias e ajuda mútua entre estes agricultores, já que sua situação econômica é oprimida; e na maioria dos casos, ocorre exploração e dominação por forças poderosas. Pode haver o trabalho esporádico assalariado em casos onde o camponês fará uma segunda jornada ou, quando necessite contratar trabalhadores, geralmente vizinhos, para auxiliar em épocas específicas como a da colheita (LAMARCHE, 1993). Existe ainda a possibilidade de realização de atividades de mutirão, que consistem em uma

[...] reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram (CANDIDO, 1998, p. 68).

O trabalho é uma atividade realizada para a satisfação de suas necessidades, a partir de tarefas árduas e intensas, utilizando da força fixa de trabalho²³. A vontade deste sujeito de ter um sistema diferenciado de salário é que faz com que ele determine o tempo e a intensidade deste trabalho.

Já Chayanov (1974), observou nas questões referentes ao trabalho, a importância da sazonalidade no processo produtivo do camponês, principalmente

²³ Centrada na família (WOLF, 1976).

com relação à produtividade (rendimento/área) e pelo fato da sua remuneração ser anual. Por isso,

[...] as diferenças nas remunerações anuais dos trabalhadores dependem dos fatores que determinam sua produtividade anual. Por um lado está o grau de intensidade de seu trabalho anual, a quantidade de energia que o trabalhador camponês pode ou quer gastar no trabalho ao longo de 12 meses. Por outro lado, está a produtividade de cada unidade doméstica de trabalho, as condições econômicas e técnicas que asseguram ao seu trabalho um efeito produtivo particular (ABRAMOVAY, 1998, p.72-73).

O volume das atividades econômicas que compreende todo o trabalho realizado pela família (agricultura, artesanato, atividades comerciais), constitui o necessário para se obter um “balanço subjetivo entre trabalho e consumo”²⁴, determinantes da atividade econômica familiar (CHAYANOV, 1974).

A diversificação da produção funciona como uma “saída da dependência”: É através da venda do excedente desta produção diversificada que é possível comprar artigos que não são os produzidos para o auto-consumo, logo, a sociedade camponesa pode também ser caracterizada pelo “[...] seu sistema econômico, pensando-se este como “relações entre setores”, não como uma relação entre *modos de produção*” (LOVISOLO, 1989, p.70, p.179).

A complexidade que envolve o camponês e a estrutura de sua sociedade apresenta diversificações na explanação e caracterização pelos diversos teóricos, mas, de certo modo, todas convergem para as relações de trabalho centradas na família, nas condições de vida mais restritas e, geralmente, em uma vida em pequenas comunidades.

²⁴ Esta teoria surgiu da observação de variações de conduta econômica em famílias camponesas. O camponês pode ser motivado a aumentar sua produção quando há um aumento de membros consumidores da família, pois irá procurar melhorar suas condições de bem estar; ou seja: quanto mais a família cresce mais aumentam as necessidades de consumo, mas também aumenta a quantidade de mão de obra.

2.1.2 Agricultores Familiares

O entendimento da agricultura familiar permeia os conceitos de camponês e de agricultura camponesa. Muitas podem ser as definições, porém, todas elas partem da análise de duas características básicas: a importância da família e do seu trabalho em conjunto para o setor agrícola. Portanto, é preciso, primeiramente compreender o conceito de família neste processo. Segundo Carneiro:

[...] a família não deve ser entendida tão - somente, como um grupo estruturado segundo as condições históricas e culturais que o cercam. É necessário também considerar o conjunto de valores que orientam e dão sentido às práticas sociais no interior da família já que ela agrega indivíduos através de uma rede de relações que inclui, como toda relação social, uma parte ideal, de pensamentos ou, se quisermos de representação. Assim, consideramos que uma análise das relações familiares deve contemplar dois aspectos: de um lado, as relações entre os indivíduos e, de outro, as representações e os valores que dão sentido a essas relações (1998, p. 65-66).

Esta colocação mostra que além de sua estruturação histórica e cultural da família, é importante considerar os valores que dão sentido às práticas sociais em seu cerne. Isto é corroborado por Shanin (2007) quando se refere à solidariedade ainda presente na sociedade russa do pós-comunismo, em que agricultores de grandes propriedades associadas, mantiveram-se trabalhando associativamente e produzindo alimentos para a sociedade, movidos pelo sentimento de solidariedade inerente ao camponês russo.²⁵

Já Wanderley, ao se referir à agricultura familiar, define-a como “[...] aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (1996, p.1). A família, o trabalho

²⁵ Transcrito da Palestra proferida por Theodor Shanin no VIII Encontro Simpósio Internacional de Geografia Agrária, IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária – “Jornada Orlando Valverde” – Campesinato em Movimento. UEL, Londrina, PR. 2007.

e a propriedade são os instrumentos fundamentais à sua existência e reprodução. Isto significa que família e trabalho são importantes como meio de produção, que pode se constituir apenas por seus braços, independentes da propriedade da terra.

Este modelo de agricultura remete também à idéia de agricultura tradicional, ou seja, uma agricultura que:

[...] caracteriza-se por empregar, de modo predominante, fatores de produção tradicionais como terra, trabalho, sementes comuns e instrumentos rústicos, além de técnicas de produção igualmente simples [...] as unidades produtivas são, em geral, pequenas e baseadas na família. O conhecimento técnico existente e aplicado nesta atividade é, em grande parte, o resultado de experiência local acumulada ao longo de anos e transmitida de geração em geração pela observação e pela prática (ACCARINI, 1987, p.82).

De acordo com Lamarche (1998^a, p.62), a agricultura familiar tem toda uma identidade quanto a seus aspectos, capaz de determinar lógicas específicas relacionadas à terra como: a propriedade fundiária ser familiar e, desempenhar um papel de grande importância; o apego que este homem tem com a terra e as formas com que se organiza em relação ao trabalho e uso da mesma; a função da unidade familiar na reprodução e continuidade da unidade produtiva, ou ainda, com as diversas formas de dependência encontradas pelos mesmos, como a dependência tecnológica (instrumentos e técnicas utilizadas), a dependência de recursos financeiros (empréstimos, dívidas, crédito rural), e a dependência do mercado com relação à comercialização e consumo de produtos.

Esta dependência ocorre em diversos níveis: 1) tecnológico, através da utilização de técnicas e instrumentos usados para aumentar a produtividade, melhorar as condições de trabalho, desenvolver e conservar as potencialidades naturais do local; 2) financeiro (embasado nas várias operações financeiras que utiliza, sejam empréstimos, dívidas, créditos rurais ou financiamentos); 3) comercial ou de relações com o mercado (referente à produção, comercialização,

venda e consumo de produtos). Esta situação varia para cada tipo de agricultor familiar. Vale ressaltar que toda a forma de dependência gera impotência, apesar de em muitos casos constituir um instrumento necessário à própria sobrevivência deste agricultor.

A agricultura familiar tem seu trabalho inserido e desenvolvido na propriedade fundiária familiar. Esta propriedade desempenha um papel quase orgânico, já que o agricultor familiar possui uma intensa relação de apego à terra, e aos diversos usos que dela faz. A propriedade tem como função a reprodução e a continuidade da produção familiar, ocorrendo desta forma uma profunda relação entre a terra e o trabalho.

Nas unidades familiares o trabalho vincula-se às condições de produção (terra, meios de produção e meios de vida) por pertencer a um sistema de relações de parentesco, sejam essas relações atribuídas ou adquiridas – laços biológicos de descendência ou sociais de lateralidade (LOVISOLO, 1989, p. 55).

As formas de organização do trabalho e o uso da terra são peculiares, variando de acordo com o grau de desenvolvimento dos trabalhadores rurais, desde o pequeno agricultor²⁶ até o agricultor familiar empresário²⁷. A localização e a fixação do agricultor familiar no lócus também são relevantes, principalmente pelo fato da adoção de diversificadas práticas culturais, tradições e costumes específicos, tanto as relacionadas à organização do trabalho como as referentes ao uso da terra, realizadas nas comunidades com suas peculiaridades próprias.

Ainda é necessário comentar a importância da função da unidade familiar na reprodução e continuidade da unidade produtiva, pois cada indivíduo desempenha um papel pré-determinado no trabalho familiar e para a perpetuação na propriedade. Porém, não se deve desconsiderar a existência de fatores externos

²⁶ Tipo de agricultor que, sob a ótica da produção de excedentes, encontra-se em um nível acima do agricultor camponês.

²⁷ Agricultor dotado de recursos, meios e instrumentos tecnológicos em sua produção, caracterizada como uma agricultura comercial, extremamente integrada ao sistema capitalista.

ao agricultor familiar que interfiram na sua forma de produzir e de se reproduzir. Em função disto, pode-se entender que “A exploração camponesa é uma exploração familiar, mas nem todas as explorações familiares são camponesas” (LAMARCHE, 1998^a, p.16). Isso demonstra que existem diversificações entre os agricultores – pode-se ter o pequeno agricultor familiar (objeto deste estudo), como o agricultor familiar do tipo “*farmer*”, que apesar do trabalho realizado ser baseado na família, passou pelo processo de tecnificação e mecanização.

No Brasil, desde o final dos anos 70, pesquisadores buscam encontrar as diferenças, muitas vezes sutis, que distinguem o agricultor familiar do agricultor camponês²⁸, de forma a se compreender melhor estes sujeitos rurais no Brasil. De acordo com Abramovay, os diferenciais do agricultor familiar são:

[...] eram tomadores de crédito junto ao sistema bancário; seu comportamento não é caracteristicamente de aversão ao risco; praticam a inovação tecnológica e transformaram de maneira significativa a base material de seu processo produtivo; e não produzem apenas para o mercado interno e muito menos podiam ser chamados de “agricultores de subsistência (1997, p.17-27).

A sua autonomia e seu grau de instrução tecnológica, também chamada de profissionalização, compreendem então a maior diferenciação perante o agricultor camponês, que pratica uma agricultura de subsistência e que ainda possui dependência frente a inúmeros fatores, instrumentos, gestões e direcionamentos.

2.1.3 Comunidades rurais

A sociedade rural é composta de diversos integrantes e agentes que ao mesmo tempo desempenham funções de atores e platéia; compreende uma

²⁸ Estas pesquisas se referem ao agricultor familiar e camponês brasileiro, e foram realizadas por Sorj, Wanderley e Wilkinson e são citadas por Abramovay neste artigo (1997).

sociedade onde os indivíduos se ocupam com atividades agrícolas das mais diversas, nos mais diferentes níveis.

Este campo de interrelações, ou seja, o meio rural dispõe de toda uma gama de possibilidades, usos e funções: pode ser ou se tornar espaço de evasão, de distração, de redescoberta, de natureza; onde há mais harmonia nas relações de vizinhança; onde há uma amplitude do significado do termo *comunitário*, da vida mais próxima da natureza, das relações com a terra; onde existam referenciais identitários que unem esta população em torno de um lugar, de um espaço, ou de um território de ação e reprodução dos seus valores.

Mendras (1978, p.87) define comunidades como “[...] coletividades que apresentam traços comunitários”, onde “[...] a dimensão do grupo social e o tipo de relações que nele reina podem ser caracterizados pelo termo interconhecimento, que assinala uma forma particular de organização da sociabilidade”.

As comunidades rurais apresentam uma maior homogeneidade em relação à suas características psico-sociais que as comunidades urbanas, pois a ligação entre seus integrantes é feita por elos²⁹ mais resistentes. Entretanto, estas comunidades existem principalmente em função de similaridades entre os indivíduos que as compõe, definidas principalmente por suas características culturais e econômicas, ou seja, pela influência destas na vida cotidiana de seus integrantes. Assim, tornam-se o limite principal entre elas (as comunidades) e seu entorno. De acordo com tais aspectos, uma comunidade pode ser definida como sendo

[...] um todo, um sistema ecológico, uma estrutura social, uma biografia exemplar, um tipo de personalidade, uma visão do mundo, uma história, uma coletividade entre outras coletividades, uma combinação de contrários, um todo e seus elementos. (REDFIELD *apud* MENDRAS, 1978, p. 85).

²⁹ Estes elos compreendem características sociais, ambientais e culturais que unem os indivíduos, e fortalecem as relações em uma comunidade rural.

Logo, as comunidades conseguem se diferir devido a sua identidade, ou melhor, devido à identidade de seus componentes que, produzida ao longo de sua história, lhes proporciona caracteres culturais específicos, apesar de fazendo parte de um município, ter também participação no processo local como um todo.

Outro prisma de análise da comunidade diz respeito ao estudo das relações de vizinhança, de trabalho e de distração que nela ocorrem. Sendo assim, este espaço de vivência passa a compreender uma

[...] congregação de famílias reunidas pelo laço de habitarem a mesma vizinhança, praticando de preferência o trabalho de batalhão³⁰, onde as distrações, sob forma religiosa de novenas e romarias, são coletivas; as atividades todas são executadas, pois, tendo como base a solidariedade vicinal (QUEIROZ, 1972, p.65).

Vale ressaltar a necessidade de observação de fatores como a cultura e a produção, quando então a comunidade se torna um

“[...] agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, a convivência, práticas de auxílio mútuo, atividades lúdico-religiosas e desenvolvendo uma economia de subsistência” (CANDIDO; WATSON *apud* QUEIROZ, 1972, p.64).

³⁰ Batalhão é um termo usado pelo nordestino, que significa mutirão, e que pode ser entendido como “[...] reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram” (CANDIDO, 1998, p. 68).

2.2 A dimensão da cultura

“Tão importante quanto as organizações de que se compõe a rede são os códigos de comunicação que lhe imprimem coesão interna, ou seja, as normas, as crenças, os valores que definem o sentido da ação de seus membros” (Abramovay, 2000, p.164).

A dimensão cultural tem sido atualmente muito explorada em estudos que contemplam facetas do desenvolvimento rural local, pela sua importância na vida e no cotidiano das pessoas, pelo fato de culminar em toda uma forma de viver particular, embasada em costumes, tradições, histórias, técnicas, etc. A complexidade das relações humanas está intrinsecamente vinculada às questões culturais, que permeiam a população local, as comunidades e o município.

Falar de uma definição específica sobre cultura significa reduzi-la a um único significado apenas: ela corresponde à totalização de um sistema composto de diversas características e vetores³¹ que interferem e influenciam direta e indiretamente na vida das pessoas.

A cultura aparece como um conjunto de gestos, práticas, comportamentos, técnicas, know-how, conhecimentos, regras, normas e valores herdados dos pais e da vizinhança, e adaptados através da experiência a realidades sempre mutáveis. A cultura é herança e experiência. Ela é também projeção em direção ao futuro (COSGROVE; JACKSON, 2003, p.163).

Este conjunto de práticas, saberes e vetores diferenciados podem ser considerados responsáveis pelas identidades, pois condensam a experiência contínua, que por sua vez, culmina no patrimônio vivido. Conforme explica Massey (1994), as particularidades e especificidades de cada lugar são construídas com

³¹ Os vetores definidores da cultura são aqueles vinculados a diversos âmbitos (social, ambiental, ocupacional, tradicional, entre outros) que constituem meios de expressão e direcionamento destas culturas.

base em toda uma rede de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num lócus particular.

Enquanto a ciência trabalha com objetos reais, a cultura trabalha com a produção simbólica, a “[...] arte coletiva mediada na consciência e sustentada através de códigos de comunicação” (COSGROVE, 2003, p.103), que imprime através das gerações, um modo de vida, um modo de se pensar, de se ver os diversos objetos. Com o passar do tempo, as práticas culturais são vividas e reproduzidas nas comunidades, e então passam a ser conhecidas como guardiãs de determinado patrimônio, denotando-se então, uma diferenciação nas relações de poder.

Esta cultura, internalizada e externalizada, abrange o patrimônio cultural que representa as especificidades de dada população em determinado lugar (trabalho, construção, festas, maneiras de viver), e constituem um reflexo de identidade. Logo, a cultura integra tempo, espaço e movimento.

Diversos são os fatores que definem uma cultura, porém todos culminam na importância do sentimento em relação ao passado e às situações, o que varia de pessoa para pessoa. Esses sentimentos compreendem a externalização de retratos de vivência que não podem ser analisados separadamente, pois, constituem partes de um todo. Dentre os instrumentos utilizados para essas descobertas destaca-se a história oral, pois propicia um reencontro da pessoa com o passado, externalizando-o.

Neste contexto, a etnometodologia, ciência que abre caminhos para uma se compreender mais sobre a influência e a dinâmica de elementos diversos na evolução cultural

[...] propõe que os estudos de uma dada sociedade sejam dirigidos pela investigação da vida cotidiana de seus membros, uma vez que o processo de atribuição dos significados presentes na realidade é construído a partir das relações presentes no dia-a-dia (HAGUETTE *apud* STROH, 1998, p. 286).

A cultura, deste modo, constitui “[...] o melhor e mais eficaz dos vetores do desenvolvimento, porque contribui para a valorização do potencial coletivo e favorece o crescimento da personalidade dos indivíduos” (KAISER *apud* MARTIN, 2000, p.89).

Na busca por respostas a uma melhor compreensão da importância cultural no ambiente e das conseqüências desta dinâmica, são realizados estudos relacionados à percepção do espaço e das interrelações que acontecem nele, observados através de olhares geográficos.

Estudiosos como Tuan foram responsáveis pela inclusão de uma compilação de caracteres usados no processo de compreensão dos espaços e paisagens e na análise das ligações de vinculação ou desvinculação do homem com os mesmos. Para tal, definiu dois conceitos que seriam peças-chave neste processo: topofilia e topofobia.

A topofilia compreende todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Esses laços são permanentes e mais difíceis de serem externalizados. As lembranças, a consciência do passado e o prazer de um retorno saudosista são elementos importantes no processo de descoberta e vivência destes sentimentos (TUAN, 1980, p.107). Já a topofobia, ao contrário, constitui nos sentimentos de repulsão em relação ao lugar, aos seres humanos e ao meio ambiente, também conhecidos como “paisagens do medo” (TUAN *apud* AMORIM, 1999, p.142). Sob esta ótica, pode-se entender que

O estilo de vida de um povo é a soma de suas atividades econômicas, sociais e ultraterrenas. Estas atividades geram padrões espaciais, requerem formas arquitetônicas e ambientes materiais que por sua vez, após terminados, influenciam o padrão das atividades (TUAN, 1980, p.199).

E esse padrão também é determinante quando se procura entender as ligações afetivas ou de repulsão com os lugares. Deste modo,

A comparação e classificação das culturas segundo seu potencial para afetar o habitat é uma tarefa essencial na geografia cultural, seja motivada por um desejo de compreender os efeitos passados do homem ou por um interesse em diferenciais atuais no tocante à produtividade e ao bem-estar (WAGNER, MIKESELL, 2003, p.31).

Na dinâmica da cultura, ocorre uma hierarquia definida através das estruturas regionais que são a somatória de forças diversas e das condições econômicas, das condições do meio físico, da composição demográfica, grupos sociais, organização política e dimensões culturais, ou seja, da totalização das relações entre os homens e da sua interação com o ambiente. A compreensão do significado de lugar torna-se necessária, já que este

[...] é constituído a partir de uma relação intersubjetiva, extremamente variável de indivíduo para indivíduo, quando vão sendo atribuídas ao suporte nomes e características simbólicas, constituindo-se enfim, no mundo que une indissolavelmente o sujeito às coisas, tornando-o um ser no mundo (HOLZER, 2006, p.114).

Esta relação intersubjetiva compreende o diferencial do lugar em relação ao espaço, pois nele (o lugar), existem sentimentos que o tornam familiares, que são definidos por uma imagem mental precisa e conscienciosa.

O espaço é o lócus da reprodução da cultura de determinados elementos, e enquanto espaço vivido, ou de vivências, desempenha um papel de grande importância, uma vez que compreende a estratificação de experiências onde “O jogo social desenrola-se, do indivíduo ao grupo ou entre grupos, segundo relações que se denominam tensões, oposições, luta, ou então solidariedades, colaborações, compromissos” (FREMONT, 1980, p. 36). Cada indivíduo percebe este espaço de uma forma, de acordo com suas necessidades, e a partir de então, ocorre uma criação coletiva. Este espaço percebido de forma individual compreende o espaço vivido, uma “[...] estrutura oculta do espaço como aparece

para nós em nossas experiências concretas como membros de um grupo cultural, [...] contém o espaço sagrado e o espaço geográfico” (Relph³² *apud* Holzer, 1999, p.71).

As inter-relações que ocorrem no espaço vivido podem ser de ordem ecológica, quando ocorre entre os homens e o meio; de ordem sócio-econômica, definidas por relações de produção, grupos e classes; de ordem sócio-cultural, onde o fator determinante são as tradições locais e regionais; e de ordem sócio-demográfica, através da repartição numérica dos homens em grupos (FREMONT, 1980). Neste espaço, há a poesia da vida, há a representação poética dos fatos e das situações. É indispensável fazer referência às regiões de fronteira, ou seja, das tênues linhas que fazem divisas entre o conflito e a conquista, entre a descontinuidade e o movimento. As fronteiras funcionam como espaços de encontro de culturas, e estão em constante mutação apresentando um saldo de mudanças nas práticas culturais.

Na percepção do espaço vivido e das práticas culturais, podem ser notadas eventualmente situações de *estranhamento*, ou seja, situações nas quais se procura descobrir novos padrões culturais, constituindo uma forma de análise onde a interação simbólica acontece a partir das análises referentes às relações entre o indivíduo e o coletivo (STROH, 1998, p. 286).

Para compreender a cultura enquanto patrimônio vivido há que ocorrer uma observação detalhada sobre as questões espaciais (união e fragmentação), as tradições locais, o *modus vivendi*, e dos diversos problemas advindos destas relações que, culminam por definir o pensamento social³³.

Conforme explica Stroh, o espaço físico, enquanto objeto da vivência, desempenha um papel importante na organização destas comunidades e na evolução dos papéis sociais. Torna-se também relevante o entendimento do conceito de área a partir do referencial particular e individual, como “[...] um legado

³² Relph (1976).

³³ De acordo com STROH, “O pensamento social traduz o modo de vida de uma coletividade, o modo como vê a si mesma (as relações que marcam a identidade coletiva), o mundo externo (as relações de alteridade) e as possibilidades de utilização dos recursos naturais disponíveis (as relações com a natureza). O pensamento social traduz uma forma de querer generalizada, mediante a qual a coletividade cria e reproduz os seus mecanismos de sobrevivência material” (1998, p. 284).

que existe em função das relações estabelecidas, a partir da mediação do trabalho e das relações sociais” (1998, p. 284), já que constitui um elemento definidor nas relações do indivíduo com o lugar que elegeu como seu. Por meio do trabalho e do afeto, os homens passam então a estabelecer relações com a natureza e com os outros homens, onde ocorrem representações simbólicas do real, culminando nas paisagens culturais.

2.2.1 As paisagens culturais e a dinâmica dos espaços

“[...] a geografia das formas culturais é muito mais do que mero reflexo passivo das forças históricas que a moldaram; a estrutura espacial é parte ativa da constituição histórica das formas culturais” (COSGROVE, JACKSON, 2003, p. 142).

A percepção e a compreensão da cultura podem também ser compreendidas através do estudo da paisagem. De acordo com Pitte *apud* Alves (2001, p.11-14), a paisagem é a expressão observável pelos sentidos na superfície da terra, resultante da combinação entre a natureza, as técnicas e a cultura dos homens. É essencialmente mutante e só pode ser aprendida no interior de sua dinâmica própria, isto é, na história que lhe restitui sua quarta dimensão além de designar dois tipos de realidades: material e imaterial. A realidade material, constituída pelos elementos geográficos (que podem ser naturais ou criados pelo homem), e a realidade imaterial, pelo que se releva da percepção, ou seja, da estética (belo ou feio) e da ética (bom ou ruim).

Já a paisagem demonstra uma maneira de ver e de compor o mundo externo em uma cena ou em uma unidade visual (COSGROVE, 1998) e, diferentemente do lugar, que é baseado na percepção individual, a paisagem se baseia na percepção coletiva (HOLZER, 2006, p.109).

As paisagens culturais são estudadas a partir de um complexo geográfico natural onde “[...] são manifestas as escolhas feitas e as mudanças realizadas pelos homens enquanto membros de uma comunidade cultural”, fazendo parte de

uma junção de “[...] certas preferências e potenciais culturais, e um conjunto particular de circunstâncias naturais. É uma herança de um longo período de evolução natural e de muitas gerações de esforço humano” (WAGNER; MIKESELL, 2003, p.36).

Segundo Melo (2001, p.33), “[...] todo o ambiente que envolve o homem, seja físico, social ou imaginário, influencia sua conduta [...] Neste sentido, a paisagem é apreendida de forma holística, [...] é um dos elementos centrais dentro de um sistema cultural, como uma reunião ordenada de objetos, um texto [...] através do qual um sistema social é comunicado, reproduzido, experimentado e explorado” (DUNCAN *apud* MELO, 2001, p.37). Também o tempo e as relações de vinculação das pessoas a ele constituem elementos importantes neste entendimento.

O espaço observado a partir da dimensão cultural pode ser geográfico, correspondente a “[...] soma indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 1997, p.80), ou apresentar-se como espaço vivido, repleto de significados desenvolvidos e ou conquistados pelos diversos atores que o constituem através das experiências do cotidiano.

Numa dinâmica própria, o espaço intervém de três maneiras na vida social: 1) através da extensão, onde os diversos tipos de atividades dependerão do tamanho de determinado espaço de vivência³⁴; 2) como obstáculo à vida de relação, pois dificulta o transporte e a informação³⁵; 3) serve de base à atividade simbólica³⁶ (CLAVAL, 1979, p.15-21). Portanto, ao analisar a paisagem cultural sobre a ótica espacial, entende-se que

³⁴ Segundo o autor, este espaço também está condicionado ao fim na qual é utilizado, respeitando seus usos e sua capacidade de utilização e preservação.

³⁵ Quando as distâncias são grandes entre os espaços, não há encontro entre os participantes.

³⁶ Os sistemas de comunicação funcionam segundo o espaço, e fazem parte de áreas culturais com códigos definidos, que sofrem modificações em seus limites espaciais.

[...] a paisagem cultural refere-se ao conteúdo geográfico de uma determinada área ou a um complexo geográfico de um certo tipo, no qual são manifestas as escolhas feitas e as mudanças realizadas pelos homens enquanto membros de uma comunidade cultural [...] é um produto concreto e característico da interação complicada entre uma determinada comunidade humana, abrangendo certas preferências e potenciais culturais, e um conjunto particular de circunstâncias naturais. É uma herança de um longo período de evolução natural e de muitas gerações de esforço humano (WAGNER, MIKESELL, 2003, p.36).

Partindo de reflexões acerca destes conceitos, as paisagens culturais demonstram estar intrinsecamente vinculadas às práticas utilizadas, conhecidas e adotadas por pessoas ou comunidades, no âmbito de um espaço físico ou imaginário. Conforme descreve Claval (1979, p.11), “A vida social se inscreve no espaço e no tempo. É feita de ação sobre o meio ambiente e de interação entre os homens”. Por isso, uma cultura somente se mantém e se desenvolve através das comunicações e da sua interação com o espaço natural.

A paisagem cultural também é composta de produções simbólicas, ou seja, da “[...] arte coletiva mediada na consciência e sustentada através de códigos de comunicação” (COSGROVE, 2003, p. 103), de maneira que estas constituem um elemento que mantém o mundo vivido, já que toda atividade humana é ao mesmo tempo simbólica e material, o que define os diversos estilos de vida; é “[...] uma vitrine de todo o saber” (CORRÊA, 2001, p. 290).

Como paisagem cultural é um conceito que envolve espaço natural e que congrega interpretações diversas, acaba por constituir um espaço (material ou imaterial) em constante transformação, onde há inserção de novos padrões e modelos, como também cultivos e perpetuação de determinadas práticas. Sendo assim, suas características e movimentos lhe conferem uma função de representatividade.

Destaca-se ainda, neste processo, o instrumento “patrimônio cultural”, pois retrata “[...] a síntese da diversidade que caracteriza a própria cidade” (FUNARI, PELEGRINI, 2006, p.29).

O patrimônio cultural pode ser aquele referente a bens materiais transmitidos a herdeiros; sejam eles de valor econômico ou emocional; ou também pode ser o patrimônio espiritual, aquele constituído de componentes como lições de vida e ensinamentos deixados pelos antepassados (FUNARI, 2006, p.8). Porém, no caso da religião, que compreende um patrimônio imaterial, há todo um processo individual de escolha, onde é demonstrada sua posição no lócus, sua ligação com o universo sagrado e sua relação com a fé, e, simultaneamente constitui “[...] uma experiência individual e coletiva” (ROSENDAHL, 2003, p.193).

A análise geográfica de estudos vinculados a questões religiosas parte de três linhas de pesquisa: 1) a que estuda os aspectos geográfico-sociais, 2) a que estuda os aspectos teológicos, 3) a que estuda os aspectos específicos religiosos - geográficos - interdisciplinares, sendo que esta última considera a relação entre o ambiente e a religião, de forma a mostrar a influência que a religião exerce sobre as pessoas e sobre sua cultura (ROSENDAHL, 1996, p.14-16). A religião, enquanto patrimônio espiritual necessita ainda do entendimento de três objetos: o espaço sagrado, o imaginário e o tempo sagrado.

O espaço sagrado define o (s) local (is) de ocorrência de experiências com o plano imaterial, ou seja, um “[...] campo de força e de valores que eleva o homem religioso acima de si mesmo, que o transporta para um meio distinto daquele no qual transcorre sua existência” (ROSENDAHL, 1997, p.122).

Este espaço pode ser individual ou coletivo, afastado ou central, porém, destinando-se sempre a ser um espaço “[...] onde a convivência é ritualizada como nas festas religiosas ou populares” (CASTRO, 1997, p.175), e que tem na proxemia³⁷ um conceito fundamental. Segundo a autora, este ambiente pode servir como marco histórico de saudosismo e lembranças, de relações entre os indivíduos e entre eles e suas crenças, e ainda, à suas relações com o ambiente natural partilhado com os demais.

Já o imaginário constitui uma “[...] força atuante da idéia e da representação mental da imagem” (CASTRO, 1997, p.167). Pode-se dizer que nele há toda uma

³⁷ Segundo Castro (1997, p.175), este conceito remete às histórias vividas no dia-a-dia, a situações imperceptíveis que constituem a trama comunitária, a trama da relação inter individual, mas também aquele sentimento que liga o homem ao território.

liberdade de pensamentos, ligando o indivíduo, no caso em questão, ao sagrado. Nesta abordagem, condensaria o simbolismo das ações dos indivíduos, tanto no tempo como no espaço.

É possível, pois, propor que todo imaginário social, da mesma forma que possui um forte componente político, possui também um forte componente espacial pelo poder simbólico atribuído aos objetos geográficos, naturais ou construídos, que estão em relação direta com a existência humana (CASTRO, 1997, p.177).

O imaginário possui componentes tanto políticos como espaciais; ambos vinculados a um poder sagrado, onde a ressonância com os indivíduos se dá através dos objetos geográficos, naturais ou construídos e que, ao fazerem parte do cotidiano e adquirirem valores simbólicos, tornam-se representações dos indivíduos ou das coletividades.

[...] os objetos geográficos fazem parte do cotidiano individual e coletivo, participam da prática social que lhes confere valor simbólico. A natureza - praias, rios, montanhas, florestas, campos, planícies etc. - e as construções - ruas, praças, monumentos, bairros, quarteirões, cidades - transformam-se em imagens, caminhos e representações da alma coletiva (CASTRO, op.cit, p.178).

O tempo sagrado “[...] é por sua própria natureza reversível, no sentido em que constitui um tempo mítico primordial tornado presente” (ELIADE, 1999, p.63). Nele, as festividades estão vinculadas ao tempo necessário e a duração do evento, que muitas vezes é a repetição de um ato que já foi realizado em algum lugar, num passado mítico e que com isso, gera a necessidade de uma renovação a cada ano, de forma a haver intenção de renovação de votos. Sua realização

ocorre através de um exercício de fé e de crença e na maioria das vezes, utiliza o espaço sagrado como *locus* deste exercício temporal.

Neste contexto é de fundamental importância a existência do homem religioso, aquele indivíduo que acredita na materialidade e imaterialidade da religião e na necessidade de sua existência e continuidade. Consequentemente, o homem religioso apresenta padrões de comportamento e ações pertinentes à sua crença, e pelo temor e obediência, se disciplina. À medida que se comporta com responsabilidade, sente-se mais parecido com as divindades. Seja qual for o contexto histórico em que se encontra,

[...] o *homo religiosus* acredita sempre que existe uma realidade absoluta, o sagrado, que transcende este mundo, que aqui se manifesta, santificando-o e tornando-o real. Crê, além disso, que a vida tem uma origem sagrada e que a existência humana atualiza todas as suas potencialidades na medida em que é religiosa, ou seja, participa da realidade (ELIADE, 1999, p.164).

Assim como o espaço sagrado é relacionado à presença das divindades, o espaço profano, seu oposto, não encontra ressonância neste âmbito. De acordo com Eliade *apud* Rosendahl (1996, p.29), na representação deste espaço não ocorrem orientações, não há centralização de idéias e ideais, não existem regras nem figuras míticas nas quais se espelha. O que existe são apenas “[...] lugares mais ou menos neutros onde o homem se movimenta” (ROSENDAHL, 1996, p.31).

Tanto o espaço sagrado como o espaço profano co-existem no mesmo ambiente físico e encontram-se vinculados. O limite entre os dois é a ligação que se faz com o divino.

Dentre destes contextos diferenciados, as paisagens culturais são formadas, tornando-se lugares topofílicos ou topofóbicos, mas que representam a identidade de seus indivíduos, estética e intrinsecamente definida por sua cultura.

2.3 Desenvolvimento rural sustentável

“Desenvolvimento sustentável significa atender às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL PARA O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO – CMMAD, 1988, p.28).

O conceito de desenvolvimento sustentável nasce nos anos 70, na Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, a partir da preocupação em se buscar alternativas de crescimento econômico eqüitativo e sustentável, aliadas a uma sustentabilidade ecológica, principalmente em função do processo de desenvolvimento industrial que abarcava todo o globo, pois “Até este momento, por desenvolvimento sustentável, se entendia fundamentalmente um processo econômico contínuo de longo prazo” (ROMEIRO, 1998, p.256-257).

Desde então, ao longo de mais de vinte anos, ocorrem encontros e conferências (ECO-92, Rio + 10, entre outras) e, conseqüentemente, a elaboração de documentos como a Agenda 21, que compreende uma carta com princípios sustentáveis; o Relatório Brundtland, onde efetivamente nasce o conceito de desenvolvimento sustentável como aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades³⁸; ou o Protocolo de Kyoto, que busca soluções eficazes para se reduzir a emissão de poluentes que afetam a camada de ozônio.

No Brasil, esta consciência ecológica no meio rural tem crescido de maneira lenta e gradual, mesmo porque, o processo de modernização agrícola não atingiu a totalidade de produtores do campo e, por isso, talvez a mais difícil das tarefas neste segmento econômico seja a realização de um desenvolvimento sustentável, que procure unir utilização à conservação, sem degradação.

³⁸ <http://www.ambientebrasil.com.br/gestao/artigos/sustentavel.html>

Nesta busca, a ecologia profunda³⁹, que consiste uma ciência de abordagem sistêmica, exige mudanças na percepção das relações entre o homem e o meio ambiente, e parte da observação da realidade através de uma consciência de união, junção entre os elementos, suas manifestações e os ciclos de mudança e transformação. A ecologia profunda entra como suporte para ampliar a compreensão e utilização de práticas conservacionistas, já que a agricultura é a base essencial para o desenvolvimento sustentável nas áreas rurais, seja devido à utilização de práticas e saberes tradicionais, seja em função de uma graduação e por que não dizer hierarquia, definida pelos níveis de produção, que iriam desde a agricultura camponesa ou familiar, até a agricultura capitalista (CAPRA, 1997, p.403).

O desenvolvimento sustentável no meio rural deve levar em conta a economia local, o território, a preservação da paisagem e da identidade cultural, a defesa dos solos agrícolas contra a degradação e expansão urbana, a preocupação com a descaracterização da paisagem e a elaboração e efetivação de políticas públicas que garantam a consolidação de um novo meio rural. Dentro das várias linhas teóricas sobre o desenvolvimento sustentável, esta pesquisa utiliza aquelas mais afins ao estudo.

De acordo com Sachs (2002, p.71), o termo sustentável é geralmente utilizado para “[...] expressar a sustentabilidade ambiental”, e na prática, utiliza conceitos voltados à conservação das espécies (animais, vegetais e o homem), à utilização racional dos recursos (físicos, ambientais, econômicos e sociais) e à necessidade de melhorias na qualidade de vida do ser humano. Ainda ao termo “sustentável” estão vinculadas outras dimensões, sendo elas a social, a cultural, a ambiental, a territorial, a econômica, a política e a do sistema internacional para manter a paz.

Segundo Navarro (2001, p.7) o conceito de desenvolvimento sustentável foi adquirindo nova roupagem ao longo do tempo. Começou como desenvolvimento agrícola, ou seja, aquele que analisa questões exclusivamente referentes à produção, e evoluiu para o conceito de desenvolvimento rural, aquele que

³⁹ Não cabe nesta pesquisa aprofundamentos deste tema principalmente pela sua magnitude; cabe apenas saber, de forma superficial e introdutória, suas principais diretrizes.

apresenta uma “[...] ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural” e nesta transmutação, agregou por último, o componente “sustentável”, referindo-se exclusivamente ao plano ambiental. Desta fusão nasce o termo *desenvolvimento sustentável*, que compreende:

[...] a face territorial da nova forma de produzir, a versão contemporânea da teoria e dos modelos de desenvolvimento regional. O novo modelo se fundamenta no uso máximo e ótimo das potencialidades locais em recursos naturais e humanos, e na gestão descentralizada do território, entendida como um processo em que os esforços do desenvolvimento são baseados na parceria construtiva entre todos os atores do desenvolvimento por meio da discussão direta, onde normas e ações são estabelecidas e responsabilidades e competências são definidas. Privilegia-se assim o desenvolvimento local como base do desenvolvimento (BECKER, 2002, p. 208).

Surge então a busca inicial pela concretização de uma agricultura sustentável, que “[...] permite alimentar e vestir toda a população com um custo razoável, oferece um nível de vida aceitável para os que dependem do setor e degrada pouco a base dos recursos naturais” (KAIMOWITZ, 1998, p.56).

O conceito de desenvolvimento local, ou seja, aquele que leva em conta a diversidade de atores sociais utilizando a participação e integração da população no território de vivência, interagindo com a produção agrícola e ecossistemas, passa a constituir

[...] um novo paradigma de desenvolvimento do tipo endógeno, territorial, realizado pelas bases sociais, oposto aos modelos que vem de cima. As idéias-força que se repetem: desenvolvimento sustentável, autogestão e identidade (MARTIN, 2000, p. 94).

Em um processo evolutivo, o desenvolvimento local passa a agregar o termo sustentável, o que lhe confere características de preservação e continuidade. O desenvolvimento local sustentável depende em grande parte de ações políticas, que lhe confere existência. Portanto, pode-se dizer que:

[...] o desenvolvimento local sustentável precisa ser também entendido como desenvolvimento político no sentido de permitir uma melhor representação dos diversos atores, especialmente daqueles segmentos majoritários e que quase sempre são excluídos do processo pelas elites locais. No caso brasileiro, por exemplo, as ações voltadas exclusivamente para o desenvolvimento agrícola, [...] não se fizeram acompanhar pelo tão esperado desenvolvimento rural. Uma das principais razões para tanto foi a de privilegiar as dimensões tecnológicas e econômicas do processo de desenvolvimento rural, relegando a segundo plano as mudanças sociais e políticas, como por exemplo, a organização sindical dos trabalhadores rurais sem terra e dos pequenos produtores (SILVA, 2001, p. 46).

Tornou-se necessário definir um campo de atuação (neste caso, o meio rural ou agrícola, com ênfase nas atividades agropecuárias), e a partir de então o desenvolvimento rural sustentável ou desenvolvimento agrícola sustentável é estruturado e definido como o processo de

[...] gerenciamento e conservação da base dos recursos naturais e a orientação da mudança tecnológica institucional, assegurando a realização e satisfação continuada das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras. Esse desenvolvimento sustentado (nos setores agrícola, florestal e pesqueiro) conserva os recursos genéticos da terra, água, vegetação e animal, não degrada o meio ambiente, é apropriado tecnologicamente, viável economicamente e aceitável socialmente (MAALOUF, s.d, p. 3).

O desenvolvimento rural sustentável procura focar objetivos para a manutenção da terra, enfatizando os manejos agrícolas, onde se destacam:

[...] a manutenção por longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola; o mínimo de impactos adversos ao ambiente; retornos adequados aos produtores; otimização da produção com mínimo de insumos externos; satisfação das necessidades humanas de alimentos e renda; atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais (VEIGA, 1994, p.7).

Alguns instrumentos operacionais do desenvolvimento rural sustentável são capazes de garantir uma melhor qualidade de vida para a população do campo. São eles: a multifuncionalidade da agricultura⁴⁰, a pluriatividade do trabalho⁴¹, a agroecologia⁴², o cooperativismo⁴³ e a economia solidária⁴⁴; sendo que esta última abarca todos os conceitos anteriores.

Estes instrumentos que compreendem ações integradas aos processos culturais, sociais e políticos, geram uma nova forma de se “fazer” a economia. Muitas vezes, é o próprio Estado que propõe estas ações. Os produtos advindos desta proposta possuem mais do que apenas valor econômico: compreendem um valor agregado que reflete toda uma forma de se produzir e comercializar, direcionada por valores culturais, locais, e outros da cadeia produtiva, e até mesmo as razões e necessidades determinantes de produção - estes produtos passam então, a ter algo de raro e único: “Os produtos locais genuínos não ambicionam a conquista de mercados globais [...] Eles devem combinar a qualidade com a raridade” (MELO *apud* por SANTOS, 2005, p.448).

É de fundamental importância neste processo o papel das ONG's na concretização efetiva do desenvolvimento sustentável e de todos os conceitos que agrega. Para Kaimowitz, em toda a América Latina, a miséria nas áreas rurais e a

⁴⁰ “Combinação da agricultura com outros tipos de atividades como mecanismo das estratégias de reprodução social das famílias [...]” (CARNEIRO, TEIXEIRA, 2004, p.35).

⁴¹ “Combinação da atividade agrícola com a não agrícola pelo chefe da unidade produtiva ou sua esposa” (CARNEIRO, TEIXEIRA, 2004, P.35).

⁴² Segundo GLIESSMAN, consiste numa agricultura ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável (2001, p.54).

⁴³ “É o sistema que propicia o desenvolvimento integral do indivíduo por meio do coletivo” (VEIGA, FONSECA, 2001, p.17)

⁴⁴ A economia solidária constitui um conceito de grande importância na fundamentação teórica desta pesquisa, sendo trabalhado mais amiúde no item 2.5 deste capítulo.

garantia de recursos básicos foi um fator que propiciou um movimento destas organizações a

[...] buscar novos tipos de desenvolvimento agrícola e de novas estratégias de gerências de recursos que, com base na participação local, nas técnicas e recursos, proporcionasse a produtividade enquanto conservasse os recursos de base (1998, p.56).

A atuação desses organismos ocorre no sentido contrário, ou seja, começando pela base e utilizando elementos existentes no contexto: a população local com suas necessidades, o conhecimento tradicional local sobre a agricultura e seus recursos autóctones (ALTIERI, MASERA, 1998, p. 88).

No Brasil, como em toda a América Latina, a implantação de uma agricultura baseada na sustentabilidade alterou minimamente o cenário vigente, sendo que houve muito poucas melhorias nas áreas agrícolas, principalmente nas de pequenos produtores (KAIMOWITZ, 1998, p. 57).

O alcance efetivo do desenvolvimento rural necessita de diretrizes para o seu sucesso e realização, entre elas: 1) mobilização social e cultural da sociedade rural, 2) diversificação e modernização das atividades econômicas, 3) igualdade territorial (MOYANO, 1997, p. 37). Segundo Martín

[...] Nos novos modelos, como se tem dito, as metas de desenvolvimento estão no mesmo processo do desenvolvimento, sem excluir as metas tradicionais quando as pessoas são protagonistas e participantes do seu próprio desenvolvimento (2000, p.93).

Para este autor, um novo desenvolvimento local priorizaria alguns conceitos e métodos como a força do lugar, enquanto identidade e espaço de solidariedade ativa; a cultura popular e o uso dos recursos naturais e sociais locais existentes.

A ligação entre cultura e desenvolvimento sustentável é vital, pois ao se pensar em novos métodos e direcionamentos sob a ótica da sustentabilidade torna-se necessário não somente a compreensão da cultura, mas principalmente o entendimento das práticas culturais enquanto modeladoras de um conceito de vida do indivíduo e de suas relações com o meio, pois é a partir de então que sujeito e meio passam a se transformar.

No caso do setor agrícola, são ações necessárias à execução do desenvolvimento sustentável: o aumento de terras cultiváveis e da produtividade do trabalho; a redução do uso de agroquímicos e a utilização de práticas conservacionistas; políticas agrícolas e ambientais voltadas à distribuição e avaliação de recursos e assistência técnica e promoção da autonomia das comunidades locais; e participação dos moradores na elaboração de políticas e investimentos nas áreas rurais⁴⁵ (ALTIERI; MASERA, 1998).

Podemos verificar que projetos adequados a tal natureza são, nos dias atuais, viáveis para locais de pequenos produtores familiares e baixa população rural. Um bom exemplo são os projetos LEADER⁴⁶ (1,2 e +), realizados na União Européia e citados por Abellán, Brinckmann (2004) e Martin (2000), com descrições sobre as várias etapas do processo de concretização satisfatória do desenvolvimento rural local sustentável, em países onde a economia agrícola se faz baseada na agricultura familiar no continente europeu.

Através de comparação dos resultados do programa LEADER em comunidades rurais, verifica-se a importância de um programa nestes moldes no meio rural brasileiro, principalmente nas áreas que se sustentam da agricultura familiar e, que apresentam problemas estruturais geradores do êxodo rural como ocorre em Senhora dos Remédios.

⁴⁵ Um importante instrumento neste processo é a criação do CMDR (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural), que será abordado no item 2.3.1

⁴⁶ O projeto LEADER compreende um instrumento da política agrícola comum (PAC) criado na União Européia para “[...] proporcionar aos agricultores um nível de vida razoável, fornecer aos consumidores alimentos de qualidade e a preços justos, e preservar o patrimônio rural” (http://europa.eu/pol/agr/index_pt.htm).

2.3.1 Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Plano Municipal de Desenvolvimento Rural

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural- CMDR - é um órgão deliberativo e de assessoramento ao Poder Executivo Municipal, criado com as finalidades:

[...] de participar na definição das políticas para o desenvolvimento rural; promover a conjugação de esforços, a integração de ações e a utilização racional dos recursos públicos e privados em busca de objetivos comuns; participar da elaboração, acompanhar a execução e avaliar os resultados dos planos/ programas e projetos destinados ao setor rural; promover a realização de estudos, pesquisas, levantamentos e organização de dados e informações que servirão de subsídios para o conhecimento da realidade do meio rural; e zelar pelo cumprimento das leis municipais e das questões relativas ao meio ambiente, sugerindo, inclusive, mudanças visando ao seu aperfeiçoamento (<http://blm.tce.rs.gov.br>).

É formado por representantes da sociedade civil e de instituições públicas e privadas ligadas ao meio rural. Sua existência constitui uma exigência para o incurso do município no PRONAF.

Após a formação do CMDR é criado o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, um instrumento legal cujo objetivo é melhorar as condições locais, utilizando de um diagnóstico específico, a partir de levantamento da situação real do município - características, condições e potencialidades- no qual são propostas e concretizadas ações com a finalidade de solucionar possíveis problemas locais.

A elaboração deste instrumento ocorre a partir de documento oficial que contempla soluções para os problemas identificados pelos agricultores familiares e relaciona os recursos municipais, estaduais e federais, públicos e privados, necessários à sua concretização.

Também apresenta diretrizes de ações voltadas ao desenvolvimento rural do município, e não somente aquelas para as quais já existam recursos disponíveis. Em suma: constitui o documento oficial que o município dispõe, para negociar com

parceiros municipais, estaduais e federais, públicos e privados, recursos necessários à implantação das ações orientadas para o fortalecimento da agricultura familiar, inclusive aquelas não contempladas pelo PRONAF.

2.4 Políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local

Com o intuito de ampliar a infra-estrutura local, o governo utiliza de projetos e instrumentos direcionados a melhorias locais - as políticas públicas- definidas como “medidas adotadas por órgãos e entidades públicas municipais, estaduais e federais para atender as necessidades dos cidadãos” (MAA, 1996, p. 11).

Estas políticas se diferem do meio urbano para o rural, já que são específicas para cada qual. No meio rural, as políticas públicas além de visarem melhorar as condições básicas de infra-estrutura do homem do campo, buscam solucionar em parte a questão de investimentos para que os agricultores possam produzir com alguma autonomia. É através de uma:

[...] democratização das políticas públicas, que se pode caminhar na construção de um processo de desenvolvimento que seja sustentável, não apenas do ponto de vista ecológico e mais eqüitativo do ponto de vista social e econômico, mas principalmente sustentável do ponto de vista político (SILVA, 1998, p.109).

Uma das políticas do governo voltadas ao desenvolvimento no meio rural é o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Quando implantado, suas ações objetivam a negociação e a reorganização de políticas públicas de forma que se atenda a demanda dos agricultores familiares, tornando esta atividade, a agricultura, uma geradora de empregos e, conseqüentemente, de renda.

2.4.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

O PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) compreende um instrumento que visa apoiar o desenvolvimento rural através do fortalecimento da agricultura familiar, a partir da geração de renda e emprego para estas populações. Ocorre um envolvimento entre os diversos atores inseridos neste processo de desenvolvimento local - governos municipais, estaduais, governo federal e a iniciativa privada-, e sua execução ocorre de forma descentralizada.

O objetivo principal do PRONAF é proporcionar o aumento da produção agrícola, a geração de ocupações produtivas e melhoria de renda e qualidade de vida para os agricultores familiares⁴⁷. Ainda tem como objetivos:

[...] o ajuste de políticas públicas à realidade dos agricultores familiares, a viabilização de infra-estrutura rural necessária à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural; o fortalecimento de serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar; melhorias no nível de profissionalização de agricultores familiares, propiciando-lhes novos padrões tecnológicos e gerenciais; e, por último, busca favorecer o acesso de agricultores familiares e suas organizações ao mercado (MAA, 1996, p.8).

O programa disponibiliza recursos que procuram financiar, prioritariamente, a implantação, ampliação, modernização, racionalização e realocação da infra-estrutura necessária ao fortalecimento da agricultura familiar, de forma a dinamizar o setor produtivo e assegurar sustentação ao desenvolvimento rural. Os financiamentos podem ocorrer de forma individual ou coletiva, solidária ou não, para agricultores familiares e para organizações de agricultores familiares.

⁴⁷ O objetivo principal do PRONAF culmina no processo de desenvolvimento da economia solidária, diretriz exigida para sua realização.

O financiamento rural do PRONAF tem impactos tanto sociais quanto econômicos: ao mesmo tempo em que dá condições para que os agricultores familiares ganhem em escala dentro da unidade de produção gera empregos e possibilidades para que a família permaneça no meio rural. Além disso, busca diminuir a tensão no campo e a pressão por emprego na cidade.

A partir do acesso ao financiamento rural, os agricultores familiares começam a poder ter condições de ampliar e qualificar as atividades que já desenvolviam, bem como realizar novas atividades agrícolas e não agrícolas geradoras de renda em suas propriedades; adquirir máquinas, equipamentos, sementes e insumos, o que antes não era possível, devido à falta de condições e de recursos destinados ao homem do campo.

Após a introdução do PRONAF em regiões deprimidas, seja econômica ou socialmente, houve um aumento da participação da agricultura familiar no produto interno bruto (PIB) nacional, principalmente naqueles produtos tradicionalmente cultivados pelos pequenos agricultores familiares: feijão, leite, milho, mandioca, banana e suínos, por exemplo.

A análise dos resultados alcançados pelo PRONAF no Brasil como um todo aponta no sentido de avanços quanto ao processo de desenvolvimento, apesar da grande diversidade existente entre os agricultores familiares, seja do ponto de vista econômico ou social. Isto aumenta o nível de exigências sobre o Estado no sentido de formulação e execução das políticas em função dessa diversidade, para que se alcancem novos patamares de crescimento com distribuição de renda e inclusão social⁴⁸.

Numa análise mais ampla, pode-se entender que a criação do PRONAF demonstra a preocupação do governo com a agricultura familiar, dada a sua importância para o país. Sua efetivação “[...] representa a oportunidade do associativismo como grande instrumento capaz de potencializar a produção, garantir emprego e gerar uma transformação social no meio rural” (STRIEDER, 2000, p.84-85).

⁴⁸ Manual do PRONAF, MAA, 1996.

2.5 Reflexões sobre Economia Solidária

De forma geral, em todo o mundo, principalmente na Europa e América Latina, ocorreram iniciativas que buscassem através de novos formatos e tipologias econômicas, saídas para o desenvolvimento local. Um exemplo de iniciativa deste porte é a Economia Popular, proposta criada na América Latina e que sugere “[...] a existência de instituições heterogêneas de organização da produção e da distribuição e da relação com o mercado, que podem estar associadas a diferentes atividades econômicas, de produção e de distribuição” (QUIJANO, 2005, p. 490).

O elemento comum para este formato econômico são as unidades constituídas por pessoas que mantêm relações “primárias” entre si⁴⁹, e que geralmente são organizadas segundo “uma lógica comunitária”. Na economia popular, as relações de trabalho e de distribuição de recursos e do produto são fundamentalmente organizadas em torno da reciprocidade e da vida social, das práticas quotidianas, ou seja, em torno das comunidades (QUIJANO, 2005).

Porém, antes do início da implantação da economia solidária no Brasil, foi introduzido o conceito de cooperativismo, que pode ser descrito como um

[...] sistema que propicia o desenvolvimento integral do indivíduo por meio do coletivo [...] sistema de idéias, valores e formas de organização da produção de bens e serviços e do consumo que reconhece as cooperativas como forma ideal de organização das atividades sócio-econômicas. [...] Seu objetivo não é o conjunto de pessoas, mas o indivíduo através do conjunto de pessoas (VEIGA, FONSECA, 2001, p.17-18).

O cooperativismo nasceu da necessidade de se unir forças para vencer localmente, utilizando esforços de maneira solidária, na geração de resultados para o bem comum; uma ajuda mútua para se vencer dificuldades que se apresentam, de forma a modificar o panorama de vida dos indivíduos que a

⁴⁹ Esses agrupamentos são em geral pequenos.

integram (as cooperativas). Deste modo, as cooperativas são instrumentos de gestão que apresentam grande aceitação pelo fato de se encontrarem

[...] mais próximas do produtor e de seus problemas e com atividades mais flexíveis e amplas, podem distribuir melhor o crédito, substituir o atravessador, conquistar a confiança e romper a resistência do agricultor e, assim, introduzir técnicas de produção mais modernas e melhorar as condições de vida do homem do campo (ACCARINI, 1987, p. 199).

No Brasil, as cooperativas nasceram em meados da década de 70, quando o desemprego apresentou crescimento em função da mecanização do campo. Inicia-se, no cenário nacional, uma resposta definitiva ao processo da crise de 1981/1983: a economia solidária. Este instrumento “[...] surge no Brasil nesta etapa histórica, provavelmente como resposta à grande crise de 1981/1983, quando muitas indústrias, inclusive de grande porte, pedem concordata e entram em processo falimentar⁵⁰” (SINGER, 2005, p. 87). Isto torna possível a criação de cooperativas, que foram e são de extrema importância, e podem ser consideradas como primeiro passo para a implantação da economia solidária, ou de projetos de desenvolvimento local.

Na economia solidária, há o predomínio da igualdade e cooperação, ou seja, todos os indivíduos são iguais, ninguém é mais que ninguém. Sua existência está intimamente ligada ao grupo que se vincula para produzir, comercializar, consumir, de forma associativa embasada na igualdade. Constitui, então,

[...] outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores do capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos

⁵⁰ Processo de falência.

estatais de redistribuição solidária da renda. Em outras palavras, mesmo que toda atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários, sempre haveria necessidade de um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável (SINGER, 2002, p. 10-11).

Algumas características são peculiares a este sistema: as decisões são coletivas; há a presença de práticas de autogestão como a tomada de decisões em assembléias; e as instruções vêm de baixo para cima. Sendo assim, a economia solidária é considerada um instrumento futurista, de vanguarda, que procura respostas para a permanência e melhoria da qualidade de vida para o homem; constituindo

[...] *mais do que mera resposta* à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: *uma alternativa superior ao capitalismo*. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras, etc., uma *vida melhor*. (SINGER, op.cit, p. 114).

3 METODOLOGIA

A partir do conhecimento prévio sobre finalidades e metas do Programa Lavouras Comunitárias e análise dos seus parceiros – os agricultores familiares e camponeses, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Prefeitura e a EMATER-MG -, este trabalho priorizou realizar uma investigação acerca das Lavouras Comunitárias sob a ótica do desenvolvimento rural local sustentável, privilegiando a dimensão cultural, que é definidora na vida dos atores sociais da pesquisa e no espaço rural do município de Senhora dos Remédios. Conforme explica Martín (2000, p.85), investigar “[...] é antes de tudo um exercício de criatividade [...] é ver o que os demais não vêem e pensar o que os demais não pensam”.

Esta pesquisa apresenta características diferenciadas sob alguns aspectos, mas que a compõe e a completam: sua natureza é aplicada⁵¹, sua abordagem qualitativa⁵², com relação aos objetivos é descritiva com alguns aspectos exploratórios. A observação e o conhecimento da área de campo, próprios da geografia, foram o suporte na busca pelo entendimento dos processos sociais e culturais no espaço vivido dos agricultores/camponeses.

O embasamento teórico foi norteado por conceitos como o desenvolvimento rural sustentável e seus parâmetros sociais, econômicos, culturais, ambientais, bem como da compreensão da economia solidária, que norteia e sustenta o programa de parceria Lavouras Comunitárias. Os parâmetros culturais condizentes com os objetos de estudo são analisados a partir das bases teóricas da agricultura familiar e camponesa e da geografia cultural, perpassando pelo entendimento das relações topofílicas.

Para o levantamento e processamento de dados, foram utilizadas as seguintes categorias de coletas de dados pertinentes ao trabalho geográfico: coleta e análise

⁵¹ Procura gerar conhecimentos destinados à solução de problemas, e envolve verdades e interesses locais (SILVA, 2005, p.20).

⁵² Analisa relações entre o sujeito e o mundo real; utiliza-se da interpretação de fenômenos, do ambiente natural para fonte de coleta de dados, e tem como principal foco de abordagem o processo e seus significados (SILVA, 2005, p.20).

de documentos administrativos; obtenção de dados por entrevistas e observação direta e sistemática.

A pesquisa ocorreu em três etapas, sendo a primeira composta por um diagnóstico do programa e das comunidades contempladas, onde foram trabalhados dados básicos, coletados e descritos entre os anos de 1996 e 2007⁵³. Foi adotada uma série temporal de quatro em quatro anos, período de contrato de arrendamento das terras para as lavouras comunitárias, a partir de 1997, ano do início efetivo do programa⁵⁴. Na segunda houve tabulação e tratamento de dados, de forma a gerar mapas e tabelas específicos do Programa, a partir dos dados coletados na etapa anterior. Já a terceira etapa contemplou o estudo das comunidades onde o programa é desenvolvido, concretizando uma análise da sustentabilidade agrícola, meta principal do programa, pois, é um instrumento de revitalização das condições de vida do homem do campo e do meio que trabalha. Houve análise dos atores sociais – parceiros das lavouras comunitárias - nas comunidades estudadas, em suas residências, nos aglomerados rurais ou em casas cedidas para moradia por proprietários de terras, e nas áreas de trabalho, ou seja, nas lavouras comunitárias⁵⁵.

Nestas etapas constaram:

- Levantamento e análise de documentos específicos do programa: documentos históricos, mapas municipais, projeto do programa, dados da participação dos parceiros e unidades de produção familiar;

⁵³ Nesta etapa foram analisados dados da socioeconomia do projeto como: número de produtores familiares parceiros por comunidades rurais, área plantada com os cultivos de feijão e milho, produção, número de filhos, educação, recursos existentes na casa, veículos, índices de evasão/permanência nas comunidades, entre outros, visando a espacialização das informações para diagnosticar a situação das comunidades que iniciaram o Programa e nas quais ele está acontecendo.

⁵⁴ A análise ocorreu seguindo os contratos de arrendamento, sendo que as três análises compreendem os períodos de 1997 a 2000; 2001 a 2004 e 2005 a 2008. Apesar do programa ter sido criado em 1996, ele apenas teve início para a safra de 1997.

⁵⁵ Estes dados foram coletados através de pesquisa direta, tendo como referência, roteiro de entrevista com perguntas estruturadas para entendimento da história de vida dos atores da pesquisa e suas famílias; do espaço vivido pelos agricultores familiares, abrangendo os critérios sociais, culturais, econômicos, políticos e espaciais, que refletem o desenvolvimento rural sustentável, bem como elementos ambientais relacionados com manejos praticados e conservação ambiental.

- Revisão bibliográfica detalhada sobre temas correlatos como conceitos agricultura familiar, camponeses, economia solidária, desenvolvimento sustentável, cultura e identidade.
- Análise da cultura local, através da história oral e da importância desta no desenvolvimento e evolução do município e sua população;
- Tabulação de dados obtidos através de programas específicos de forma a gerar banco de dados e, posteriormente, mapas temáticos da primeira etapa;
- Produção de mapas temáticos através da utilização dos softwares *Mapinfo* e *ArcView*;
- Realização de entrevistas com as famílias atendidas, visitas e diagnósticos (social, cultural e ambiental), onde se buscou definir o perfil dos agricultores (as) familiares;
- Coleta e organização do banco de dados da segunda etapa da pesquisa;
- Tabulação de dados em uma matriz de questões culturais, para se obter um perfil mais detalhado de vetores que de alguma forma caracterizam ou influenciam a vida dos atores do programa⁵⁶;
- Análise e redação dos resultados;
- Redação dos produtos: Dissertação de Mestrado e Relatório Técnico;
- Revisão ortográfica e gramatical;
- Produção final da Dissertação.

Na etapa de levantamento de documentos específicos e secundários, foram coletados materiais diversos sobre temas correlatos à pesquisa, alguns cedidos pelas instituições parceiras⁵⁷, outros por pessoas do município. Segue a lista de documentos levantados nesta primeira fase:

⁵⁶ Ver APENDICE, matriz de questões culturais (vetores sócio ambientais, sócio culturais e mítico religiosos).

⁵⁷ Alguns documentos foram gentilmente cedidos pela Prefeitura Municipal e pela EMATER-MG.

- Livro sobre a história do município, tido como documento oficial, já que foi feita uma minuciosa pesquisa por um historiador de Remédios⁵⁸;
- Pesquisa sobre Nossa Senhora dos Remédios e sobre a religiosidade da população – Paróquia de Senhora dos Remédios, com a colaboração do pároco local;
- Fotos das festas religiosas e da imagem de Nossa Senhora dos Remédios,
- Planta cadastral do distrito SEDE – sem escala;
- Plano de Inventário de Senhora dos Remédios/MG – 2006 (Levantamento histórico de patrimônio e bens do município);
- Relatório de produtividade por comunidade – ano 2001;
- Relatório da safra 2005/2006;
- Projeto técnico de expansão das lavouras agrícolas, s.d.;
- Documento oficial da elaboração do programa Lavouras Comunitárias;
- Modelo de contrato de arrendamento das terras;
- Modelo de contrato de parceria agrícola;
- Relatório institucional do período de 1998 - 2003 (sintético);
- Relatório de execução do Programa – 1999;
- Relatório das safras dos anos: 2001/2002; 2002/2003; 2003/2004; 2004/2005;
- Relatório de parceiros por comunidade;
- Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, elaborado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;
- Manual Operacional do PRONAF;
- Cópia de reportagem sobre o Programa Lavouras Comunitárias, feita pela equipe de jornalismo do Globo Rural - Rede Globo (arquivo EMATER-MG).

⁵⁸ ASSIS, João P. F. História do município de Senhora dos Remédios. Ed. do autor, Barbacena: MG. 2003. 300p.

3.1 Os instrumentos de coleta dos dados

Para a coleta direta dos dados foram utilizados dois modelos de questionários como roteiro para as entrevistas: um referente à pequena entrevista com os líderes das comunidades já contempladas pelo programa⁵⁹; e outro para os parceiros⁶⁰ das comunidades selecionadas pelo sistema de amostragem. No campo, porém, a utilização do questionário constituiu apenas roteiro para a entrevista, devido à apreensão de alguns entrevistados.

O primeiro questionário, realizado com os líderes das comunidades que já participaram e aqueles que ainda participam do programa, priorizou a descoberta de alguns dados sobre a comunidade, como conhecimentos sobre a história desta, o número de famílias existentes que foram ou são parceiras do programa, os serviços que a comunidade dispõe, dados específicos referentes às lavouras comunitárias (área plantada, produção, utilização de adubos e insumos), e conhecimentos sobre a importância do programa e da terra para a comunidade, além dos motivos da entrada ou saída no programa.

O segundo questionário, realizado com os atores sociais do projeto - agricultores parceiros -, procurou além de dados já levantados no primeiro questionário, esboçar o perfil individual de cada parceiro (aspectos referentes à estrutura familiar, organização do trabalho, aspectos sociais e de moradia, produção, formas de cultivo, adubação, questões referentes ao meio ambiente como aração, recursos hídricos, poluição e, opinião quanto a terra e às lavouras comunitárias).

As informações obtidas - qualitativas e quantitativas - foram suficientes para possibilitar a construção de um banco de dados com informações consistentes e atingir os objetivos propostos na dissertação.

⁵⁹ ver APENDICE, questionário 1.

⁶⁰ ver APENDICE, questionário 2.

3.2 A amostragem espacial

A amostragem espacial compreende a parte da população ou do universo que é ou será estudada, neste caso, constitui uma amostra por agrupamento⁶¹, onde houve uma seleção de comunidades, escolhidas em detrimento de alguns critérios⁶², e dos sujeitos pesquisados, definidos de forma aleatória. Do total de comunidades participantes do programa no ano agrícola 2006/2007, apenas quatro comunidades foram selecionadas para a pesquisa, Mutuquinha, Senra, Tenda e Tigre (MAPA1). Para a escolha destas comunidades foi adotado o critério de participação por um maior tempo no programa, localização em pontos distintos do município⁶³, e níveis sócio-econômicos variados, além da sugestão do engenheiro agrônomo da EMATER/MG⁶⁴ (Tigre), compreendendo quatro no total.

Já para a realização das entrevistas, optou-se por adotar o percentual de 40% das populações de cada comunidade analisada, por ser um número representativo de indivíduos para uma amostra, que garante a confiabilidade da pesquisa. Este percentual ainda garantiu a viabilidade de tempo. O número de entrevistados nas comunidades foi o seguinte: doze em Senra, onze na Mutuquinha, sete em Tenda e sete em Tigre.

É importante salientar que outras comunidades do município serão brevemente citadas neste trabalho e, analisadas apenas de acordo com dados do programa ao longo dos anos de existência, além das informações coletadas nas entrevistas com os líderes locais.

⁶¹ Reunião de amostras representativas de uma população (SILVA, 2005, p.32).

⁶² Devido a conflitos internos por parte dos parceiros institucionais, houve uma divisão das comunidades em dois grupos: um gerido pela Prefeitura e pela EMATER-MG; e outro gerido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais. As comunidades analisadas foram escolhidas entre as do grupo gerido pela EMATER-MG, sendo este um fator responsável pela localização das comunidades basicamente na porção leste do município.

⁶³ A localização das comunidades amostrada é a seguinte: à nordeste: Tenda; ao norte: Tigre; no centro Senra e ao sul a Mutuquinha.

⁶⁴ Engenheiro Agrônomo Ronaldo Venga.

4 O município de Senhora dos Remédios

4.1 A história remediense

A história do município, desde antes de ser conhecido como Senhora dos Remédios, se confunde com a história da própria Estrada Real e da saga dos bandeirantes no estado de Minas Gerais.

Segundo Assis (2003), em seu estudo sobre a história de Remédios, os primeiros habitantes da região seriam os índios Puris, também conhecidos como Coroados ou Coropós, que por lá viviam desde o século XVI, além da presença de algumas etnias no vale do rio Xopotó, situado no município, e de Botocudos, ao longo de todo o vale do rio Doce. Também são encontrados em documentos oficiais, registros de índios cristãos no século XVIII.

Em 1694, nasceu um vilarejo, conhecido como Guarapiranga, que teve somente um ano após a sua criação, a instalação da paróquia local, marco histórico definidor e possibilitador do início do povoamento da localidade.

A maior parte dos fazendeiros – sesmeiros⁶⁵, eram portugueses, com um grande número de escravos, e, em determinado momento da história deste município, então ainda distrito, a população negra suplantou a população de brancos no local (ASSIS, 2003).

Dentro de uma breve análise temporal, de acordo com a ordem cronológica, em 1726, o bandeirante Capitão José Luís Borges Pinto realizou três expedições desbravadoras, seguindo o curso de vários rios, entre eles o rio Xopotó, situado nos limites do atual município. Em 1728, depois de um conflito com os índios Coroados, seguiu o rio até suas nascentes, abrindo caminho para o povoamento. A partir de então, são oficializadas no local, algumas sesmarias, sendo a primeira

⁶⁵ Proprietário de sesmaria, que constitui uma terra inculta ou abandonada, que os reis de Portugal doavam a quem se dispusesse a cultivá-la ou explorá-la (RIOS, 2004, p.491).

que se tem notícia a de João Viçoso, no ano de 1747. No total, foram em torno de vinte, doadas ao longo de todo o distrito, sendo a última empossada em 1799.

Um dos grandes monumentos físicos e históricos de Senhora dos Remédios é a Pedra Menina, que foi descoberta pelos bandeirantes Manuel Figueira Chaves e Lourenço Dias da Tomada, no período de 1730-1735. Segundo consta da história oral local, a Pedra Menina recebeu este nome devido a um pai, que ao passear com a filha, avistando uma pedra, foi mostrá-la à criança, dizendo: “Olha a pedra, menina!”, alguém ouviu apenas a última parte e foi passando a informação que aquela pedra se chamava Pedra Menina.



FIGURA 1 – Pedra Menina

A Pedra Menina⁶⁶ marcou também a história local, pois em 1768, foi utilizada como um quilombo, um refúgio antigo de escravos. Alguns motivos foram

⁶⁶ Situada em uma comunidade rural de mesmo nome, na parte noroeste do município, próxima a Serra do Pião, local mais alto de Senhora dos Remédios. A Pedra Menina compreende um afloramento granítico típico de grande dimensão. Em seu entorno nota-se também a presença de pequenos afloramentos graníticos.

decisivos para a construção deste núcleo de resistência: entre eles, o difícil acesso, pois se encontra cravada no alto da Serra do Pião, que apresenta altitude de até 1200 metros; e a localização privilegiada, entre Congonhas, Ouro Branco e o município de Carijós. Este quilombo existiu por um período curto de tempo e, apresentou uma diferença em relação aos demais conhecidos: nele, a liderança era compartilhada sempre entre duas pessoas⁶⁷ (ASSIS, 2003).

Desde as mais remotas origens, Senhora dos Remédios já pertenceu e foi disputado por outros municípios: Vila São José, Mariana, Piranga, Barbacena e São João Del Rey, em períodos alternados. Depois das disputas, ficou definido que o município, então distrito, pertenceria à cidade de Mariana⁶⁸.

O município é integrante do Circuito Turístico da Estrada Real – caminho novo- e nos séculos XVIII e XIX teve como atividade importante a produção de alimentos para abastecer o garimpo e a população desta região aurífera. Além da produção de alimentos, Senhora dos Remédios ainda teve como atividades econômicas de importância a mineração do ouro, que acontecia no Rio Xopotó, e que se deu por um período pequeno; e o comércio, que se firmou como uma importante vocação do município. A localização privilegiada foi um fator determinante no desenvolvimento destas atividades, pois Remédios se situava próximo à grandes centros de mineração do ouro e à uma estrada movimentada pelos tropeiros (ASSIS, 2003).

A sociedade remediense era, a princípio, escravocrata, apesar de a maioria da população ser composta de escravos e negros alforriados. No município havia muita miséria e desigualdades sociais, fato este que pode ser comprovado pelo alto índice de mortalidade infantil e também de escravos, no período compreendido entre 1772 e 1819. Em quase a totalidade, estas mortes aconteciam por dois motivos: subnutrição e maus tratos. Outro fato que comprova o alto grau da desigualdade social local era o grande contingente de mendigos e indigentes, constituído de escravos forros e pessoas pardas⁶⁹.

⁶⁷ Não existem referências quanto aos nomes dos indivíduos que dividiram a liderança do quilombo.

⁶⁸ Esta disputa ocorreu durante todo o período colonial brasileiro.

⁶⁹ Dados obtidos através de estudos dos obituários da época (ASSIS, 2003).

A religiosidade sempre esteve presente na vida da população, e o batismo era considerado a maior prova deste sentimento. A população branca da cidade era batizada; já os negros (escravos e libertos), tinham este sacramento negado: o batismo somente era realizado para crianças negras que se encontrassem à beira da morte. Geralmente a população negra morria “sem sacramento”, ou seja, sem o batismo, sem a aceitação e reconhecimento de sua individualidade por parte de Deus.

O desmembramento de Senhora dos Remédios ou a disputa pelo território, levou, em 1833, à ocorrência de um importante fato histórico acontecido no município, que foi o “Motim das Taquaras Acesas”, movimento popular de rebelião ocorrido com a finalidade de não deixar que a cidade ficasse sobre o domínio de Barbacena.

No século XIX, um grande contingente de imigrantes chegou ao Brasil e não foi diferente em Senhora dos Remédios. Devido ao município ser considerado como local *de passagem*, várias famílias européias por ali se fixaram. A maioria destas famílias era de origem italiana, e escolheram o município principalmente pelo fato do pároco local ser também italiano. As principais famílias destes imigrantes que optaram em permanecer em Remédios foram: Raso, Scaldini, Grazzia, Rosa, Alberti, Gravina, Del Giudice, Morelli e Guillarducci. Ainda houve a presença de imigrantes russos, vindos da região da Prússia, de portugueses e libaneses. Como consequência da chegada e permanência dos imigrantes, a situação racial da população se modificou, e atualmente a situação se inverteu: a população branca suplantou a de afro – descendentes, que hoje é minoria.

Em dezembro de 1953, o município foi emancipado, a partir de um desmembramento de Barbacena⁷⁰.

⁷⁰ www.almg.gov.br

4.2 Características Gerais do Município

4.2.1 Localização

Segundo dados do Governo do Estado de Minas Gerais⁷¹, o município de Senhora dos Remédios pode ser situado como pertencente à macro região central, ou ainda, como integrante da microrregião denominada Campo das Vertentes.

Encontra-se a 181 km da cidade de Belo Horizonte, sendo 150 km pela rodovia BR 040, sentido Rio de Janeiro, até Ressaquinha, e mais 31 km, por via de asfalto até a sede. O pólo regional que exerce maior influência no município é a cidade de Barbacena.

O município situa-se em uma das ramificações da Serra da Mantiqueira, possui área de 236 km, e tem como limites, os municípios de Alto Rio Doce, Desterro do Melo, Alfredo Vasconcelos, Ressaquinha e Carandaí.

Senhora dos Remédios possui 60 comunidades, alocadas em dez setores, sendo eles a Sede e nove distritos: Japão, Cascalhais, China, Senra, Vargem Grande, Carranca, Pião, Pinheiros e Palmital dos Carvalhos (FIGURA 2).

⁷¹ www.almg.gov.br



FIGURA 2 – Planta Cadastral do Distrito Sede, sem escala
 Fonte e elaboração: Prefeitura Municipal de Senhora dos Remédios

4.2.2 Características Físicas

O relevo é, em quase sua totalidade, classificado como ondulado a montanhoso podendo atingir, em algumas áreas, declividades maiores que 45°. As altitudes variam entre 700 e 1300 metros, aproximadamente. A caracterização do relevo é típica dos “mares de morros”⁷² (FIGURA 3).

Em relação aos solos, são constituídos quase basicamente por latossolos⁷³, que variam entre os de tipo vermelho-amarelo e vermelho-escuro, e também por solos podzólicos⁷⁴ vermelho-amarelo distrófico.



FIGURA 3 – Relevo de Remédios visto da Serra do Pião

⁷² A paisagem criada pelo relevo é de grande beleza, podendo ser explorada turisticamente (o que não ocorre), porém, devido ao alto grau de declividade, em várias áreas do município torna-se difícil a atividade agrícola.

⁷³ Latossolos são solos profundos, geralmente de baixa fertilidade e ácidos, com ocorrência em áreas de relevos planos a ondulados (FERNANDES, no prelo).

⁷⁴ Solos podzólicos são solos com elevada concentração de argila, apresentam fertilidade de média a alta e são susceptíveis à erosão (FERNANDES, op.cit).

O clima pode ser considerado como tropical de altitude, com médias de temperaturas em torno de 28°, e índices pluviométricos anuais em torno de 2000 mm (FIGURA 4). No inverno ou em épocas mais frias, ocorre grande nebulosidade nas áreas mais altas, principalmente em topos de morros.



FIGURA 4 – Relevo montanhoso com grande nebulosidade, paisagem típica do clima tropical de altitude.

Quanto à vegetação local, há a presença de diversos biomas naturais. A mata atlântica é representada por um grande número de matas naturais residuais (aproximadamente 12% do território), localizadas principalmente nas áreas de topo de morros e em ravinas, que desempenham função de zonas de recarga de aquíferos. Um exemplo de espécie vegetal deste bioma são as araucárias, árvores que típicas da mata atlântica, que, em função do seu valor comercial principalmente para a produção de celulose, foi praticamente dizimada⁷⁵ (FIGURA

⁷⁵ Em Remédios há uma grande ocorrência desta espécie ao longo de todo o município, apesar de na divisa com o município de Ressaquinha ocorrer maior concentração. Atualmente as

5). Concomitantemente, há também a ocorrência de floresta mista, mesclada por matas nativas, representadas por um grande número de araucárias e matas secundárias, sinalizadas pela presença de embaúbas. Segundo dados do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR- (2002), a maior parte do município é constituída por pastagens naturais, devido à ocorrência do bioma de transição campo/cerrado, existindo também a presença de pastagens formadas, utilizadas para pasto.



FIGURA 5 – Nichos de vegetação de Araucárias, nas áreas serranas do município.

Uma grande diversidade de espécies da flora como as orquídeas, bromélias e os copos de leite aparecem em toda a extensão municipal, o que resulta em belíssimas paisagens.

araucárias têm sido mais preservadas não só em Remédios, como nos municípios de seu entorno. Também ocorre o manejo sustentável do seu fruto, o pinhão, muito apreciado na região.

A hidrografia é constituída por um grande número de rios perenes, sendo o de maior importância para a população o rio Brejaúba, juntamente com seus contribuintes. Há também a ocorrência de uma grande quantidade de áreas de várzeas, representadas pelos brejos e pântanos (FIGURA 6), e de algumas poucas corredeiras. Ao longo de todo o município observa-se a presença de áreas de várzea; variáveis em tamanho, sendo que sua ocorrência em algumas comunidades pode ser numerosa. Vale lembrar que Senhora dos Remédios está localizada entre as nascentes dos rios Doce e das Mortes, ou seja, entre duas bacias hidrográficas de grande importância ao Estado de Minas Gerais: suas serras atuam como divisores de águas entre as duas bacias, entretanto, quase que a totalidade dos cursos de água do município contribuem para a bacia do Doce.



FIGURA 6 – Várzea na região da Mutuquinha

4.2.3 Organização administrativa e serviços

A organização político-administrativa existente é embasada nas leis Orgânica do Município e de Organização Municipal, e os serviços públicos administrativos são distribuídos entre a Câmara Municipal e a Prefeitura, através de seus diversos órgãos: Secretarias da Fazenda, da Contabilidade, da Educação, da Saúde, da Assistência Social, de Obras e Urbanismo, de Estradas e Rodagem e de Assistência Rural e Desenvolvimento Econômico. Algumas secretarias são dotadas de conselhos municipais específicos, que atuam como órgãos Complementares. Senhora dos Remédios ainda possui Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR) e conta com um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR).

A população dispõe de diversos serviços públicos nos mais variados segmentos administrativos. Na área da saúde, existem serviços médicos, farmacêuticos e odontológicos disponíveis, além de dois postos de saúde e um laboratório de análises clínicas. Segundo moradores, sempre há médicos no posto de saúde local, o que motivou recentemente, investimentos municipais na construção de uma “cidade da saúde”, conglomerado de serviços locais na área médica.

Há assistência social e jurídica local, principalmente em função de disponibilização de serviços do Ministério da Previdência Social, como o programa bolsa família. Correio, agência bancária, cartório, delegacia e conselho municipal da criança e do meio ambiente também fazem parte da administração local. Existem diversos serviços particulares, que vão desde comércios até a prestação de serviços especializados. Também são encontradas organizações não governamentais que totalizam um número de setenta e duas entidades⁷⁶: 10 Associações Comunitárias, 32 Conferências Vicentinas, 4 Conselhos Vicentinos, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Associação Cultural (Banda de música), a Associação Cultural (Cavalhadas), a Comissão Municipal de Defesa Civil, a

⁷⁶ Informações obtidas através do PMDR.

Comissão Municipal de Agropecuária, a Associação Desportiva de Times de Futebol, e 20 times de futebol informais⁷⁷.

Na área dos transportes, há uma grande rede de estradas vicinais locais, que totalizam um número de 680, o que torna possível a ligação entre os distritos, as comunidades rurais e a sede⁷⁸.

Atualmente, Senhora dos Remédios é o único município da região 100% eletrificado (área urbana⁷⁹ e rural)⁸⁰. O abastecimento de água atende a 100% da população urbana, e 80% da população rural, pois, no restante, há a canalização de águas de minas pela Prefeitura, sem cobrança financeira pela utilização deste recurso. Os índices de saneamento nas áreas urbanas do município equivalem a 100%, e nas áreas rurais a 70%⁸¹.

4.2.4 População

A população de Senhora dos Remédios é parte fundamental nesta pesquisa, pois o programa foi criado com a finalidade de dar suporte aos agricultores familiares e camponeses, além de ter a intenção de reduzir índices de evasão masculina. Senhora dos Remedos é um município de aproximadamente 10.000 habitantes, sendo que a maior parcela destes vive e sempre viveu, na zona rural. Contudo, desde os anos 70, tem sido verificada uma saída desta população habitante das zonas rurais, provocada principalmente pela mecanização do campo, sendo que na década de 90, esta situação atingiu os níveis mais críticos (GRÁFICO 1). Ao mesmo tempo, a população urbana tem sido ampliada.

⁷⁷ Não profissionais.

⁷⁸ A ligação entre as comunidades e a sede é feita por estradas vicinais de terra.

⁷⁹ Sede municipal, e sedes dos distritos de Palmital dos Carvalhos e Japão.

⁸⁰ Informações obtidas através do PMDR.

⁸¹ O saneamento nas áreas rurais é feito com a instalação de fossas sépticas nas residências.

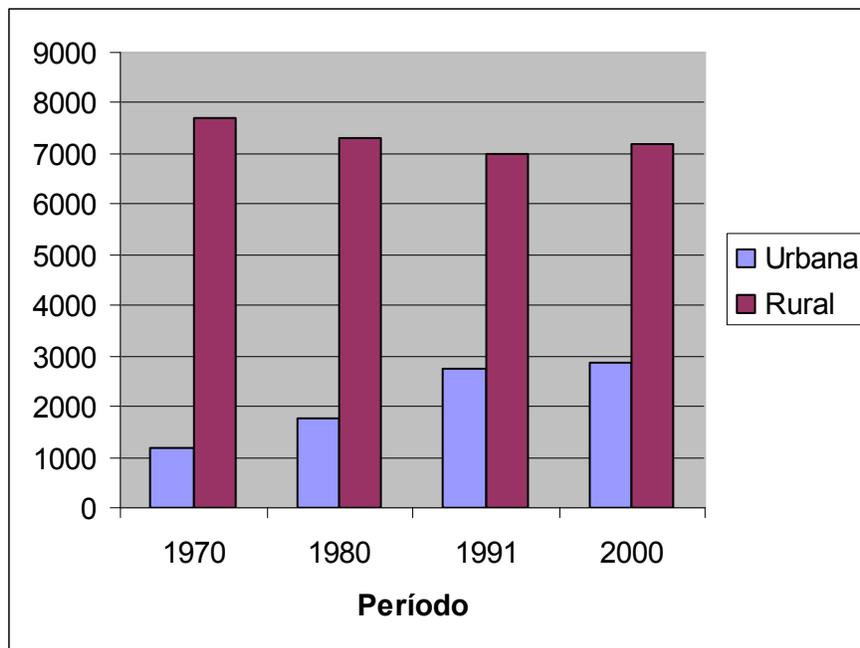


GRÁFICO 1 - População residente em Senhora dos Remédios, segundo local de domicílio.

Fonte: www.ibge.gov.br; censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000

Ao longo dos anos, em Senhora dos Remédios, houve modificações nas populações tanto de homens quanto de mulheres no que diz respeito à situação de domicílio dos mesmos (GRÁFICO 2⁸²). Nota-se, até a década de 90, uma migração expressiva da população rural em direção à área urbana; em contrapartida, uma diminuição de população na zona rural. Porém, ao analisar os dados referentes a 2000, pode-se observar um aumento do número tanto de homens como de mulheres na zona rural, mesmo com o crescimento contínuo da população urbana⁸³.

⁸² Em uma análise do gráfico 2 pode-se observar um crescimento real e significativo na população rural masculina e feminina do município em 2000, mesmo com o crescimento da população urbana, e isto comprova a conquista política das diretrizes para contenção do êxodo rural e permanência das famílias no meio rural.

⁸³ O aumento na população rural pode ter ocorrido por vários fatores, entre eles o próprio programa Lavouras Comunitárias, que deu um incentivo à permanência e retorno da população que havia migrado para a cidade.

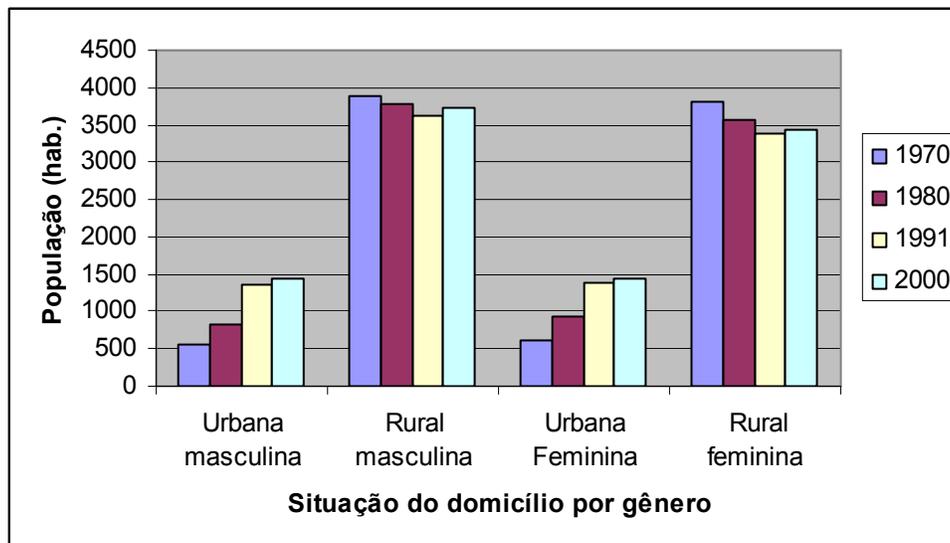


GRÁFICO 2 – Situação de domicílio por sexo da população de Senhora dos Remédios nos anos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Fonte: www.sidra.ibge.gov.br

A população de Senhora dos Remédios é bem dividida quanto ao sexo. Há pouca diferença entre a quantidade de homens e de mulheres no município: homens (51,7%) e mulheres (48,3%). A maior parte da população tem idade entre 25 e 59 anos (42%), seguida pela população de 18 a 24 anos (16,2%), o que comprova a vitalidade do município (GRÁFICO 3). Os indivíduos são em maioria brancos, seguidos por pardos e negros (GRÁFICO 4).

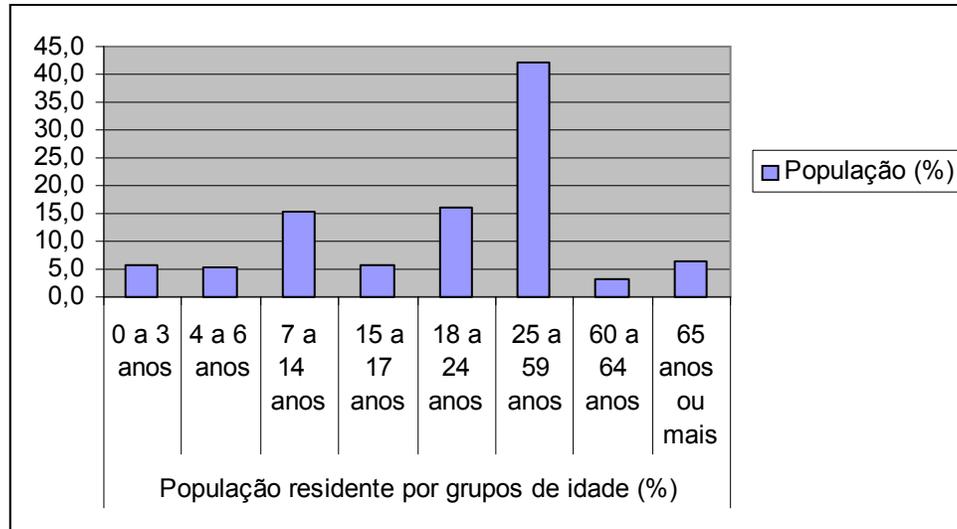


GRÁFICO 3 – Distribuição da população de Senhora dos Remédios, por faixa etária, em valores percentuais

Fonte: www.ibge.gov.br, censo demográfico de 2000

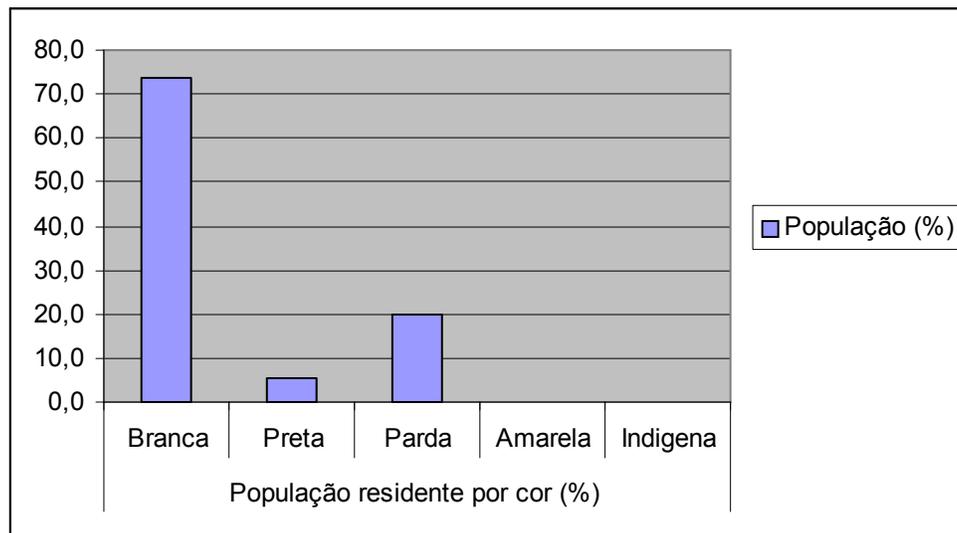


GRÁFICO 4 – Distribuição da população por cor, em valores percentuais.

Fonte: www.ibge.gov.br, censo demográfico de 2000

A população local é predominantemente rural, já que dos 10.000 habitantes rurais, 7.000 encontram-se na área rural (IBGE, 2000). Segundo dados oficiais, mais de 85% da população é alfabetizada, mesmo no meio rural. Nota-se, mesmo nas pequenas comunidades rurais, há a existência de escolas municipais e

estaduais, tanto de ensino fundamental (20 unidades) como de ensino médio (02 unidades).

Apesar disto, segundo o Censo Demográfico de 2000, com relação à escolaridade, observa-se que um índice elevado da população acima de 15 anos permaneceu menos de 4 anos na escola (41,6%). A população de estudantes totaliza 23%, sendo a maioria, constituída de crianças e jovens até 24 anos, e a média de estudos da população acima dos 10 anos é de quatro anos (GRÁFICO 5)⁸⁴.

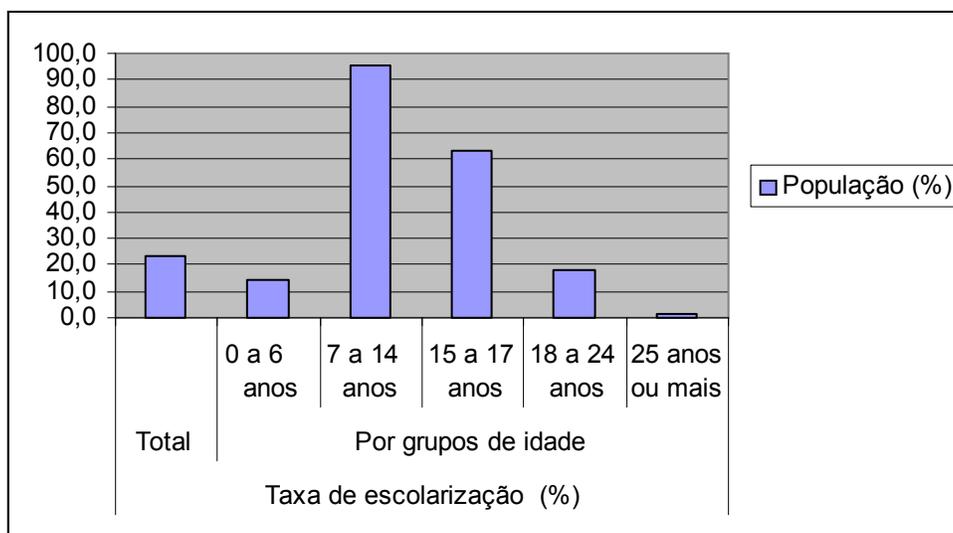


GRÁFICO 5 – Taxa de escolarização por faixa etária, em valores percentuais.

Fonte: www.ibge.gov.br, censo demográfico de 2000

Quanto à crença religiosa, os cidadãos de Remédios são quase que em sua totalidade católica⁸⁵, e segundo a população e o pároco local, é o segundo município a formar mais padres no Estado. A devoção é uma característica cultural da população e a maior parte das comemorações, tem a ver com o calendário da igreja.

⁸⁴ Atualmente, em função de programas como Bolsa-Escola, as crianças e adolescentes tem sido mais freqüentes e permanentes, devido a critério pré-estabelecido pelo Governo.

⁸⁵ Segundo informação em entrevista da população urbana, existe apenas uma igreja Assembléia de Deus no município.

4.2.5 Estrutura Fundiária

De acordo com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) e a EMATER/MG, com relação à estrutura fundiária, o município é caracterizado principalmente pela presença de agricultores familiares, pois das 641 propriedades rurais, a maior parte (cerca de 90%) pode ser denominada como de pequeno porte⁸⁶. A maioria delas possui área inferior a 50 hectares (GRÁFICO 6), e dessas, o maior número compreende as de área entre 2 e 5 hectares (TABELA 1). Este fato demonstra a grande fragmentação territorial, ocasionada principalmente pelo aumento da família, e a necessidade de terras para o trabalho. As propriedades são exploradas pelos proprietários e suas famílias, com a participação acentuada de parceiros agrícolas, sem vínculo empregatício (CMDR, 2002).

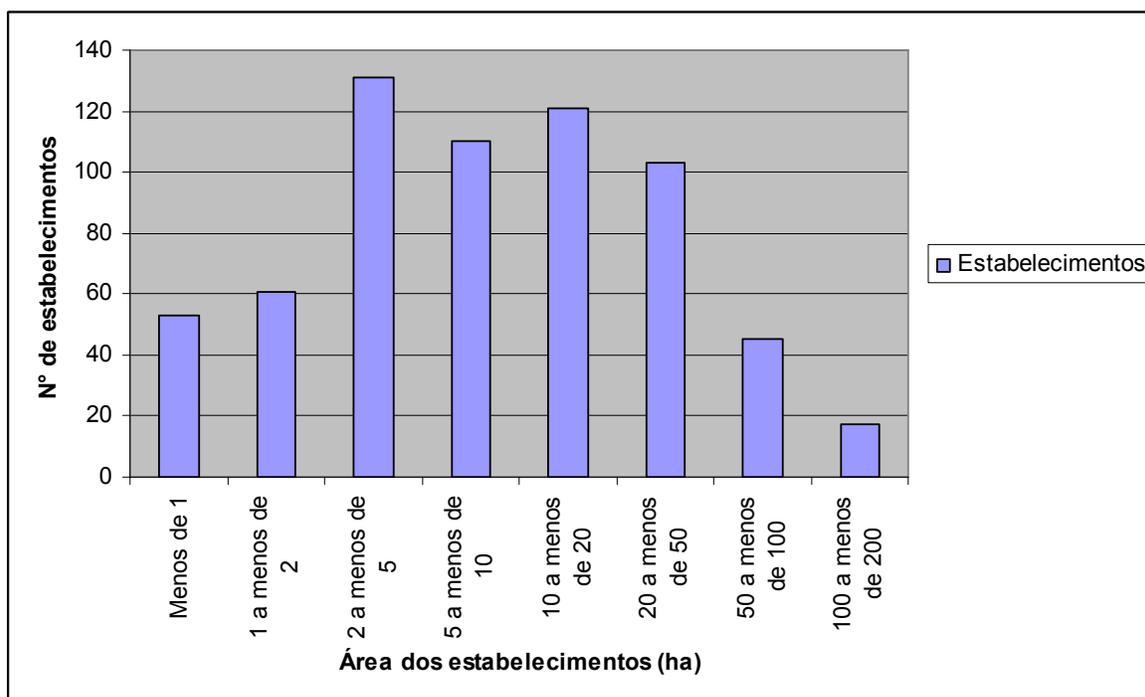


GRÁFICO 6 – Grupo de área total, segundo as mesoregiões, microrregiões e municípios, para o município de Senhora dos Remédios.

Fonte: www.ibge.gov.br, censo agropecuário 2000

⁸⁶ O módulo rural no município é de 30 hectares.

TABELA 1

	Estabelecimentos	Área (há)
Menos de 1	53	28
1 a menos de 2	61	86
2 a menos de 5	131	453
5 a menos de 10	110	822
10 a menos de 20	121	1806
20 a menos de 50	103	3178
50 a menos de 100	45	3199
100 a menos de 200	17	2195

TABELA 1 - Número e área dos estabelecimentos agrícolas segundo as mesoregiões, microrregiões e municípios, para o município de Senhora dos Remédios ano
 Fonte: www.ibge.gov.br, censo agropecuário 2000

O Censo do IBGE de 2000 aponta que a maior parte dos agricultores é proprietário das terras, e apenas um pequeno percentual deles constitui arrendatários e parceiros, apesar da existência de alguns ocupantes (GRÁFICO 7).

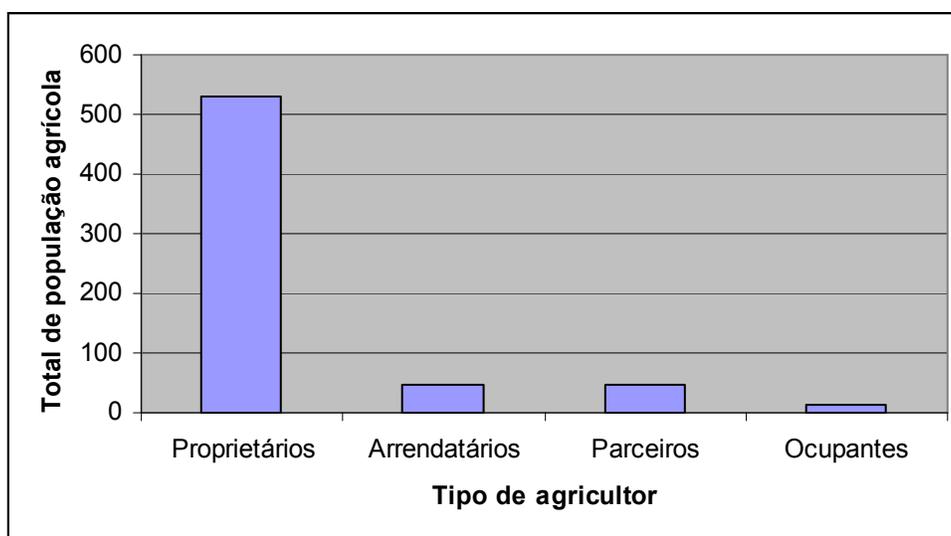


GRÁFICO 7- Quantidade de agricultores por condição de trabalho do produtor rural

Fonte: www.ibge.gov.br, censo agropecuário 2000

A maior parte do território é ocupada por pastagens naturais e artificiais, seguida pelas lavouras permanentes e temporárias (GRÁFICO 8). Logo, há uma homogeneidade quanto à estrutura fundiária e as propriedades rurais, porém, as áreas de pasto têm crescido a cada ano, ocasionando danos ambientais. Segundo a população, as áreas de matas nativas têm sido reduzidas intensamente. O número de terras produtivas não utilizadas é mínimo, o que comprova a importância da atividade agrícola neste município. Há ainda um número significativo de áreas inaproveitáveis, principalmente em função do relevo acidentado.

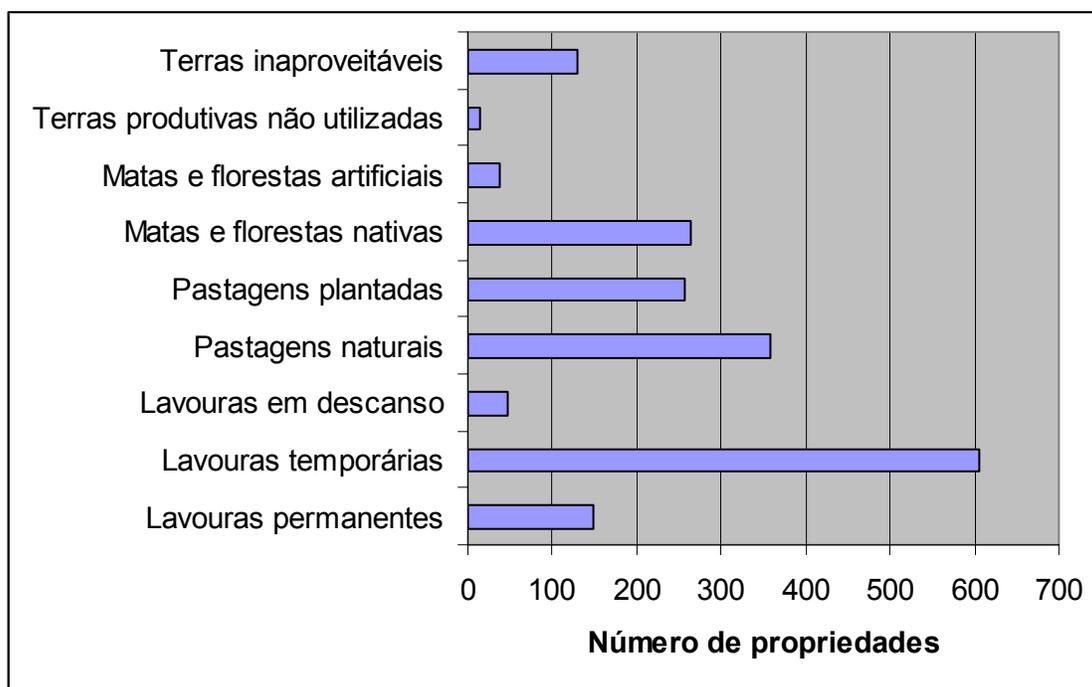


GRÁFICO 8– Utilização das terras no município, por número de estabelecimentos agropecuários.

Fonte: www.sidra.ibge.gov.br, censo agropecuário 2006

4.2.6 Economia

A população se distribui irregularmente sobre os setores econômicos do município, e a maior concentração de trabalho, fica a cargo do setor agropecuário, seguido pelos setores de serviços e da indústria, principalmente o da produção de cachaça. Os setores de comércio e transporte constituem apenas um pequeno percentual dentro da economia local (PDMR, 2002).

As principais culturas do município são: milho, feijão, arroz, cana de açúcar, café e banana; e as maiores produções (em volume de toneladas) são o milho e a cana de açúcar. Segundo Assis (2003, p.80), “[...] a agricultura data dos primórdios sendo [...] milho e cana - de - açúcar os produtos mais cultivados [...]”. O cultivo da cana-de-açúcar é forte, e pode ser comprovado pela presença de 13 alambiques no município. Entretanto, cerca de 90% da produção de todos estes cultivos é destinada ao consumo familiar e na propriedade; já a produção voltada à comercialização geralmente é negociada em Barbacena, com destino ao mercado regional⁸⁷ (EMATER-MG, 2002). Uma outra atividade econômica importante é a fabricação de tijolos - 12 olarias no total (PDMR, 2002). Todas estas atividades, juntas, compreendem a agroindústria local.

As criações merecem destaque, pois há no município um grande rebanho de gado leiteiro (FIGURA 7), bem como um grande número de suínos, sendo que a maior parte da produção destas duas criações também é destinada principalmente à subsistência da própria família. As carnes excedentes são vendidas a abatedouros de Barbacena, e o leite é comercializado nos municípios de Carandaí e Ressaquinha, devido à existência de laticínios de grande porte (em Senhora dos Remédios, existem apenas 02 pequenas unidades locais de resfriamento e beneficiamento parcial do leite). Os agricultores familiares que possuem gado ainda fazem produtos derivados do leite para a comercialização (queijos, manteiga, doces).

⁸⁷ Antigamente, segundo os produtores, a produção excedente ou destinada ao comércio era também vendida para os municípios de Carandaí e Ressaquinha com destino à comercialização na CEASA – MG.



FIGURA 7 – Gado de leite, Comunidade da Mutuquinha.

Problemas estruturais como a melhoria de estradas, necessidade de retenção de população rural, eletrificação entre outros, foram motivadores da implantação de políticas públicas voltadas para se obter o desenvolvimento sustentável no município. Neste sentido, foram utilizados o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e o PRONAF.

O PRONAF infra-estrutura, introduzido em Senhora dos Remédios pelo Comitê Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) em maio de 2002, veio auxiliar e complementar o Programa Lavouras Comunitárias no desenvolvimento local através da liberação de recursos destinados a agricultura familiar local e através da compra de instrumentos⁸⁸ necessários como suporte à produção municipal.

Já o PMDRS (Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável) foi elaborado com base nas demandas locais, como a baixa produção e produtividade, devido à utilização de técnicas e equipamentos rudimentares⁸⁹;

⁸⁸ Os instrumentos comprados com o dinheiro do PRONAF infra-estrutura compreenderam basicamente maquinário destinado ao trabalho da roça, como tratores, arador, misturador de adubos, entre outros.

⁸⁹ Técnicas e instrumentos de manejo em comunidades tradicionais são questões muito discutidas atualmente como instrumentos de sustentabilidade. Isto foi colocado no início do PMDR de

dificuldades na comercialização da produção; mercado de trabalho fraco e em decadência⁹⁰, pouca disponibilidade de terras; falta e dificuldades de crédito rural; degradação ambiental, entre outros (CMDR, 2002). Desde sua implantação, o PDMRS tem sido posto em prática, buscando alcançar a melhoria das condições deficitárias de então, e progressivamente concretizarem melhorias nas condições de vida de forma geral à população.

4.3 A importância das comunidades rurais em Senhora dos Remédios

Senhora dos Remédios é um município com grande fragmentação territorial: existem 60 comunidades separadas por mares de morros e pelas Serra do Pião e Serra Bonita. Estas comunidades rurais possuem uma dinâmica própria, que culmina no *modus operandi* particular de cada qual. As comunidades possuem peculiaridades, tradições, atividades econômicas das mais diversas, inclusive com algum grau de especialização (em algumas); além de diferenças estruturais, já que algumas se apresentam mais desenvolvidas e ativas econômica e socialmente que outras.

Segundo dados oficiais, em todas as comunidades rurais existem escolas. No âmbito local, há também um espaço de encontro e exercício da fé religiosa (católica) seja uma igreja (FIGURA 8), um salão, a escola ou até mesmo a casa de algum morador, com a presença de ministros da eucaristia, que realizam algumas atividades na falta do padre do município⁹¹.

Senhora dos Remédios em 1996, que mesmo com base teórica sustentável se equipou para um processo de produção capitalista ou produtivista.

⁹⁰ Na época da colheita e do plantio os agricultores contratam mão de obra temporária, porém no resto do ano a atividade agrícola não absorve nem toda a população familiar; o que tornava o município um território de repulsão.

⁹¹ Como o município tem muitas comunidades, e há apenas um padre local, as missas nas comunidades são rezadas apenas uma vez por mês com a presença do padre. Logo, algumas funções religiosas, quando não há a possibilidade de deslocamento para a sede, são feitas pelos ministros da eucaristia.



FIGURA 8 – Igreja na comunidade de Córrego dos Alves

A diversidade entre as comunidades fez de cada uma território de ação e reprodução de valores diversos, e por estarem isoladas fisicamente umas das outras e na maior parte das vezes distantes da Sede, ou dos distritos, esta situação só fortaleceu ainda mais estes vínculos de unidade local.

As comunidades possuem uma estrutura própria, típica de suas características culturais; as casas podem se distribuir de forma concentrada, como na FIGURA 8, ou de forma descentralizada, onde existem áreas maiores para as propriedades. Em cada qual, a beleza local, a rusticidade do campo e a população que lhe imprime suas singularidades.

4.4 Um lugar chamado Remédios

A história comprova a importância das manifestações culturais ao longo do desenvolvimento de Senhora dos Remédios. O município é repleto de histórias, de lendas e de costumes passados entre as gerações, além de utilizar a conservação

do patrimônio histórico como forma de perpetuar a vida da cultura local. A ocorrência das manifestações culturais se dá em diferentes níveis: as de maior amplitude acontecem geralmente na Sede e as específicas acontecem nas comunidades, com caráter variado.

Senhora dos Remédios apresenta várias características e vetores que enriquecem a cultura local⁹², mas talvez o traço de maior dimensão e importância seja a religiosidade, conseqüentemente a fé.

As paisagens culturais apresentam traços dos mais diversos, tanto no meio rural, como no meio urbano. Possuem denominações toponímicas⁹³ vinculadas, em sua maioria, à natureza geográfico-ecológica, sendo ainda encontrados nomes de origem antroponímica e etnocultural e, apesar da forte religiosidade, denominações de origem mítica religiosa praticamente não aparecem. Outro dado interessante é que, mesmo tendo correspondido num passado remoto a uma área de ocupação indígena, foram diagnosticados apenas dois termos de toponímia desta natureza⁹⁴. Estas paisagens podem ter dimensão macro, em todo o município, ou se apresentarem diferenciadas entre as comunidades e a sede.

Em Remédios, espaço sagrado, imaginário e tempo sagrado coexistem, principalmente em função da devoção de seus habitantes. Ao longo de todo o município é possível localizar igrejas e capelas, bem como pequenas grutas ou oratórios, públicos ou particulares. Há também, em toda a extensão municipal, um grande número de salões paroquiais, que funcionam nas comunidades rurais e, que recebem visitas esporádicas do pároco local para as celebrações litúrgicas. Nestes locais, os ministros da eucaristia são os responsáveis pela realização do rito da comunhão e por atendimentos que sejam necessários, dentro de suas limitações. A influência da Igreja Católica é tão grande que praticamente não há existência de outras igrejas⁹⁵.

⁹² Ver Matriz Cultural, APENDICE.

⁹³ Ver inventário toponímico, APENDICE.

⁹⁴ Rio Piranga e Ponte do Piranguinho, ambas palavras de origem Tupi.

⁹⁵ Segundo informações do pároco e de pessoas vinculadas às atividades religiosas da diocese, atualmente há apenas uma igreja evangélica em Remédios, localizada na sede. Para se estabelecer no município, o pastor da igreja procurou o padre para “pedir licença”.

A religiosidade e a fé se entrelaçam à própria vida de toda a população, seja ela rural ou urbana. Para os indivíduos, o contato com o “divino” é algo de suma importância, constitui um ato vital, e por isso, deve ser citado nesta pesquisa.

O aspecto religioso constitui-se num dos fatores chave de integração da vida comunitária. A religião tem, nas pequenas comunidades do interior, a preocupação de envolver-se com o cotidiano das comunidades. Apresenta-se como um horizonte cultural do agricultor e da família. A submissão e a obediência dos agricultores às orientações do padre, tanto em âmbito da consciência quanto da moral, são pontos decisivos e fundamentais para um comprometimento cooptado na integração (STRIEDER, 2000, p. 64).

Como há um grande número de cerimônias religiosas, concomitantemente ocorrem encontros, e porque não dizer, atividades profanas, como diversão, jogos, bebidas, reuniões “para se colocar as novidades em dia”. Os bailes acontecem geralmente em dias santos, e apenas alguns poucos eventos se vinculam à atividades de outra natureza, como por exemplo a agricultura. Logo, a religiosidade, importante traço cultural, pode ser considerada um vetor de ligação entre as pessoas, as comunidades e a sede.

A participação da população nestes eventos e comemorações é possível pelo fortalecimento da identidade dos indivíduos, e ao sentimento de pertencimento ao município, independentemente da comunidade onde reside⁹⁶. Apesar de não ter nenhum cunho comercial, turístico ou especulativo, estas festas e a participação popular podem ser vistas de certa maneira, como uma expressão dos cidadãos ou o exercício de uma função social tradicional, e, na maioria das vezes, tem como público apenas os moradores locais.

⁹⁶ A participação em eventos desta natureza, que traz sentimentos topofílicos em relação ao município não interfere em sentimentos desta mesma natureza em relação às comunidades, pois a vinculação e amor ao município se dão em nível macro, e no nível micro, ou seja, nas comunidades, estes sentimentos também são desenvolvidos e fortalecidos.

As principais festas tradicionais que se tem notícia na história local são as seguintes: Folia de Reis (06 de janeiro); Bandeiras de roça⁹⁷; Encomendações de almas⁹⁸; Visitas ao Cruzeiro⁹⁹; Cavalhadas¹⁰⁰ (FIGURA 9); Exposição de gado leiteiro¹⁰¹ (FIGURA 10) e a Festa da Padroeira¹⁰² (FIGURA 11).

Ainda existem manifestações populares de maior dimensão, como as quermesses e procissões, entre elas, a de maior destaque é a homenagem a Nossa Senhora do Carmo, realizada no dia 15 de julho (FIGURA 12).



FIGURA 9 – Cavalhadas
Fonte: Arquivo, Prefeitura Municipal de Senhora dos Remédios.

⁹⁷ Acontece em datas próximas ao dia de reis.

⁹⁸ Festa remanescente dos tempos medievais.

⁹⁹ Festa que ocorre devido à crença na visita de um lobisomem, que provocava a estada das pessoas em casa à noite.

¹⁰⁰ Também remanescente da idade média, relativa à luta entre o bem (cristãos) e o mal (mouros). Esta manifestação popular foi paralisada pelo período de 1958 a 1981.

¹⁰¹ Geralmente em meados do mês de julho.

¹⁰² Dia de Nossa Senhora dos Remédios - 1º de setembro.



FIGURA 10 – Exposição de gado leiteiro, julho de 2007.



FIGURA 11 – Festa da Padroeira, setembro de 2007.



FIGURA 12 – Procissão na festa de Nossa Senhora do Carmo, julho de 2007.

A exposição de gado leiteiro, após as festas religiosas, é uma festividade extremamente motivadora da população, que sai em peso às ruas. Nesta ocasião, existem barracas, apresentação de máquinas, concurso de gado de leite, bezerros e cavalos. Há também uma festa recreativa para as crianças, além de shows para a população. Tradições como o toque do berrante ou a sanfona também fazem parte da festa.

O povo de Remédios aprecia o teatro e a representação é incentivada até nas escolas, o que comprova o gosto popular por manifestações culturais. Já a música tem antecedentes na moda de viola, que vem dos tempos dos tropeiros; no batuque, devido à presença negra e seus costumes e ainda na música sacra. A cultura desempenha um papel tão importante para a população, que foi criado um inventário do patrimônio histórico e cultural do município pela Prefeitura.

A culinária também mostra uma influência cultural. Apesar das comidas serem típicas da cozinha mineira, existem algumas peculiaridades em seu preparo. O almoço tradicional em qualquer casa do meio urbano e rural de Remédios consiste em arroz, feijão, carne de porco e angu. O feijão não é preparado como no

restante do estado, com caroços inteiros; é sempre batido¹⁰³, triturado. Também não faltam torresmos bem secos. Em muitas casas existem hortas, que tornam a mesa mais variada, principalmente de folhas e legumes. Quitandas como biscoitos são sempre encontradas, e os doces de leite e de frutas complementam deliciosamente o cardápio¹⁰⁴.

¹⁰³ Em todas as casas do município, o feijão só é servido desta forma. O feijão plantado e utilizado pela população é do tipo “roxinho”.

¹⁰⁴ Um doce pouco encontrado em outras regiões, mas tradicional em Remédios é a pessegada (doce de pêssego cozido).

5 O Programa Lavouras Comunitárias

5.1 Antecedentes históricos

O Brasil passou por um processo de transformação do seu espaço agrário e tornou-se necessário procurar realizar soluções eficientes no desenvolvimento de áreas rurais, a partir de 1967. Após uma sucessão de fatos, o governo Federal resolveu “crescer e modernizar” o país, introduzindo no meio rural, inovações tecnológicas e técnicas de produção. Essas inovações forçaram, direta ou indiretamente, os trabalhadores locais a procurar empregos em outros lugares¹⁰⁵ principalmente pelo fato de não terem acesso ao processo de mecanização; fato que contribuiu para uma piorar a distribuição de renda no campo e aumentar a marginalização da população rural (LAMARCHE, 1993, p. 183).

Resultaram deste processo danos ambientais no meio rural em decorrência do uso excessivo de agrotóxicos, insumos químicos e práticas agrícolas inadequadas aos solos tropicais, gerando desmatamentos, perdas de solo, assoreamento e contaminação de córregos e rios.

Outro fator de relevância neste cenário foi a criação e promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural¹⁰⁶ “[...] que estendia aos trabalhadores rurais a legislação social que já beneficiava os trabalhadores urbanos” (ROMEIRO, 1994, p.116). Este fato viria a ser uma das causas do desemprego no meio rural e, conseqüentemente, do êxodo.

A contratação de empregados rurais, tem sido desde então temporária, sazonal, acontecendo principalmente nas épocas de plantio e de colheita. Esta situação culminou no surgimento de uma nova classe de trabalhadores rurais: os trabalhadores volantes, que não recebem “[...] qualquer garantia legal trabalhista,

¹⁰⁵ Este processo é conhecido como êxodo rural, a ser tratado no item 5.2 deste trabalho.

¹⁰⁶ Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963.

assistência médica, etc., além de receberem salários miseráveis” (ROMEIRO, 1994, p.117).

Ao mesmo tempo em que ocorria a saída da população rural do campo, especialmente nas décadas de 80 e 90, processo este conhecido como êxodo rural, os grandes centros, maiores receptores da população migrante, necessitavam acompanhar a evolução demográfica e populacional local, e contratar empregados nas áreas de serviços chamados caseiros, além de manterem um exército de reserva; sendo que ao mesmo tempo os órgãos administrativos, através das pessoas de seus diretores, procuravam resolver problemas como o aumento da pobreza e de áreas marginais nos grandes centros (favelas), resultantes da exclusão da mão de obra rural pela sua desqualificação para o trabalho industrial.

Neste sentido, o Governo procura abarcar um novo formato de políticas públicas, embasadas no conceito de uma economia mais solidária, que auxiliasse também o desenvolvimento dos “pequenos”.

A economia solidária, em seus diversos veios, foi se expandindo cada vez mais em ações voltadas ao desenvolvimento local no meio agrícola, auxiliados pelas organizações não governamentais, que traziam além de recursos financeiros, conceitos de práticas mais limpas e ecologicamente corretas. Estas ações procuravam ainda, minimizar os efeitos negativos sociais de pobreza no campo (através de ações solidárias), de forma a trazer mais dignidade ao homem do campo¹⁰⁷.

Como visto anteriormente, este conceito aliará um desenvolvimento tecnológico com melhor aproveitamento dos recursos físicos, buscando uni-lo ao ser humano, abrangendo desta maneira uma visão holística para se observar esta interseção de relações. Neste sentido o Governo Federal procura criar linhas de crédito mais acessíveis aos pequenos produtores, de forma a auxiliá-los nas

¹⁰⁷ Essas ações já eram desenvolvidas em alguns países, e no Brasil, começam a serem discutidas primeiramente por pesquisadores, e em um curto espaço de tempo, começa a ter a simpatia do Governo.

pequenas ações necessárias à sua sobrevivência: uma delas foi a implantação do PRONAF¹⁰⁸.

Em algumas áreas, como no caso do município de Senhora dos Remédios, mesmo com todo este cenário favorável, os agricultores não encontrando formas de sobrevivência no local, realizavam movimentos de saída permanente ou temporária, para outros municípios ou estados, adotando outras atividades de ocupação, buscando melhores condições de vida para si e para suas famílias. Estes movimentos motivaram a adoção de políticas ainda mais eficazes e, desse conjunto de necessidades resulta a criação do Programa Lavouras Comunitárias.

5.2 O êxodo rural e a migração sazonal em Senhora dos Remédios

Talvez seja pertinente perguntar em que ponto da história o homem do campo resolveu dar novos rumos à sua existência, ou seja, desde quando resolveu abandonar o seu elo com a terra, com suas raízes, com seu modo de viver, com sua cultura, e transcender os limites físicos de seu espaço de vivência.

Mesmo com a influência de antecedentes históricos, de extrema importância na evolução deste processo, existiram ainda outras razões para que o trabalhador do campo abandonasse seu trabalho.

Podemos observar que a partir dos anos 60, houve modificações nas relações trabalhistas no meio rural, e na década seguinte, o milagre econômico repercutiu de forma intensiva no campo. A criação e introdução de uma legislação trabalhista específica¹⁰⁹ quanto aos direitos do agricultor e a opção dos agricultores empregadores pela modernização tecnológica causaram uma redução drástica das contratações no meio rural. Na busca por melhores condições de vida, o homem do campo viaja à procura de emprego, geralmente concentrados nas áreas urbanas, devido ao crescimento das mesmas e do setor terciário.

¹⁰⁸ É importante ressaltar que essas ações não abrangeram a totalidade dos produtores rurais.

¹⁰⁹ Estatuto do Trabalhador Rural, 1963.

Apesar da difusão do êxodo rural no Brasil no período compreendido entre 1960 e 1980 ter alcançado índices elevados (27 milhões de pessoas), houve uma continuidade neste processo até a década de 90. De acordo com Abramovay (1999) no começo dos anos 70, 40% da população rural brasileira realizou migrações; nos anos 80, cerca de 1/3 da população saiu do campo e, entre 1990 e 1995, o índice migratório foi de 5,5 milhões de habitantes, haja vista que:

[...] a importância do êxodo rural é confirmada quando se examinam os dados dos últimos 50 anos: desde 1950, a cada 10 anos, um em cada três brasileiros vivendo no meio rural opta pela emigração. Os anos 90 arrefeceram em muito esta tendência: se as taxas de evasão do meio rural observadas entre 1990 e 1995, persistirem pelo resto da década, quase 30 % dos brasileiros que então viviam no campo, terão mudado seu local de residência na virada do milênio (ABRAMOVAY, 1999, p. 1).

Devido à falta de qualificações profissionais que lhes garantisse o sustento nas cidades, muitos agricultores passaram a se ocupar de subempregos ou de atividades informais, ou tornaram-se desempregados, e por falta de opção, se fixaram em favelas.

Este movimento de êxodo rural, ou seja, da saída deste homem do campo para a cidade, teve grande importância na modificação do panorama agrícola, pois somente ficaram os resistentes pequenos agricultores ou então os grandes. A maneira de agir quanto à agricultura em si teve que ser readaptada pelos pequenos, para que pudessem sobreviver.

Da mesma forma, foi importante uma adequação para aqueles que optaram por ir para a cidade ou zona urbana. Atualmente, a população do meio rural começou a perceber as dificuldades que são encontradas para a sobrevivência nos centros urbanos, e se não tem feito o caminho de volta, têm optado pela não saída.

O êxodo rural interferiu diretamente na dinâmica populacional de Senhora dos Remédios¹¹⁰. Muitos homens foram tentar a vida em locais como Rio de Janeiro e Juiz de Fora, à procura de meios que lhes garantisse a sobrevivência, ocasionando problemas estruturais no município.

Um outro movimento que aconteceu e que ainda acontece no meio rural e em Senhora dos Remédios é o das migrações sazonais, ou seja, da saída do trabalhador rural de sua lavoura, nas épocas de descanso (entre-safra) ou no tempo ocioso, para prestar serviços, seja em cidades mais próximas ou até em locais mais afastados. Na busca por maiores ganhos, muitas vezes se sujeitam a condições difíceis e a baixos salários. Esta atividade geralmente visa uma ampliação dos rendimentos familiares, porém, na maior parte das tentativas, o indivíduo se frustra por não conseguir fazer um acréscimo em sua renda. As atividades desempenhadas vão desde serviços da lida do campo, como roçado, plantio e colheita em outras lavouras, até serviços do setor de construção civil (servente, pedreiro, pintor) e outros.

Lopes (1972), ao estudar os movimentos migratórios, descreve que estes são decorrentes do “[...] próprio desenvolvimento econômico e no sistema industrial dele resultante”. Segundo o autor, podem ser consideradas causas das migrações internas a alta concentração da propriedade de terra, os progressos técnicos na agricultura, os baixos salários aí prevalecentes, condições climáticas, crescimento vegetativo da população rural e força de atração dos grandes centros.

Tanto nos anos 70 e 80 como nos dias atuais, o agricultor abandona a unidade produtiva e parte para outros trabalhos que lhe garantam a sobrevivência (sua e de sua família) quando não encontra condições ideais para desenvolver suas atividades agrícolas. Esse abandono ou saída da terra, segundo a ótica Chayanoviana, acontece principalmente nos anos em que as lavouras têm queda, quando há alta nos preços, e os camponeses, não conseguindo garantir seu sustento, ingressam num mercado de trabalho para o qual não têm qualificação, o que ocasiona uma redução dos salários no mercado devido a uma grande oferta de mão de obra, ou seja: quando o trabalho na propriedade não satisfaz

¹¹⁰ Para melhor entendimento deste processo, verificar gráficos 1 e 2 deste trabalho.

economicamente o camponês, ocasiona a busca outra fonte de trabalho, mesmo que a remuneração seja baixa (CHAYANOV, 1974).

Em Senhora dos Remédios, após a implantação do programa, as taxas de êxodo rural foram reduzidas, apesar de alguns agricultores ainda optarem por realizar a atividade sazonal. Pode-se observar, segundo dados do IBGE mostrados no gráfico 1, que houve um aumento de população, tanto masculina como feminina no meio rural em 2000, o que fortalece a agricultura rural e direciona a necessidade de programas como as lavouras comunitárias com esta finalidade. Os agricultores que ainda praticam este movimento, geralmente são solteiros e jovens e, segundo entrevistas, o dinheiro que se ganha, mal dá para sobreviver nos locais para onde se vai¹¹¹. Estes migrantes são contratados por “empreiteiros”, na maioria das vezes, para trabalharem no Rio de Janeiro ou em Dores de Campos (município próximo à Remédios); mas também existem os que vão por conta própria. A maioria dos parceiros (do sexo masculino) do Programa, já realizou esta atividade em algum momento de suas vidas, geralmente quando ainda eram solteiros, mas, atualmente, independente das condições em que vivem, não desejam realizar esta migração.

5.3 Organização e evolução

A falta de emprego local e a especialização necessária para trabalhar em grandes propriedades dos municípios vizinhos, além da introdução da mecanização na agricultura de modo geral, culminaram na saída de um contingente de população masculina em Senhora dos Remédios. Estes trabalhadores, por longos períodos realizavam migrações sazonais à procura de empregos temporários em regiões mais próximas como o entorno do município de Juiz de Fora ou para o Estado do Rio de Janeiro, devido à proximidade e

¹¹¹ Segundo relato de alguns moradores locais, a diária de trabalho paga a quem vai trabalhar nas redondezas, gira em torno de R\$ 13,00 (treze reais), mal dando para garantir a sobrevivência.

demanda de pessoal para realização de trabalhos na área da construção civil, por exemplo¹¹².

Em alguns casos, ocorreu também a saída definitiva de algumas famílias e, concomitante a esta movimentação do pequeno agricultor familiar, houve o abandono considerável de propriedades que haviam se dedicado à cultura do café e da pecuária leiteira, devido à queda destes produtos no mercado. Logo, os empregados agricultores das fazendas viram-se desempregados e agregaram volume ao contingente migratório. Outro fator de relevância que contribuiu para a criação deste programa foi o elevado número de agricultores sem terra¹¹³ existentes em Senhora dos Remédios.

Buscando melhorar a questão da população rural no município, foi criado o programa Lavouras Comunitárias pelo então prefeito José Francisco Milagres, nascido e criado em Senhora dos Remédios e que atualmente é Secretário da Fazenda do município de Barbacena.

Ao se definir como um apaixonado pelo meio rural e pelas atividades a ele relacionadas, bem como seus sujeitos, na sua administração, especificamente no ano de 1996, ele, tocado pela situação do homem do campo, suas dificuldades, a migração e a pobreza, resolveu criar um programa para desenvolver o município, partindo deste indivíduo da “roça”. Na parte operacional, contou com a vinda do então engenheiro agrônomo de Barbacena, Antonio Carlos Fonseca para trabalhar o programa na prática. A partir de suas influências políticas, conseguiu do Governo, verba para as etapas iniciais e, posteriormente, recursos do PRONAF.

Para organizar os agricultores camponeses e familiares que participariam do programa, o prefeito resolveu criar no município o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e como advogado que é, cuidou da organização legal e promoveu a eleição da primeira gestão do Sindicato, que está no poder até os dias atuais.

¹¹² Os trabalhos realizados pelos migrantes podiam também ser relacionados ao meio rural, como a capina e o roçado. Geralmente eram empregos que não demandavam estudo ou grandes qualificações para o seu exercício.

¹¹³ Diferentemente dos trabalhadores sem terra vinculados a instituições e movimentos como o MST, o trabalhador assim conhecido em Remédios constitui literalmente um trabalhador que possui sua casa, nem sempre propriedade, mas que não dispõe de terras para quaisquer cultivos.

Ao longo da existência do programa, houve entrada, permanência e saída de comunidades, em períodos diferentes e por motivos dos mais diversos. Para o início do programa, foram selecionadas as comunidades que apresentassem precariedade de condições gerais de moradia e infra-estrutura de água, luz, transportes, estradas, etc, para que com este incentivo, pudessem ter melhorias nos âmbitos local, social e econômico, critério este usado até os dias atuais.

Embasada numa prática já existente no município - o sistema de meação, ou seja, sistema onde a produção é feita pelo agricultor, em terra alugada, e o pagamento feito com parte da produção ao proprietário- a Prefeitura Municipal decidiu, numa postura de vanguarda, criar um programa de desenvolvimento rural local sustentável que incentivasse a permanência e manutenção tanto do agricultor familiar como do camponês nas comunidades de origem. Conforme explica ACCARINI (1980, p.175), programas desta natureza visam romper o isolamento em que vivem certos grupos de produtores; facilitam a introdução de novas tecnologias, conhecimentos e informações; e podem evoluir para centros de integração ou embriões de cooperativas. O programa valeu-se do sistema de parcerias, que pode ser definido como:

[...] um tipo de contrato onde o pagamento é estipulado como um percentual dos resultados obtidos, sendo que o proprietário é suposto participar conjuntamente, em proporções variáveis, dos gastos de investimento e custeio, assumindo, desse modo, parte dos riscos (ROMEIRO, 1994, p.121).

Então, no período compreendido entre o final de 1996 e início de 1997 a Prefeitura Municipal, em parceria com o Ministério da Previdência e Assistência Social, recebeu recursos para a implantação do programa "*Lavouras Comunitárias*", além de recursos do PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar), e efetivou parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais - EMATER-MG, e com o Sindicato dos Produtores Rurais.

O principal objetivo deste projeto, desde a sua implantação, foi a fixação de trabalhadores rurais no município através da implementação de parcerias capazes

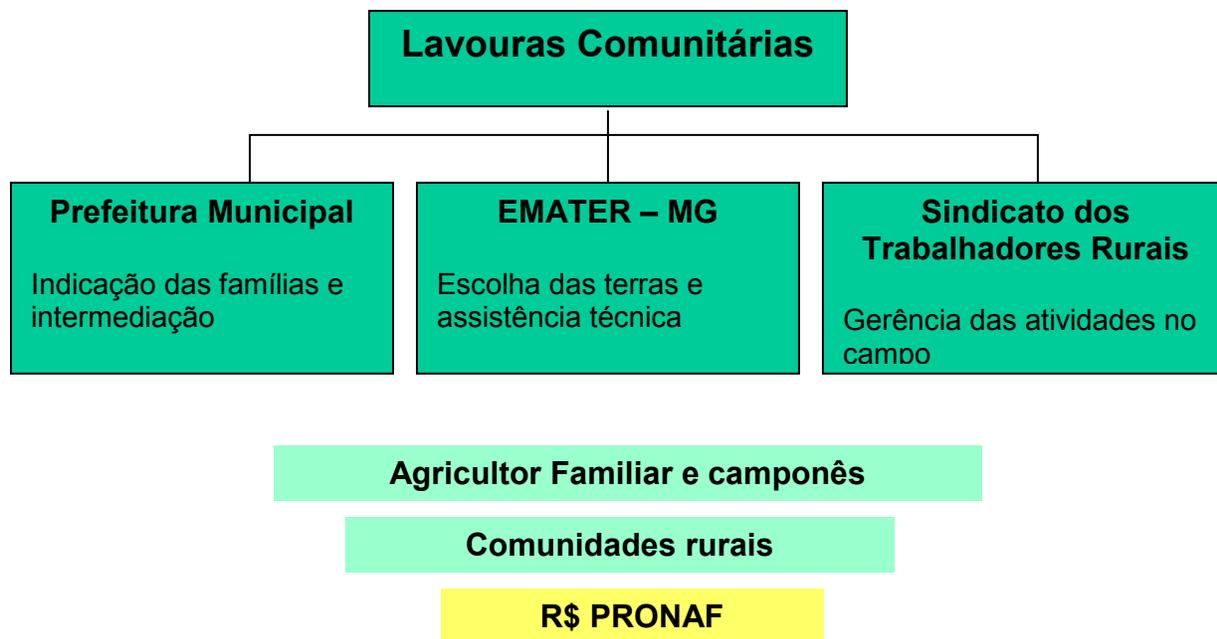
de suprir suas necessidades de trabalho e de subsistência. Como metas prioritárias a serem atingidas, estavam: a valorização do agricultor familiar; a introdução e manutenção de atividades de plantio de cultivos agrícolas, como o milho, o feijão e o arroz, culturas estas, tradicionais no município para geração de renda; o desenvolvimento sócio-cultural¹¹⁴ e sócio-ambiental¹¹⁵ e a execução de práticas que visassem um desenvolvimento rural sustentável, imbuídos de toda a amplitude da força deste conceito. Priorizou-se a implantação em terrenos onde fosse possível reunir pelo menos vinte agricultores sem terra para que realizassem a produção coletiva de alimentos e sementes básicas.

A forma através da qual o programa Lavouras Comunitárias foi organizado contou com a participação do governo, utilizando-se para isto dos recursos do PRONAF; e compatibilizou parcerias que podem ser analisadas sob a ótica da economia solidária, a ser explorada nesta análise (QUADRO 1).

O desenrolar do programa aconteceu efetivamente da seguinte forma: a EMATER/MG ficou responsável pela escolha das terras que seriam arrendadas pela Prefeitura para o cultivo, bem como da assistência técnica; à Prefeitura coube a indicação das famílias e intermediação no processo; e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais ficou responsável pela gerência das atividades no campo. Com os recursos angariados, foram compradas máquinas, equipamentos e sementes para o programa.

¹¹⁴ O desenvolvimento sócio-cultural pode ser entendido como melhorias para a população voltadas ao social (escolas, organização, criação de cooperativas e atividades ligadas ao bem estar social) e ao cultural, como a valorização das práticas locais, a religiosidade nas comunidades, as festas e organização da população local.

¹¹⁵ O desenvolvimento sócio-ambiental privilegia práticas que preservem o meio ambiente, e que utilizem racionalmente os recursos disponíveis no município, além da recuperação de áreas degradadas, reeducando o indivíduo para a melhor utilização do ambiente que faz uso.



QUADRO 1 - Dinâmica do programa Lavouras Comunitárias

Fonte: EMATER-MG

Elaboração: Flávia C. L. Soares

A dinâmica do programa é a seguinte: o proprietário da terra cede o seu terreno à prefeitura, sendo necessário ser este devidamente cercado; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais entra com o auxílio no preparo do solo e os insumos necessários à cultura; os trabalhadores rurais, na maioria sem terra, entram com o trabalho e mão de obra, e a EMATER-MG, fornece assistência técnica e auxilia na mobilização e organização dos grupos de trabalhadores.

As metas prioritárias do programa são: a valorização do agricultor familiar e a redução da necessidade de saída do local; a introdução de atividades para gerar renda no município e a execução de práticas que visem um desenvolvimento rural sustentado em toda a sua amplitude.

As principais culturas implantadas foram a do milho, feijão e arroz de sequeiro, já tradicionais no município. Após a colheita, a produção é dividida da seguinte forma: 45% da colheita são pagos ao agricultor familiar, que trabalhou o processo, 15% são entregues para o proprietário da terra, como pagamento pela utilização

do espaço e 40 %¹¹⁶ vai para um fundo municipal que arca com as despesas necessárias às culturas.

Este programa teve início no ano de 1997 com 156 famílias, distribuídas numa área de 145 hectares, mobilizados nas comunidades de Vargas, Japão, Martins, Mutuquinha, China e Senra I e II (MAPA 2). A escolha das comunidades participantes foi feita a partir de diagnóstico sócio-econômico, direcionada aquelas comunidades onde se fazia necessário a implantação de ações eficazes de redução da pobreza. Também era decisivo neste processo de seleção o interesse do proprietário da terra em participar do programa, fazendo o contrato de parceria e arrendamento da terra. As primeiras safras (dois primeiros anos, 1997-1998) atingiram níveis recordes de produção do município, o que motivou todos os parceiros.

A gestão 2000-2004 ficou a cargo do prefeito Artur Tafuri, que apenas continuou o processo e, para isso, contou com o envolvimento de um técnico agropecuário da EMATER-MG, Fábio Alves de Moraes. Nesta gestão, o programa apresentou um saldo positivo, tendo chegado ao maior número de comunidades e famílias participantes. Porém, este prefeito somente deu seqüência ao processo, deixando o envolvimento maior a cargo do técnico da EMATER local, que apresentou uma série de problemas pessoais e profissionais ao longo deste período.

No ano agrícola de 2001-2002, houve um aumento expressivo do número das famílias participantes, que passaram de 156 para 296, e da área plantada, que chegou a 190 hectares, atingindo 11 comunidades, sendo elas: Japão, Córrego dos Alves, Mutuquinha, China, Senra, Tigre, Tenda, Cunhas, Vargas, Estiva, Teixeiras, Martins e Pião (MAPA 3), contempladas principalmente pela precariedade de trabalho local.

¹¹⁶ Informações obtidas em documento oficial sobre o Programa Lavouras Comunitárias, cedido pela EMATER –MG.

Na safra 2005-2006, houve uma redução significativa do programa: somente foram atendidas 166 famílias, o que gerou uma redução de aproximadamente 75% dos agricultores familiares e camponeses parceiros, e que resultou também numa diminuição da área plantada, que passou de 200 para 76 hectares (GRAFICO 9).

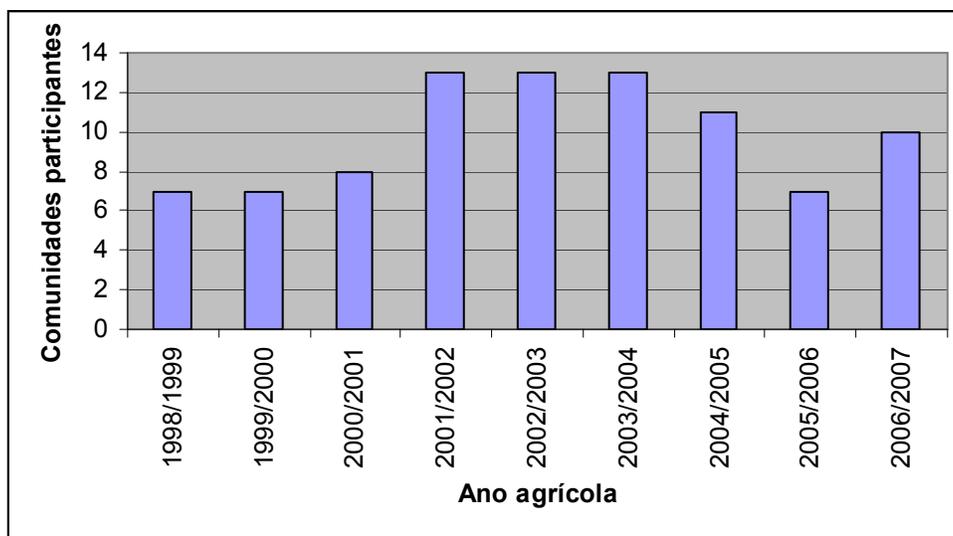


GRÁFICO 9 – Número de comunidades participantes por ano agrícola

Fonte: EMATER – MG

A atual gestão 2004-2008, do prefeito Dirceu Passos, resolveu priorizar outros setores para desenvolver o município: a educação e a saúde. Apesar do apoio do engenheiro agrônomo da EMATER, Ronaldo Venga, o prefeito tem apenas continuado com o programa, mas não tem, em sua gestão, lhe designado a devida atenção. A realização desta pesquisa teve início em 2005, período já da atual gestão e, apenas no final de 2007, com a entrada do novo Secretário de Agricultura, a Prefeitura começou a se dedicar ao programa, buscando alternativas sustentáveis e recursos para as lavouras comunitárias¹¹⁷.

¹¹⁷ Neste trabalho, o Secretário de Agricultura, juntamente com o produtor Pedro Assis, tem buscado introduzir e desenvolver ações no setor, voltadas ao pequeno agricultor familiar, especialmente para os parceiros do programa.

No ano agrícola de 2006/2007 (MAPA 4), a meta foi atingir 280 famílias de pequenos agricultores, abrangendo oito comunidades (Timóteo, Tigre, Alves, Mutuquinha, Tenda, Teixeiras, Senra e Cunha) de forma a retornar o programa a um dinamismo positivo e, efetivamente, consolidar seus princípios (GRÁFICO 10). Houve também redução da diversidade dos plantios que estão sendo realizados nas comunidades, principalmente do feijão, alimento com alto teor protéico e fundamental na alimentação.

Ao longo destes dez anos de programa, segundo a população local, aconteceram melhorias significativas no município, como a redução da evasão da população, consolidação do agricultor familiar e sua reprodução, aumento da qualidade de vida, instruções referentes à assistência técnica e introdução de algumas técnicas mais avançadas de produção¹¹⁸ e manutenção da terra¹¹⁹. A redução na saída de população pode ser comprovada inclusive pelos dados do IBGE, que demonstram através do censo demográfico de 2000¹²⁰ um aumento da população rural masculina e feminina do município. É importante lembrar que em um município de 10.000 habitantes como Senhora dos Remédios, uma evasão de população, por menor que seja, gera conseqüências diretas. Atualmente até a migração temporária, para pequenos serviços em municípios próximos, não tem sido realizada, pois com toda a dificuldade, a população não acha vantajoso sair do município para trabalhar¹²¹.

As Lavouras Comunitárias, por ordem de prioridade, foram implantadas em terrenos onde foi possível reunir pelo menos 20 agricultores sem terra para que realizassem a produção coletiva de alimentos e sementes básicas.

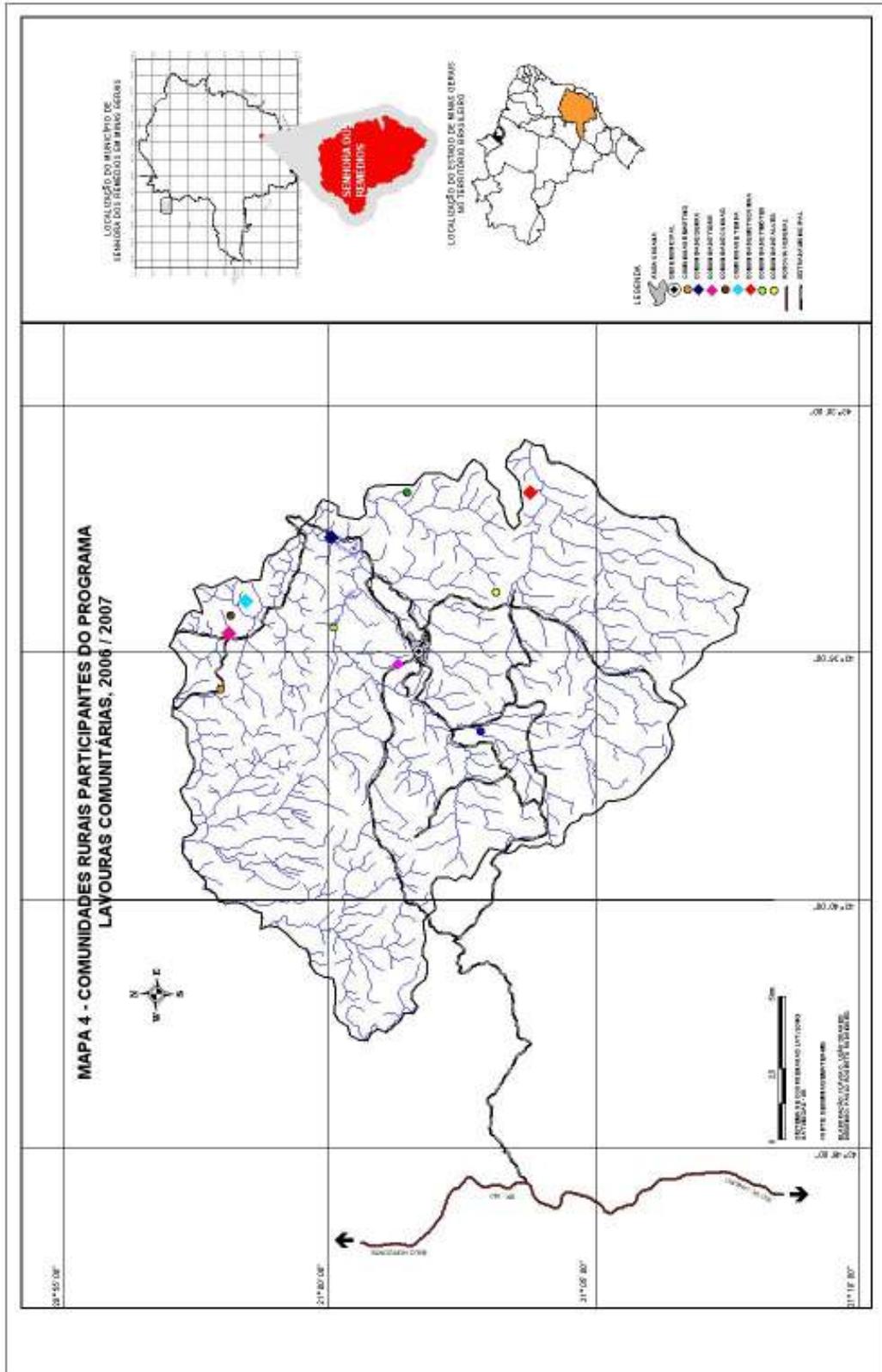
O recebimento das terras ocorreu a partir da realização da análise do solo, quando então a terra era repassada aos agricultores. Também foram repassados kits de tração animal para as associações comunitárias, com o objetivo do manejo do preparo do solo (em áreas onde não for aconselhável a moto-mecanização),

¹¹⁸ Como exemplo pode-se citar a introdução do adubo químico feito com máquinas compradas pelo PRONAF.

¹¹⁹ Esta manutenção foi apresentada na comunidade de Tigre, com o cercamento da nascente que abastece a comunidade e as lavouras comunitárias.

¹²⁰ Ver gráficos 1 e 2.

¹²¹ Este movimento de saída já foi atrativo em outro momento da história municipal, atualmente não é mais.



plantio, adubação e cultivo, nas áreas onde havia incidência do programa Lavouras Comunitárias. Além de instrumentos mecanizados para o plantio, os adubos e o calcário também foram cedidos. O secador de grãos e o armazém, implantados com recursos do PRONAF, foram utilizados para receber a produção de alimentos e sementes das Lavouras Comunitárias, bem como a produção dos agricultores familiares de forma individual, visando à padronização da produção para melhorar a comercialização e transformação dos produtos.

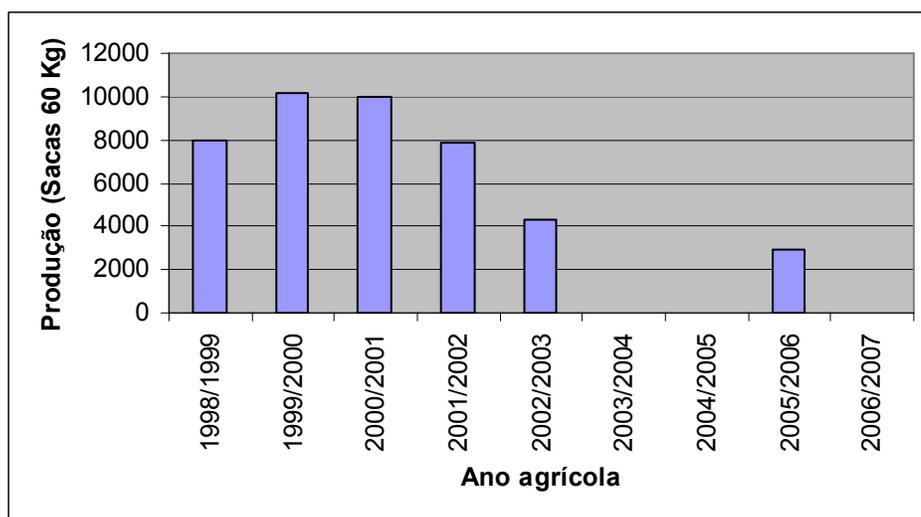


GRÁFICO 10 – Produção total de milho por ano agrícola
Fonte: EMATER – MG ¹²²

A participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi de extrema importância, não só para os agricultores parceiros do programa, como para o próprio Sindicato, que teve sua cota de associados aumentada, evoluindo de 300 associados em 1998 para 853 em 2000, 1658 em 2003 e que atualmente conta com um número aproximado de 4000 associados.

Concomitantemente, ocorreram problemas, entre eles, o mais significativo talvez tenha sido a paralisação do programa no período de mudança do governo

¹²²Obs: não encontram-se disponíveis os valores dos anos agrícolas 2003/2004, 2004/2005, 2006/2007.

local e, conseqüentemente, a saída do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do programa, ocorrida em detrimento de modificações políticas.

A atuação da EMATER-MG cessou nos anos de 2004-2005, quando o extensionista rural foi afastado e, somente voltou a ser reativada em dezembro de 2005, com a nomeação de um engenheiro agrônomo, que desde então responde pela extensão rural do município. Após a saída do Sindicato Rural, em 2006, a tutela do programa ficou a cargo apenas da Prefeitura Municipal e da EMATER-MG.

O programa se apresenta como principal instrumento de apoio às parcerias sejam elas institucionais, locais, entre as comunidades ou entre os agricultores já que possui como objetivo principal a melhoria de vida dos atores do projeto, pois:

[...] as parcerias representam um ponto de precária estabilidade no processo de mudança, ora em andamento, colocando o caipira entre a posição de proprietário, ou posseiro, e a de assalariado agrícola; e aparecendo muitas vezes, como uma única solução possível para sua permanência no campo (WANDERLEY, 1996, p.10).

No início de sua existência, o Programa teve um caráter prioritário para a Prefeitura Municipal, objetivando alterações imediatas no espaço rural. Houve uma união de esforços de todos os envolvidos (parceiros e instituições públicas) para que as Lavouras Comunitárias tivessem êxito. Neste período, os parceiros começaram a se sentir realmente importantes no processo produtivo do município.

Porém, as mudanças de governo e de engenheiros agrônomos no município, alteraram o andamento das Lavouras Comunitárias, dado ao grau de prioridade e simpatia que cada qual tinha a respeito do agricultor familiar parceiro do programa e do próprio programa¹²³. Este fato é citado tanto por parceiros como pelo primeiro

¹²³ O que se observa é a real finalidade do programa: o desenvolvimento sustentável para os parceiros e suas comunidades, fato que não ocorre em função da dependência política (do governo local) de gestão e direcionamento das lavouras comunitárias, sendo que este processo deveria estar a cargo dos parceiros e do CMDR.

engenheiro agrônomo do Programa, Antônio Carlos Fonseca, como fatores determinantes para a continuidade. Vale relatar que este programa - Lavouras Comunitárias - foi adotado por mais três municípios mineiros próximos a Remédios: Alto Rio Doce, Capela Nova¹²⁴ e Santana do Garambéu, porém, de todos eles, o único ainda existente é o de Senhora dos Remédios.

Efetivamente, houve muito pouca capacitação humana em termos de profissionalização dos agricultores parceiros, que não tiveram treinamentos voltados às suas produções individuais, ou às práticas específicas de produção sustentável, incluindo a questão dos manejos. As comunidades participantes não têm (nem tiveram nestes onze anos) autonomia perante o programa: apenas recebem instruções e sementes para os plantios e, a mobilização ocorre de forma isolada, pois não há interfaces entre as comunidades. Órgãos como o CMDR pouco interferiram neste processo.

5.4 O perfil das comunidades rurais onde o programa acontece

“ Mais permanentes e mais difíceis de expressar são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o lócus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida” (TUAN, 1980, p.107).

Um aglomerado rural é a uma localidade situada em área legalmente definida rural, caracterizada por um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída com arruamentos reconhecíveis ou, dispostos ao longo de uma via de comunicação. Pode ser classificado como aglomerado rural de extensão urbana¹²⁵ e aglomerado rural isolado¹²⁶, subdividido em povoado¹²⁷, núcleo¹²⁸ ou outros aglomerados¹²⁹.

¹²⁴ Segundo informações da EMATER local, nos últimos meses de 2007, o programa está com a proposta de ser reativado em Capela Nova.

¹²⁵ Localidade que tem as características definidoras de Aglomerado Rural e está localizada a menos de 1 km de distancia da área efetivamente urbanizada de uma cidade ou vila, possuindo contigüidade em relação aos mesmos. Constitui extensão da área efetivamente urbanizada

O programa Lavouras comunitárias utilizou como campo de ação, as comunidades rurais de Senhora dos Remédios¹³⁰ por elas serem o local de reprodução e vivência dos agricultores familiares e camponeses¹³¹. O intuito foi desenvolvê-las através de um programa que reduzisse o isolamento entre as comunidades, os conhecimentos, as inovações e as informações, “[...] ocasionando uma evolução pontual, que pudesse culminar em melhorias imediatas, ou na formação de centros de integração ou embriões de cooperativas” (ACCARINI, 1980, p. 175).

Os locais onde residem a maior parte dos parceiros corresponde a um aglomerado de casas no rural – onde estes atores sociais detém apenas um terreno que comporta sua moradia e de seus filhos, à medida que a família se reproduz. Este agricultor familiar e/ou camponês vive numa situação deprimida; ele possui uma casa de sua propriedade, porém, ela não dispõe de área para realização de plantio, quando muito, a casa possui uma horta, construída em pequenas áreas no seu entorno. Estas hortas colaboram para complemento da alimentação e são produzidas e cuidadas pelas mulheres.

com loteamento já habitados, conjuntos habitacionais, aglomerados de moradias ditas subnormais, ou núcleos desenvolvidos em torno de estabelecimentos industriais, comerciais ou de serviços (www.am.gov.br/ivs).

¹²⁶ Localidade que tem as características de Aglomerado Rural e está localizada a uma distância igual ou superior a 1 km da área efetivamente urbanizada de uma cidade ou vila ou de um Aglomerado Rural já definido como de Extensão Urbana (www.am.gov.br/ivs).

¹²⁷ Localidade que possui pelo menos 1 (um) estabelecimento comercial de bens de consumo freqüente e 2 (dois) dos seguintes serviços ou equipamentos : 1 (um) estabelecimento de ensino de primeiro grau, de primeira a quarta série, em funcionamento regular; 1 (um) posto de saúde, com atendimento regular e 1 (um) templo religioso de qualquer credo, para atender aos moradores do aglomerado e/ou áreas rurais próximas (www.am.gov.br/ivs).

¹²⁸ Localidade que tem a característica definidora de Aglomerado Rural Isolado e que está vinculada a um único proprietário do solo (empresas agrícolas, industriais, usinas etc.), ou seja, que possui caráter privado ou empresarial (www.am.gov.br/ivs).

¹²⁹ Localidade sem caráter privado ou empresarial que possui a característica definidora de Aglomerado Rural Isolado e não dispõe, no todo ou em parte, dos serviços ou equipamentos enunciados para o povoado (www.am.gov.br/ivs).

¹³⁰ De acordo com a classificação de aglomerado rural subentende-se que as comunidades de Remédios estariam enquadradas como aglomerados rurais isolados do tipo “outros aglomerados”, devido à sua pouca infra-estrutura.

¹³¹ Conforme dito anteriormente, foram selecionadas as comunidades onde havia uma situação mais deprimida e uma maior precariedade de condições gerais de moradia e infra-estrutura de água, luz, transportes, estradas, etc., para que, com este incentivo, pudessem ter melhorias nos âmbitos locais, sociais e econômicos.

Com a reprodução da família, também ocorre aumento do número de casas no terreno do patriarca, para abrigar os filhos e netos. Os espaços de morada dos agricultores parceiros do programa são geralmente rústicos e compostos de poucos cômodos, sendo que grande parte é feita no modelo convencional, utilizando tijolos, cimento, tinta, e algumas (poucas) são de adobe. Podem ocorrer em aglomerados constituindo pequenas vilas ou, também, separadas por grandes distâncias.

Devido ao fato de não disporem de espaço para plantio em suas residências, torna-se necessário o plantio em áreas de terceiros, onde o agricultor trabalha como parceiro ou meeiro para garantir a sua sobrevivência e a de sua família, mesmo que em alguns casos o produtor seja vinculado às Lavouras Comunitárias.

Os agricultores parceiros do programa são nascidos e criados em Remédios, como também seus pais. Não há uma homogeneidade com relação ao número de indivíduos nas famílias: nas comunidades existem agricultores com um grande número de filhos (entre 9 e 10) , mas também existem aquelas pequenas (com três ou quatro indivíduos).

A maior parte dos parceiros sempre exerceu a atividade agrícola, e defendem a continuidade dela pelos filhos, pois acreditam que terão pelo menos uma vida mais farta do que na cidade. Este fato é justificado pelos relatos de indivíduos que viveram a experiência da saída e, que retornaram definitivamente para o município.

Há o desejo e o incentivam ao estudo¹³² dos filhos por parte dos agricultores parceiros, mas poucos acreditam que eles devam sair de Remédios para procurar emprego em outras cidades, principalmente em função do retorno definitivo dos indivíduos que já saíram para tentarem a vida em outras localidades. Tanto os adultos como as crianças sabem que as chances de sobrevivência na cidade são muito piores e mais difíceis do que no meio rural.

¹³² A permanência do estudo para as crianças e jovens, além de ser um pré-requisito para a permanência dos agricultores no programa Lavouras Comunitárias, também constitui um fator financeiro, pois estas famílias geralmente recebem o bolsa-escola, programa do Governo Federal que incentiva a educação de crianças e jovens.

Com relação ao trabalho, todos os membros da família participam, em maior ou menor grau, das atividades agrícolas. Esta participação pode ocorrer em apenas algumas horas do dia, como no caso das mulheres, ou em algumas épocas do ano, como a colheita e o plantio, quando toda a família trabalha, e algumas vezes, contando com a participação de outros indivíduos, em sistema de mutirão. Quando a família é composta pelos pais e filhos em idade infantil (até em torno dos 6 anos), somente o marido e a mulher trabalham na roça. Segundo Carneiro,

A capacidade de adaptação ou de resistência dos pequenos estabelecimentos agrícolas é normalmente atribuída às qualidades intrínsecas deste tipo de organização da produção, tais como o uso da força de trabalho familiar e a prevalência do valor da família na orientação da conduta dos membros do grupo doméstico, mesmo após a modernização. Mas, constata-se também que boa parte das pequenas e médias unidades produtivas não é mais capaz de garantir a reprodução social dos membros do grupo doméstico. A tendência do trabalho externo, sobretudo dos jovens, é uma das evidências do caráter pluriativo de um número considerável das famílias agrícolas atuais (1998, p.65).

Talvez, o conhecimento de sentimentos topofílicos locais possa auxiliar na compreensão da importância das comunidades para os camponeses, e conseqüentemente, para o programa Lavouras Comunitárias. Este sentimento amplia a compreensão da vivência e sobrevivência deste sujeito na sociedade. Conforme relata Candido, as formas culturais condicionadas pela sobrevivência bio-social

[...] favorecem sua permanência naqueles níveis. A cultura do caipira, como a do primitivo, não foi feita para o progresso: a sua mudança é o seu fim, porque está baseada em tipos tão precários de ajustamento ecológico e social que a alteração destes provoca a derrocada das formas de cultura por eles condicionada (1998, p.82).

No município de Remédios, como na maior parte do Estado de Minas Gerais, a agricultura camponesa começou no entorno das grandes fazendas ou ao fato da baixa produção de gêneros alimentícios básicos em função das monoculturas cíclicas. A alguns serviçais livres ou escravos alforriados, era dada a oportunidade pelos grandes proprietários de produzir estes alimentos em áreas extremas das propriedades ou, em áreas limítrofes destas e, em Remédios, escravos podiam ter suas próprias criações de galinhas dentre a produção de alimentos para a grande propriedade (ASSIS, 2003).

A maioria dos aglomerados rurais, inclusive as comunidades selecionadas, nasceram de fazendas que foram divididas, sendo que a maior parte dos moradores constitui filhos de ex-trabalhadores destas propriedades.

Mesmo com a fragmentação fundiária do município de Remédios e da grande similaridade entre as comunidades rurais, pois a maioria delas é constituída de pequenos agricultores familiares e camponeses com situação econômica mais deprimida, foram selecionadas apenas 15 comunidades para participarem do programa. Nos onze anos de sua existência, algumas comunidades deixaram de participar das lavouras comunitárias, enquanto outras ingressaram após seu início. São citadas pela EMATER-MG e líderes das comunidades como causas principais desta alternância das comunidades no programa a falta de terra para cultivo ou a não renovação de contratos de parceria pelos proprietários das terras¹³³. No ano de 2007, apenas 10 comunidades participaram das Lavouras Comunitárias.

Em todas as comunidades participantes das Lavouras Comunitárias a produção é voltada apenas para o auto-consumo, já que a produção é baixa e não há excedentes¹³⁴.

¹³³ Os contratos com os proprietários da terra são feitos por um período de quatro anos, e podem não ser renovados.

¹³⁴ Neste caso, pode-se notar um problema de segurança alimentar, já que a produção é apenas suficiente para a subsistência da família. Em Remédios, a produção do milho é garantida, porém o feijão, artigo básico na alimentação por constituir importante fonte de proteína e carboidratos, não foi plantado em todos os anos por todas as comunidades.

5.1 As comunidades selecionadas e suas particularidades

5.1.1 Comunidade da Mutuquinha



FIGURA 13 – Estrada para a comunidade da Mutuquinha

A abundância de cursos d'água na região deu origem ao nome da comunidade: Mutuquinha, em função da existência de um ribeirão de mesmo nome e de significativa importância para o município: o Ribeirão Mutuquinha (FIGURA 14). Além deste ribeirão, a comunidade ainda abriga vários córregos e nascentes, inclusive situando uma das cabeceiras do Rio Doce.

A comunidade é constituída de um pequeno número de famílias, 21 no total, sendo que a maioria destes agricultores possui terras próprias (pequenas propriedades). Verifica-se ainda grau de parentesco entre alguns indivíduos. Deste número, apenas 16 são parceiros do programa Lavouras Comunitárias. Estes

parceiros podem ser considerados agricultores familiares tradicionais em função de apresentarem características pertinentes ao uso desta classificação¹³⁵.

Existe um pequeno número de agricultores que não possuem parentesco. Geralmente são parceiros que, além das atividades da lavoura, trabalham como funcionários dos proprietários de gado.



FIGURA 14 – Ponte sobre o Ribeirão da Mutuquinha

Os produtores e trabalhadores rurais desta comunidade apresentam situação menos deprimida que a das demais comunidades estudadas: dispõe de pequenas terras em sua propriedade ou fora dela, e a utilizam para criação de gado de leite o plantio de pequenas roças, o que possibilita rendimentos extras.

A Mutuquinha apresenta boa infra-estrutura local: há uma escola, um salão comunitário, as casas possuem luz elétrica e fossa séptica. O líder comunitário, que reside em uma propriedade mais afastada das demais, é muito bem quisto pela comunidade e, exerce ao mesmo tempo a função de ministro da eucaristia, o

¹³⁵ Conforme citam Lamarche e outros, descritos em capítulo que trata dos aspectos teóricos da pesquisa.

que lhe confere um papel religioso de destaque. Em junho, ocorre uma festa tradicional local: a festa junina, realizada no dia de Santo Antônio¹³⁶.

A população é ativa, apresenta envolvimento com questões pertinentes ao município e à comunidade, buscando alternativas de melhorias. Existem encontros freqüentes na associação comunitária local, onde as relações entre vizinhos podem ser observadas. A solidariedade no trabalho ocorre apenas nas lavouras comunitárias, na época de capina e plantio; há também a existência de relações trabalhistas típicas.

As famílias são compostas pelos pais e filhos (em torno de 4), sendo que todos trabalham, inclusive as crianças em idade escolar. De acordo com os entrevistados, a saúde da população é boa, não há conhecimento de pessoas com doenças graves crônicas ou agudas na comunidade.

Apesar da grande parte dos parceiros não ter escolaridade formal, os filhos em idade escolar freqüentam as aulas, mas ainda assim, há o desejo de permanência deles no meio rural. Na Mutuquinha, em algumas famílias, ocorre trabalho temporário por parte dos jovens, no período de entre-safra. A média de salários que estes jovens recebem é o equivalente a um salário mínimo.

As propriedades (inclusive as que possuem terra disponível para plantio em sua área) são maiores e mais afastadas entre si, e apresentam melhorias estéticas¹³⁷. No entorno da casa, nota-se a presença e cultivo de hortas e pomares, além de pequenas criações. Na maioria delas, são encontrados diversos utensílios eletrodomésticos¹³⁸ e veículos de pequeno porte (automóveis e motocicletas). A população é bem informada sobre as situações locais e globais, principalmente pelo fato de possuírem televisores e rádio.

Todos os parceiros possuem algum pedaço de terra além de seu espaço de morada. Estas terras geralmente correspondem a pequenas áreas e se situam em regiões menos privilegiadas, como encostas de morros. Mesmo assim, todos ainda dependem da produção realizada nas áreas das lavouras comunitárias. São elas que garantem o milho para as criações e o feijão para o sustento.

¹³⁶ 13 de junho.

¹³⁷ Estas melhorias podem ser acabamentos, reforma, demarcação de seus limites, entre outras.

¹³⁸ DVD's, televisões, antenas parabólicas, rádios, entre outros.

As Lavouras Comunitárias são praticadas em terrenos arrendados de dois irmãos, que revezam o arrendamento. Os contratos são vigentes por um período de quatro anos, de forma que, passado o período de utilização, possa ser feito pousio da terra¹³⁹. Após o término do contrato, os proprietários utilizam a terra para o gado, vocação da comunidade, e ao fazerem novo contrato, arrendam um terreno diferente do usado anteriormente. Os proprietários das terras arrendadas consideram este um bom negócio, já que recebem seu pagamento na forma de produção. Caso não arrendassem o terreno, teriam que realizar plantio para subsistência e alimentação das criações. Desta forma, podem se dedicar apenas à produção leiteira.

Muitos parceiros, além de desenvolverem as lavouras comunitárias, criam algumas cabeças de gado e, além de venderem uma parte do leite¹⁴⁰, utilizam o restante para fazerem produtos como queijos e manteigas, que são vendidos para comerciantes do município de Ressaquinha. A vocação para a pecuária fez com que esta comunidade fosse uma, dentre as quatro, que recebeu um resfriador de leite no município (FIGURA 15).



FIGURA 15 – Resfriador de leite da comunidade

¹³⁹ A cada 4 anos.

¹⁴⁰ A maior parte do leite vendido vai para a indústria de laticínio Bonatta.

Com relação a participação no programa Lavouras Comunitárias, a comunidade da Mutuquinha apresenta uma particularidade: as terras para plantio, depois de feito o contrato, são divididas para os parceiros em assembleia, através de sorteio¹⁴¹. Fica definido ao parceiro sorteado trabalhar numa determinada área durante o período dos quatro anos de contrato, o que constitui uma forma mais justa de trabalho, buscando com este método eliminar benefícios a determinados grupos ou pessoas. O sorteio, apesar da tentativa de ser um método igualitário para distribuir terras de boa ou má qualidade, esbarra no contrato longo de quatro anos em que não há rotatividade de área entre estes agricultores beneficiados pelo programa.

De forma geral, os parceiros estão satisfeitos com as lavouras, tendo poucas reclamações a fazer sobre o programa (FIGURA16, FIGURA 17). A maior parte participa das Lavouras Comunitárias desde o começo e, acredita que sem ele, a situação estaria mais difícil. Alguns entrevistados citaram a necessidade de revisão das porcentagens pagas aos proprietários de terra que acreditam ser altas¹⁴². Outro problema ainda citado por entrevistados é a presença de braquiárias em terras arrendadas para as lavouras comunitárias. Isto se deve em função dos donos das terras serem produtores de gado leiteiro, utilizando as mesmas, fora a época do contrato, para pastagens.

¹⁴¹ Este sorteio é realizado em assembleia, na associação comunitária, quando ocorre a renovação do contrato de arrendamento da terra.

¹⁴² Atualmente(em 2007) o percentual pago aos proprietários de terra subiu para 20 %, porém alguns entrevistados acham que a porcentagem paga não deveria passar dos 15%.



FIGURA 16 – Terra das lavouras comunitárias, julho de 2007



FIGURA 17 – Plantio de milho nas lavouras comunitárias, novembro de 2007.

A comunidade da Mutuquinha é preocupada de forma geral, com a questão ambiental : existem áreas de preservação em propriedades particulares e o pousio das terras geralmente é feito em períodos de 4 anos; são adotados manejos tradicionais (utiliza-se a aração em linha e a tração animal, principalmente pelo

fato das lavouras estarem situadas em morros e encostas), mas a aração também pode ser feita manualmente, em regime de mutirão, pelos parceiros, principalmente nos locais mais íngremes¹⁴³. Nota-se um contraste entre a utilização destes métodos tradicionais de manejo em contraposição a introdução de tecnologias na cultura do gado, como a presença do resfriador de leite na comunidade, apesar da ordenha ser toda manual.

Também é importante relatar a culinária regional diferenciada desta comunidade. Graças ao leite, são feitos vários tipos de queijo pelos agricultores (tanto familiares, quanto arrendatários), sendo principais os do tipo mussarela e cabaça. Estes queijos também são vendidos para padarias e supermercados da sede do município de Remédios e para municípios vizinhos. Outro derivado do leite que agrega renda aos pequenos agricultores é a manteiga.

Os doces também merecem destaque. Como nas casas existem hortas e pomares, são feitos os mais diversos tipos de doces. O plantio de alguns pessegueiros no quintal faz parte da cultura local. Por isso, a pessegada, doce feito a partir do cozimento da fruta, é tradicional, típico desta comunidade¹⁴⁴.

¹⁴³ Na safra de 2007 (FIG. 16), a aração foi feita toda de forma manual.

¹⁴⁴ Nas visitas a campo, a única comunidade onde foi encontrado este doce foi na Mutuquinha, constituindo um diferencial local.

5.1.2 Comunidade de Senra



FIGURA 18 – Vista parcial do aglomerado rural da comunidade de Senra

De todas as comunidades estudadas, a simpática Senra apresenta um grande número de características que a distingue das demais do município. Senra é a que se encontra mais próxima da sede, ligada a esta por estrada pavimentada.

É constituída por um grande número de famílias, aproximadamente 80, divididas entre Senra I e II e dispostas em um pequeno terreno. A imagem que se tem ao chegar nesta comunidade é a que estamos em uma vila, devido à proximidade entre as casas. A disposição física entre moradias e ruas remete a idéia de estarmos em qualquer bairro mais simples da capital, não fosse pela rusticidade das propriedades e da paisagem de morros a lhe rodear.

As propriedades possuem água e luz, os esgotos são lançados diretamente nos rios e o lixo geralmente é queimado. Existe um salão paroquial, situado em uma casa alugada e uma venda na estrada pavimentada que passa pela comunidade. As casas possuem aspecto simples, a maioria possui poucos cômodos apesar das famílias serem numerosas (em torno de 6 a 10 filhos).

Os produtores não possuem terras, apenas a casa onde moram. As residências são muito próximas umas às outras, sendo que a maioria é muito antiga, situadas em ruas muito estreitas. Apesar do pequeno espaço disponível, existem algumas hortas pequenas no terreno comum da comunidade, onde aqueles que querem, dividem este espaço, plantam e cultivam sua horta, já que, devido à falta de terreno físico, elas não existem fixamente na área das residências. Este plantio é utilizado por todos. As verduras, principalmente a mostarda e a taioba, constituem uma referência à culinária local.

Nesta comunidade não há escola e, devido à proximidade da área urbana, as crianças estudam na cidade. Por estar na divisa com Vitorinos (distrito do município de Capela Nova), grande parte das atividades dos moradores é feita naquele distrito. Segundo relatos obtidos nas entrevistas, os moradores de Senra se sentem mais à vontade em Vitorinos, porque em Remédios são tidos como “encrenqueiros” ou discriminados. Não existem festas na comunidade, sendo que nas comemorações religiosas que ocorrem na Sede, a população participa ativamente, mas frequenta principalmente as de Vitorinos, sendo a mais esperada, a festa de Santo Antônio, que acontece em junho.

Há um grande número de crianças que frequentam a escola e recebem bolsa família. Apesar de possuírem uma situação econômica mais deprimida, a população tem consciência e conhecimento de seus direitos, são politizados e organizados, não possuem grau de parentesco entre si, apenas grau de vizinhança, porém, se consideram um grupo único, e buscam promover e cultivar esta unidade.

Com relação ao trabalho, todos os indivíduos das famílias trabalham na lavoura comunitária e na roça, a exceção das crianças pequenas, sendo que o restante delas estuda e ajuda na lida. As famílias são numerosas e há trabalho para todos. Contraditoriamente, mesmo com pouca disponibilidade de terra, não existem casos de migração sazonal ou definitiva pela população de Senra. Na busca da garantia de subsistência, são realizados trabalhos não agrícolas por outros membros da família, geralmente mulheres e filhos adolescentes.

A comunidade de Senra participa do programa desde a sua criação e, das aproximadamente 80 famílias da comunidade, apenas 30 têm contratos, porém, em torno de mais 20 trabalham diretamente nas lavouras. Este número desconexo ocorre, segundo o líder comunitário, em função dos filhos dos parceiros que se casam, constituem família e que informalmente também trabalham nas lavouras comunitárias. Em Senra, já existe demanda para expansão dos terrenos do Programa, já que a disponibilidade das terras é pouca atualmente para o número de famílias que necessitam. Isto ocorre em função desta comunidade se localizar mais próxima à zona urbana do município (FIGURA 19), local onde os terrenos são mais valorizados. Devido a pouca disponibilidade de terras para plantio e a grande quantidade de famílias que trabalham nas terras das lavouras, a produção também é pequena, e na maioria das vezes, os agricultores trabalham como meeiros em outras lavouras para conseguirem sobreviver.



FIGURA 19 – Lavoura Comunitária, Senra, julho de 2007.

Quanto ao programa e seu desenvolvimento, os parceiros colocam várias reivindicações: não são ouvidos pelas autoridades, não conseguem ampliar a área arrendada para plantio, não vêem esforços por parte dos demais parceiros

(Prefeitura e a EMATER local) e pelo atraso de entrega de sementes e adubos. Esta é uma comunidade que apresenta várias queixas e críticas em relação à atual gestão do programa, e a que mais lembra com saudosismo as gestões anteriores. O reclamar gera um tipo de conflito não declarado entre os parceiros e gestão do Lavouras Comunitárias.

Da mesma forma, em qualquer época existirão alguns indivíduos empenhados em desafiar os limites do ostracismo social, enquanto outros escolhem a segurança que o cumprimento da ordem – já experimentada e conseqüentemente considerada verdadeira - acarreta (WOLF, 1976, p.34).

Ao mesmo tempo, todos necessitam das lavouras comunitárias para lhes garantir o básico do seu sustento. Porém, para complementação da renda familiar, a maioria dos parceiros trabalha ainda como meeiros em outras propriedades em conseqüência da partilha ser feita em “quarta”, ou seja, eles ficam apenas com a quarta parte do que foi produzido, o que é muito pouco para manter a família que aumentou, mesmo contando com a parceria do programa.

A este respeito, o líder comunitário esclareceu que “[...] apesar da tristeza, infelizmente é a única forma que encontram para sobreviver, já que o terreno das lavouras é muito pequeno, e a Prefeitura e a EMATER-MG não estão dando atenção ao programa”. Isto demonstra duas questões: o programa não está sendo mais sustentável em produção para a alimentação do contingente populacional e para a geração de excedentes além de politicamente não gerar crescimento e desenvolvimento nas comunidades e na vida dos parceiros; ou seja, há continuidade da dependência aos órgãos institucionais, evitando a autonomia dos parceiros e suas comunidades no processo de desenvolvimento rural sustentável.

Os manejos tradicionais do solo utilizados na comunidade são a aração em linha e a tração animal, porém, vem ocorrendo a perda do solo. Segundo o líder, as terras arrendadas para estes parceiros não é de boa qualidade e como não há disponibilidade de terras, os mesmos terrenos são utilizados na renovação do

contrato, ocorrendo saturação do solo por não haver período de pousio. Também contribuem à perda da cobertura vegetal, a pouca disponibilidade de água na região das lavouras, e o fato de não haver plantio ordenado e de acordo com a declividade¹⁴⁵.

Nesta comunidade ainda há ocorrência de trabalhos não vinculados à agricultura, sendo o mais importante o de bordados de roupas para confecções de Petrópolis, RJ. Este ofício é exercido pelas mulheres e por alguns filhos (adolescentes) dos parceiros e, pode ser considerado um exemplo da pluriatividade do trabalho no município. Situações como esta ocorrem em diversos locais, principalmente devido ao fato de que

[...] boa parte das pequenas e médias unidades produtivas não é mais capaz de garantir a reprodução social dos membros do grupo doméstico. A tendência do trabalho externo, sobretudo dos jovens, é uma das evidências do caráter pluriativo de um número considerável das famílias agrícolas atuais (CARNEIRO, 1998, p. 65).

Apesar de todas estas situações, em Senra há um sentimento topofílico muito forte de amor a terra, à comunidade e à família. Todos os entrevistados são declaradamente apaixonados pela vida no campo, crêem que a terra é tudo o que têm (mesmo que não seja deles fisicamente) e mesmo que o programa não tivesse acontecido, acreditam que ainda estariam vivendo nesta comunidade.

¹⁴⁵ Seguindo as curvas de nível.

5.1.3 Comunidade de Tenda



FIGURA 20 – Vista parcial da comunidade de Tenda

Tenda é uma das comunidades com maior área territorial no município e apresenta uma beleza natural imensa e bucólica. Encontra-se rodeada por uma pequena serra e é separada fisicamente pela vegetação, já que existem duas grandes matas nativas intactas, que cercam a divisa da comunidade com o município de Remédios e com o distrito de Vitorinos. Esta vegetação compreende aproximadamente metade da área da comunidade.

O isolamento físico de Tenda distancia a comunidade da sede e das outras comunidades do município, sendo que, segundo os moradores, “o ponto mais próximo para se efetuar compras é em Vitorinos”, porém, para se ir para lá, é necessário passar por uma estrada de terra que corta grande parte de uma das matas nativas. O tráfego tem que ser feito a cavalo, quando há a existência dele, ou, caso necessite de urgência, a pessoa tem que ir para a comunidade mais próxima, que é Cunhas, pegar uma carona, ou até mesmo andar uma grande distância a pé.

Tenda provoca um sentimento de topofobia nos demais moradores de Senhora dos Remédios, sendo que muitos nunca estiveram lá, principalmente pelo fator da distância e pelo agravante da precariedade das estradas, sendo que na época das chuvas fica impossível transitar. A população de Tenda se sente e, de certa forma são, excluídos, apesar de ser um sentimento contraditório, pois muitos dos moradores de Senhora dos Remédios nunca foram, ou nem sabem onde fica Tenda. Mesmo os padres, políticos ou extensionistas rurais vão lá raramente.

Grande parte da população da comunidade é composta de pessoas com feições indígenas e negras, diferentemente do restante do município, e muitos podem ser chamados de mamelucos.

As famílias, compostas pelo marido, esposa e filhos, variam quanto ao tamanho: existem aquelas que são compostas por apenas cinco membros (pai, mãe e 3 filhos), mas também existem as que são compostas por 11 membros (pai, mãe e 9 filhos), ou seja, é um perfil variado. A situação econômica familiar é muito difícil, por isso, Tenda é considerada a mais deprimida das quatro comunidades pesquisadas.

A população, inclusive os parceiros, não tem escolaridade, e muitos adultos são analfabetos. Existem problemas relacionados à higiene e cuidados pessoais principalmente das crianças, e segundo uma professora da escola freqüentada pelos “filhos” de Tenda, muitos alunos deixam de ir à escola quando lhes é solicitado o mínimo de asseio necessário, como por exemplo, a necessidade de banho. Ainda existem problemas relacionados com os cuidados pessoais como os dentários. Apesar disso, todas as famílias que possuem crianças, tem recebido proventos do programa bolsa família.

As casas são muito separadas umas das outras e entre os parceiros e o líder, há uma separação física, pois o líder mora em uma comunidade vizinha (Cunhas). Apesar do líder não plantar na lavoura comunitária, ele apresenta algumas características que foram definidoras da sua escolha, entre elas o fato dele possuir uma pequena venda de secos e molhados na estrada da parte inicial da comunidade, por isso ele conhece toda a população, além de ter mais escolaridade.

Apesar da distância entre as propriedades, há uma convivência entre os vizinhos, talvez pelo fato do distanciamento do restante do município. Porém, Não existe nenhum tipo de manifestação cultural local¹⁴⁶. , nem mesmo festas religiosas ou novenas.

Com relação às casas onde moram, há uma diversidade: algumas são muito grandes e foram antigas fazendas onde os parceiros moram de favor; outras são casas pequenas, mas que também na sua maioria são velhas, mal cuidadas e, em alguns casos, correndo riscos de desabamento (FIGURA 21). Como tem uma situação econômica deprimida, não possuem dinheiro para melhorarem suas casas. Apesar disso, em algumas residências, pode-se encontrar eletrodomésticos simples como rádio e televisão, também há antena parabólica.



FIGURA 21 – Casa em condição de risco.

Nas propriedades existem criações de animais de pequeno porte e hortas individuais, geralmente com plantação de folhas. As propriedades costumam ter

¹⁴⁶ Não existem festas, novenas, ou movimentações no sentido de preservação da cultura local, como em outras comunidades do município.

pequenas hortas, cultivadas pelas mulheres, com gêneros de complementação da alimentação diária (FIGURA 22), mas não existem pomares. Contudo, não há nenhum diferencial em relação à culinária nesta comunidade.



FIGURA 22 – Horta em propriedade de parceiro

O esgoto geralmente é canalizado para fossas sépticas ou lançado diretamente no rio, inclusive em nascentes; e os lixos domésticos são deixados no tempo até serem queimados.

O poço artesiano que abastece a comunidade fica afastado do aglomerado rural; está situado na casa do líder, que concentra também o único estabelecimento comercial da região do lado mais próximo de Remédios.

Não existe preocupação com a questão da sustentabilidade ambiental ou, pode-se acreditar que também haja desconhecimento quanto a práticas conservacionistas. O lixo fica do lado de fora das casas (FIGURA 23), à vista, e as crianças e animais de pequeno porte convivem neste ambiente poluído. Problemas desta ordem interferem diretamente na saúde da população.



FIGURA 23 – Lixo jogado em propriedade, próximo a um córrego.

Outro problema ambiental diz respeito aos cursos *d'água*: apesar de ter uma boa rede de drenagem, não há nenhum tipo de cuidados com a água. Em alguns casos as pocilgas se situam próximas aos rios e os lixos domiciliares são também despejados nestes.

Das dezoito famílias da comunidade de Tenda, apenas nove participam do programa Lavouras Comunitárias, porém, alguns moradores da comunidade Cunhas, também participam do programa nesta comunidade.

A terra é trabalhada por toda a família inclusive crianças, e quando necessário, há ocorrência de mutirões. Com relação a isto, todos os entrevistados relatam sempre terem participado de atividades desta natureza. Existem alguns jovens na comunidade que fazem trabalho temporário em cidades vizinhas, como a capina ou roçado, apesar da quantia paga ser muito pequena, em torno de R\$12,00 (doze reais) a diária, segundo relatos.

Em Tenda, ao contrário de Senra, apenas alguns dos parceiros desenvolvem atividades de meeiros em outras propriedades: a maioria vive apenas das lavouras comunitárias. Os manejos tradicionais utilizados compreendem a aração em linha e a tração animal.

A área plantada vem sendo diminuída a cada contrato, devido a fatores ambientais como fiscalização a áreas de preservação permanente, infra-estrutura mínima exigida no contrato com os parceiros (EMATER e Prefeitura) e aumento da área de pastagem. Apesar de não fazer parte dos cultivos propiciados pelo programa, nesta comunidade ainda é feito o plantio de arroz, devido a uma grande extensão de áreas alagadas.

Pelo fato de ser uma comunidade mais deprimida, os moradores e parceiros tem opinião diferente das demais comunidades sobre a vida no campo: eles acreditam que a vida neste local é muito difícil e, que se não houvesse o programa, já teriam abandonado o município. Contudo, eles relatam um sentimento de amor a terra e ao trabalho do campo. Conforme explica um parceiro, *“a terra é muito boa, porque ela me cria e ela me come”*, o que dá a idéia do entendimento da importância da natureza como fator de vida.

5.1.4 Comunidade de Tigre



FIGURA 24 – Vista parcial da comunidade de Tigre

Apesar do sugestionamento, ninguém na comunidade sabe explicar a origem do nome da comunidade, apenas se sabe que “*nunca houve nenhum tigre por essas bandas*”.

Inicialmente, a escolha de Tigre para participar das Lavouras Comunitárias se deu pela precariedade local, pela falta de condição da população e pelos elevados índices de pobreza¹⁴⁷, mas esta situação foi se modificando com a existência e continuidade do programa. Porém, o fator de decisão da escolha desta comunidade para a amostragem ocorreu em função de ter sido indicada para estudo pelo engenheiro agrônomo da EMATER local.

Nesta comunidade, muitos indivíduos são aparentados, se dividindo entre duas famílias principais: Araújo e Souza. A família, em sua maioria, é composta de cinco a seis pessoas (pai, mãe e filhos). A população mostra traços de miscigenação, mas a maior parcela ainda é constituída de brancos. A saúde dos

¹⁴⁷ Atualmente a comunidade de Tigre saiu desta classificação de pobreza, existem alguns indivíduos com situação mais precária, porém são muito poucos.

moradores é boa, porém encontram-se casos de epilepsia, paralisia cerebral e pressão arterial alta nesta comunidade.

Os adultos são responsáveis pelo trabalho e as crianças freqüentam as escolas, principalmente pelo fato das famílias destas crianças receberem ajuda do programa bolsa escola. Nota-se que os pais gostariam que os filhos tivessem uma vida melhor e menos sofrida que a deles. As relações de solidariedade no trabalho ocorrem apenas entre membros de uma mesma família.

Os diferenciais apresentados nesta comunidade são os seguintes: vários parceiros viveram fora do município retornando posteriormente, e alguns filhos também optaram por morar em cidades onde houvesse maior oferta de empregos, como Rio de Janeiro ou São Paulo. Existem contratos para as lavouras comunitárias em nome de mulheres e em Tigre, elas possuem maior força perante os homens. As mulheres, principalmente as que realmente exercem o cargo de “chefes de família” fazem todo o trabalho braçal nas lavouras e ainda tem tempo para fazer as atividades domésticas femininas típicas do meio rural, como trabalhos manuais, e quitandas das mais variadas, além de cuidar dos filhos.

As casas são geralmente pequenas e possuem poucos cômodos. Em quase todas as casas existem hortas, pomares e muitas plantas. A maior parte das moradias é pintada ou rebocada, mas também podem ser vistas construções de adobe. Em seu interior, encontram-se diversos aparelhos eletrodomésticos e, em algumas moradias, pequenos automóveis e motocicletas. Como os espaços de moradia são um pouco maiores em algumas casas, ao se casarem, os filhos constroem no mesmo terreno.

Além das hortas e pomares, há também o cultivo de pequenos animais, destacando-se dentre os ornamentais as maritacas, que povoam os céus de Tigre, galinhas, cavalos, e poucas cabeças de gado em algumas comunidades. São encontrados ainda os perus, usados como animais domésticos, fiéis guardiões das propriedades.

Apesar de o esgoto doméstico ser destinado à fossa séptica ou lançado diretamente nos rios, esta comunidade se destaca pela preocupação ambiental

com as nascentes, que são preservadas e protegidas. Os lixos, porém, são queimados em todas as residências.

A lavoura comunitária acontece numa área naturalmente irrigada (área de várzea). Próximo a uma das áreas da lavoura comunitária há uma mina d'água, cercada e protegida, com vegetação ciliar em seu entorno. A água desta mina abastece a comunidade e ainda é utilizada na irrigação das lavouras, ou seja, nesta comunidade não ocorrem problemas com falta de água (FIGURA 25). Lá também houve uma preocupação com as nascentes, principalmente às próximas a áreas das lavouras (FIGURA 26), e a população tem tomado para si esta responsabilidade e se orgulha disto¹⁴⁸. Nesta comunidade, há uma preocupação ambiental que se reflete na saúde do lugar.



FIGURA 25 – Brejo próximo à lavoura comunitária

¹⁴⁸ Em visita a campo, foi comprovada a preocupação da comunidade, e na nascente mais próxima à lavoura, que abastece também um brejo próximo à área, os moradores fizeram todo um cercamento em torno da nascente.



FIGURA 26 – Nascente protegida próximo às lavouras comunitárias

Existem problemas entre a liderança e alguns indivíduos da comunidade. Segundo relatos de parceiros das lavouras comunitárias, a liderança age no sentido de privilegiar mais alguns indivíduos em detrimento dos outros, principalmente com relação à divisão dos lotes de terras para plantio e a distribuição da quantidade de sementes¹⁴⁹, fato este apenas citado, sem ter sido comprovado. De acordo com a liderança e com a EMATER local, as terras, as sementes e os insumos são divididos de forma correta e justa.

Apesar de ser a menor das comunidades estudadas (em extensão territorial), é uma das que apresenta melhor produtividade, principalmente pela disponibilidade de água e pelo fato do terreno das lavouras se localizar numa área de maior fertilidade natural. Na última safra (2006-2007), Tigre foi a única comunidade participante do programa que teve uma boa produtividade; também foi a única das

¹⁴⁹ Neste caso, a quantidade pode ser tanto como a quantidade de sementes como a variedade de tipos, como, por exemplo, o milho e o feijão, porém não há fatos que comprovem esta afirmativa.

comunidades entrevistadas que teve plantio de milho e feijão¹⁵⁰, nas demais, houve apenas o plantio de milho (FIGURA 27).

Atualmente, na comunidade de Tigre, a população tem estado mais próxima entre si, pois todos estão focados num objetivo comum: a construção de um salão paroquial na comunidade. Há uma intensa religiosidade nesta comunidade, sendo que até as crianças se deslocam para participar da escola dominical mais próxima¹⁵¹. Esta situação de apaziguamento se refletiu também no plantio da lavoura, realizado em final de outubro de 2007 onde, devido à topografia da área, o plantio foi direto¹⁵², com a utilização de tratores cedidos pela Prefeitura (FIGURA 28).



FIGURA 27 – Lavoura Comunitária, julho de 2007.

¹⁵⁰ Não foi possível descobrir o porquê deste privilégio apenas para uma comunidade, apenas sugestão de fatores que propiciaram esta distribuição somente nesta comunidade: pouca quantidade de sementes, topografia local e número reduzido de parceiros.

¹⁵¹ Em função disso, os moradores se juntaram em torno deste objetivo comum - o salão paroquial - e isto tem minimizado as desavenças que algumas vezes ocorrem.

¹⁵² A introdução do plantio direto partiu do atual Secretário Municipal de Agricultura.



FIGURA 28 – Plantio de milho nas lavouras comunitária, novembro de 2007.

Quanto à cultura regional, a comunidade de Tigre apresenta apenas uma festa local: a festa de Santo Antonio. Também sua culinária é diferenciada: como as hortas e pomares são presentes em quase todas as casas, a variedade de frutas e doces é grande. Isto faz com que a mesa seja sempre farta e cheia de guloseimas para a maioria da população. O mais típico da culinária são as quitandas, principalmente os biscoitos. Os temperos caseiros também são encontrados e as carnes de porco defumadas no fogão a lenha são especiais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Lavouras Comunitárias ainda constituem um programa de relevância por caracterizar uma nova postura do Estado frente à melhoria da vida no campo e, principalmente com relação aos agricultores familiares sem terra, proporcionando espaço de plantio e respeitando a cultura agrícola e as tradições locais.

Numa análise dos dados administrativos do Programa, nota-se a falta de vários e diversificados dados referentes à produção anual das lavouras comunitárias. Alguns documentos como o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e o Inventário Cultural do Município são repletos de informações relevantes, já citadas nesta pesquisa, mas não compreendem a totalidade das mesmas. Tanto os documentos da EMATER como os da Prefeitura municipal estão incompletos com relação ao período de existência do programa, impedindo uma análise mais precisa. É possível que os dados não tenham sido coletados e guardados até pela falta de acompanhamento dos parceiros¹⁵³, ou ainda que não tenham sido tabulados pelos parceiros institucionais. Outro contribuinte para este fenômeno é a saída do Sindicato da gestão do programa, pois, segundo os parceiros, era o órgão que compilava estas informações¹⁵⁴. Entretanto, segundo o presidente do Sindicato, ao sair do programa, o mesmo repassou todos os dados à Prefeitura Municipal. Do ponto de vista dos parceiros, O Sindicato dos Trabalhadores Rurais constitui uma das melhores realizações do “Lavouras Comunitárias”.

Com relação ao programa em si, os dados disponíveis confirmam uma redução significativa tanto da quantidade de parceiros participantes como da própria produção, o que desestimulou (e vem desestimulando) tanto os agricultores como os proprietários das terras, sendo este, um dos fatores da não renovação dos contratos. Outro fator responsável pela não renovação dos

¹⁵³ Apenas o líder comunitário de Senra levantou e possui os dados arquivados de todo o período para as lavouras desta comunidade (área, quantidade, produtividade, parceiros, etc.) porém ele os guarda “a sete chaves”, para ter provas e argumentos através destes documentos.

¹⁵⁴ O presidente do Sindicato, em entrevista, alega que ao sair do Programa, todos os dados disponíveis foram repassados para a Prefeitura Municipal, apesar das divergências políticas entre as partes.

contratos de arrendamento das terras foi a substituição das áreas das lavouras por pastagens, já que os proprietários alegam que, com a diminuição da produção, não estão tendo o retorno necessário. Isto ocasiona problema para os agricultores parceiros, pois tem sua área de plantio cada vez mais reduzida, como já ocorre na comunidade de Senra e, com isso, não conseguem produzir nem o mínimo para o consumo próprio, o que ocasiona problemas graves na estrutura da população, das comunidades e do município.

De forma geral, há uma concordância por parte de todas as comunidades visitadas e dos agricultores parceiros e ex-parceiros¹⁵⁵ do Programa que, nos dois primeiros anos de existência das Lavouras Comunitárias, a economia do município foi impulsionada, apresentando índices de produção de milho nunca vistos até então. Isto motivou os agricultores a participarem cada vez mais do programa e ocasionou, por consequência, uma expansão do comércio e dos serviços. Estes dados foram comprovados em consultas aos participantes. Segundo os comerciantes locais, muitas lojas foram abertas esperando a continuidade das melhorias proporcionadas pelo aumento das safras e inclusão de novos clientes que até então não consumiam produtos da cidade.

O grau de envolvimento das lideranças políticas e do Prefeito foi, e é decisivo, na continuidade e êxito das Lavouras Comunitárias. Também é de fundamental importância a presença e o envolvimento do corpo técnico, principalmente do engenheiro agrônomo da EMATER-MG. Todos os parceiros entrevistados foram incisivos quanto a este fator: eles explicaram que no começo (nos dois primeiros anos do programa), havia uma grande vontade do Prefeito e do Engenheiro Agrônomo em que o programa fosse um sucesso.

Vale lembrar que este programa foi criado em sistema de parceria, sendo os atores os agricultores familiares e camponeses do município; porém, estes não são inseridos neste papel, já que não fazem parte do processo decisório. Na dinamização do programa, ocorre “paternalismo” por parte da administração local, pois, na verdade, os agricultores somente fazem o serviço de plantio e colheita da safra: não controlam despesas, custos, sementes, e demais benefícios que as

¹⁵⁵ Nesta pesquisa também foram ouvidos de maneira informal, alguns ex-parceiros do programa.

lavouras comunitárias possuem e podem oferecer. Os parceiros institucionais permaneceram com o controle do programa, que na verdade, ao longo dos anos, deveria ter sido repassado aos agricultores parceiros, gerando efetivamente uma autonomia comunitária, que culminaria na evolução natural do processo de desenvolvimento rural sustentável.

Apesar de sobreviver por estes onze anos, período no qual passaram sucessivas lideranças políticas e técnicas, o programa vem apresentando queda nos resultados e, neste íterim, é fundamental o envolvimento dos seus coordenadores e parceiros.

As Lavouras Comunitárias teve como um dos objetivos da sua criação a contenção do êxodo rural municipal e por vontade política de se ter um projeto desta proporção. Houve realmente redução da evasão no município, principalmente no meio rural, e o programa lavouras comunitárias teve grande importância neste processo, por, de alguma forma, incentivar a cultura agrícola e conseqüentemente melhor as condições locais de sobrevivência. As entrevistas demonstram que atualmente os pais permanecem nas comunidades trabalhando e, os mais jovens e solteiros, saem, em número reduzido, eventualmente para outros municípios em busca de trabalho. Alguns homens casados, quando muito necessário, vão até cidades e vilarejos mais próximos, trabalhar em serviços de capina, apesar de hoje em dia eles não acharem mais vantagem, *“pois o que ganham é muito pouco, e não sobra nada”*¹⁵⁶.

A terra utilizada nas lavouras do programa, em muitas comunidades, não passa por período de descanso durante os quatro anos de contrato, e os adubos usados são químicos: não há movimentação no sentido de alterar este quadro. Apesar de saber da necessidade de práticas conservacionistas no município, principalmente em função da água disponível, que já começa a se mostrar escassa, a população não tem muitas instruções sobre estas ações e, prefere optar pelos métodos que já conhece como o plantio em linha, o lançamento de esgoto e lixo nos rios, entre outros. Ainda assim, com todas as dificuldades, segundo as entrevistas, a população não deseja sair do local, pois ama a terra e,

¹⁵⁶ Nestas atividades que exercem fora a remuneração média é de treze reais por dia.

se sente tão vinculada, que não consegue sair de Remédios, ou não tem outra alternativa do que viver nas comunidades.

O programa Lavouras Comunitárias em Senhora dos Remédios, contou no seu início com mobilização social, em função da própria população e do movimento de evasão da mesma. Porém, ao longo do tempo, os parceiros institucionais não foram induzindo a autonomia aos agricultores familiares e camponeses parceiros, levando-os paulatinamente ao processo de gestão e tornando-os autônomos. A gestão continuou sendo realizada pelos órgãos que foram responsáveis pela elaboração do programa. Não houve diversificação das culturas, implantação de novas atividades ou introdução de novos manejos agrícolas que tornassem os agricultores familiares auto-suficientes.

A EMATER local solicitou à Prefeitura em 2007, a compra de mudas de árvores frutíferas, que serão doadas aos agricultores familiares das comunidades mais pobres, muitas delas participantes do programa Lavouras Comunitárias; e ainda tem introduzido aulas da cultura do morango orgânico, já que o clima favorece¹⁵⁷. Porém, atividades como a produção de doces e queijos, praticada por diversas famílias em todo o município, ainda não é vista como um projeto de economia solidária, onde poderiam ser dados cursos, por exemplo, por extensionistas rurais, melhorando condições sanitárias e levando a uma certificação do produto para ampliar a renda familiar.

Um programa desta ordem, para “acontecer e dar certo” demanda envolvimento entre os atores e vontade política, para a concretização do processo e dos objetivos, sendo claro que mais algumas participações e recursos ainda são necessários.

Em relação aos aspectos políticos que envolvem o Programa desde sua criação, é possível concluir que cada prefeito teve um plano de governo, centrado em necessidades e prioridades que julga pertinente ou de relevância. Em cada uma das gestões pelas quais o Programa Lavouras Comunitárias passou, o envolvimento e o direcionamento foi diferenciado, ou seja, cada prefeito contribuiu de forma diferente neste processo evolutivo.

¹⁵⁷ Esta atividade já acontece no município vizinho de Ressaquinha..

Porém, apesar das convicções políticas variadas, a população de parceiros das lavouras comunitárias, quase que em sua totalidade, lembram com carinho e grande admiração do prefeito que criou o projeto e do primeiro agrônomo, principalmente pelo envolvimento, participação, freqüência de visitas, acompanhamento e vitórias alcançadas com o programa neste período.

Com relação aos engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas, é importante falar que os escritórios locais da EMATER-MG trabalham em parceria com as prefeituras locais, e então, o prefeito opta pela permanência da orientação técnica, estando o funcionário, de certa forma, subordinado às determinações da administração local.

O Sindicato, apesar de ter passado pelas três gestões, teve conflitos com a administração atual e optou pela saída do programa oficialmente, porém permanece desempenhando a função de parceiro gestor em comunidades que ficaram a cargo de sua gestão no programa. O presidente alega descaso da administração local com os agricultores locais, e com os parceiros do programa; relata o fato da prefeitura atual passar várias de suas funções no programa para o sindicato.

Para a continuidade e sucesso do programa, é necessário que principalmente os parceiros institucionais gestores, busquem proporcionar no atual momento, suporte e vigor ao programa, e ter um movimento de saída à medida que os parceiros e líderes comunitários consigam ser gestores de todo o processo, dando mais um passo em direção à implantação de ações da economia solidária.

Também são importantes considerações acerca de questões culturais, de forma a esclarecer alguns aspectos relativos à influência da mesma na população e na dinâmica do programa e atuação dos parceiros: fatores topofílicos, topofóbicos, toponímicos e, principalmente, aprofundamento em conceitos e questões referentes à paisagem, para melhor compreensão das comunidades.

O estudo da religiosidade local foi de extrema importância, já que este é um fator de relevância tanto para o município como para a população, principalmente para as comunidades, onde os parceiros passam a ter uma ligação maior com a Sede através do pároco local e das ocasiões e festividades de ordem religiosa.

A cultura local exerce um papel determinante já que a população é agrícola, mantendo suas raízes, tradições e conservando sua história no campo e na unidade familiar. Sob este aspecto, o programa somente fortaleceu estes laços, devolvendo ao município a sua vocação agrícola.

Com relação às comunidades estudadas, nota-se uma necessidade de algumas ações direcionadas a duas delas de forma a melhorar as mesmas. Como esta pesquisa analisa mais detalhadamente quatro comunidades, colocam-se as seguintes sugestões: necessidade de aproximação dos parceiros institucionais com a comunidade de Tenda e ações direcionadas à população, saúde e meio ambiente; em Senra, já existe a demanda e necessidade de criação de cooperativa relacionada à produção artesanal de bordados, fundada em preceitos de economia solidária. Para a comunidade da Mutuquinha seria também interessante a criação de cooperativa, já que há produção de leite e fabricação de doces e queijos.

A partir da observação da importância dos traços culturais nas comunidades, pode-se perceber a dimensão das relações sociais e de produção, e com base neste entendimento, introduzir de forma participativa conceitos e práticas que melhorem a vida da população. Ao mudar sua postura, o agricultor passa a influenciar todo o modo de produção e comercialização.

Dentre os resultados do programa quanto à proposta de desenvolvimento rural sustentável, podem ser ampliadas ainda as concretizações e realizações. Na verdade, o desenvolvimento rural não ocorreu totalmente de forma sustentável: existem grandes problemas de ordem ambiental em todo o município, e também nas comunidades participantes deste programa; não houve capacitação dos agricultores parceiros; não houve incentivos à auto-gestão do programa, ou de um direcionamento partindo da base, das necessidades dos agricultores parceiros; e apesar de haverem acontecido melhorias na vida cotidiana, estas poderiam ser bem maiores caso houvesse suporte e envolvimento na implantação de diretrizes para o bem estar social no meio rural. Entende-se a utilização prioritária de conceitos e métodos como a força do lugar, enquanto identidade e espaço de

solidariedade ativa; a cultura popular e o uso dos recursos naturais e sociais locais existentes.

No programa *Lavouras Comunitárias*, os agricultores desempenham papel de participantes, mas ainda não são protagonistas, pois se encontram vinculados aos órgãos públicos e suscetíveis a mudanças diversas que possam ocorrer. Mesmo após os dez anos de sua existência, o programa não capacitou nem proporcionou aos agricultores familiares que trabalhassem com suas próprias pernas, vencendo sozinho os desafios. Ao mesmo tempo, a política local tem criado brechas para o enfraquecimento do programa e de sua credibilidade frente à população local.

Com relação a práticas ambientais sustentáveis, algumas ações mostram a falta de incentivos, instruções e até fiscalização neste sentido: os moradores das comunidades queimam seus lixos nos quintais, a rede de esgoto não chegou a todo o município, muitos moradores jogam lixo nos rios, não há o incentivo por parte da administração de práticas de conservação do solo ou das nascentes. O aumento da área de pastagens e do cultivo da cana-de-açúcar no município tem se tornado uma questão preocupante neste sentido.

Algumas soluções simples como proteção de nascentes ou coleta seletiva e reciclagem não são realizadas nas comunidades municipais. No final de 2007, o então pároco local, preocupado com a questão das águas e com a invasão de propriedades de eucaliptos na região, começou a introduzir o assunto nos sermões, e deu início ao processo de coleta de materiais plásticos, que são recolhidos e enviados para Barbacena para indústria de reciclagem. As demais instituições que poderiam colaborar neste sentido estão à parte desta iniciativa. Apesar de sua transferência para Barbacena, o atual pároco abraçou esta iniciativa.

Outro ponto a ser ressaltado é que muito poderia ter sido feito para criar alternativas viáveis e motivadoras como meio de aumento da renda local como o artesanato e o turismo rural, mas infelizmente ainda não houve nenhum direcionamento neste sentido.

Para que o desenvolvimento rural possa ser alcançado, existem linhas que servem como diretrizes dos trabalhos a serem realizados para o sucesso de

programas desta ordem. Dentre as linhas estratégicas para se alcançar o desenvolvimento rural sustentável, apenas a mobilização social e cultural e a diversificação e modernização das atividades econômicas, podem ser considerados elementos imprescindíveis à melhoria na qualidade de vida desta população, ou pelo menos, mereçam uma implantação mais urgente por parte dos participantes.

A diversificação das atividades, através do grande potencial da região, é algo que não é explorado de forma alguma no município por nenhum dos agentes. Há grande desperdício de materiais que poderiam ser usados para artesanato e, não ocorrem iniciativas de introdução de novas formas de ganhos para esta população. Mudanças como a introdução de inovações tecnológicas nos processos produtivos, facilitam um aprendizado mais consistente e, transformam o panorama individual e coletivo no meio rural.

A pluriatividade do trabalho, buscando seus referenciais nas comunidades rurais de Remédios, feito de maneira planejada e sustentável, torna-se um elemento importante no desenvolvimento local. A introdução de outras atividades não agrícolas, pode alavancar a economia das comunidades e do município, e apresenta uma faceta até então desconhecida para a população que busca este mercado pelo seu caráter raro. Os produtos com base no conhecimentos local, adquirem valor agregado, pois constituem um retrato do modo de vida e da cultura local, tornando-se especiais.

Atividades ligadas ao bem-estar social, como o artesanato, poderiam não só desenvolver o município, como agregar valor à renda dos agricultores locais. Por ser parte de uma região serrana belíssima, com clima tropical de altitude e com resquícios de vegetação de mata atlântica, o turismo rural também deveria ser uma atividade econômica viável a ser incentivada em Senhora dos Remédios, mas o município ainda não conta com infra-estrutura voltada para isto.

Investimentos no setor e instrumentalização de vontade política resumem metas e ações que devem ser consideradas com o maior respeito àquela população que é o cerne do município – o agricultor familiar e camponês – e a busca pela sua sobrevivência de forma digna.

A gestão no processo do desenvolvimento sustentável deve abranger aspectos ambientais, econômicos, políticos, administrativos e sociais. Partindo da premissa de uma aliança entre espaço, população local e desenvolvimento sustentável, torna-se urgente planejamento que seja adequado à realidade local e municipal, visando a sustentabilidade. Devem ser contempladas as especificidades sociais, culturais, políticas e ambientais de cada lugar, já que lhe conferem uma identidade.

Ainda dentro dos preceitos do desenvolvimento sustentável, nota-se que em sua criação, o programa embasava-se em preceitos da economia solidária, aquela onde as decisões visam o bem comum e são definidas pelos seus componentes e integrantes, objetivando a solidariedade e a igualdade.

A criação/manutenção de um programa como este é uma proposta concreta de desenvolvimento local rural sustentável, partindo do princípio da valorização do homem do campo e do território que ocupa (e vive), para tomar as dimensões maiores de comunidades, município e região. As parcerias desta natureza são de extrema importância para os agricultores familiares e camponeses e suas comunidades, bem como para o crescimento municipal e fortalecimento da economia local, como ocorreu e vem ocorrendo em Senhora dos Remédios, durante o maior período do programa.

Portanto, o envolvimento de todos os atores deste contexto torna-se imprescindível para a continuidade do programa e inclusão de novas modalidades de aproveitamento dos recursos disponíveis (materiais, culturais e físicos) e benfeitorias locais. Esta participação, poderá também dar aos agricultores familiares atendidos pelo programa, gradativamente, a gestão do programa, efetivando o desenvolvimento sustentável e o direito à cidadania.

O desenvolvimento local sustentável, em situações desta natureza, introduz conceitos e desenvolve entre os atores uma maior capacidade de autonomia, além de fortalecer a identidade individual e coletiva. Aliados à ética e à democracia, programas desta ordem são capazes de mudar a vida dos indivíduos, alterando-as de forma positiva, num sentido crescente, tornando-os pessoas melhores,

agricultores mais felizes e competentes, capazes de cumprirem às funções sociais que desejam de uma forma mais justa e satisfatória.

Com isso, espera-se que através desta pesquisa, com apontamentos específicos, seja possível, a realização de reflexões sobre situações que podem ser alteradas a partir de uma visão exterior dos fatos, para se concretizar a implantação de conceitos embasados do desenvolvimento sustentável, indispensável a um processo de auto-gestão para agricultores familiares e camponeses, parceiros do programa, e para as comunidades rurais.

7 Referências Bibliográficas

ABELLÁN, Aurélio C., BRINCKMANN, Wanderleia E. **Desarrollo rural e iniciativas comunitárias: incidência em la montana del sureste español**. Redes, Santa Cruz do Sul, RS. Vol.9, n.1,p.101-120, jan./abr.2004

ABRAMOVAY, Ricardo, CAMARANO, Ana Amélia. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 23p.

_____. O admirável mundo novo de Alexander Chayanov in **Estudos Avançados**, v.12, n.32, p.69-74, jan/abr. 1998.

_____. As redes, os nós, as teias: tecnologias alternativas na agricultura in **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Vol.34, n.6, nov-dez 2000. p 159-177

_____. De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar in **Anais do Iº Seminário Nacional do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar da EMBRAPA**. Petrolina, 1997. p. 17-27. Disponível em http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos

ACCARINI, Jose Honório. **Economia rural e desenvolvimento: reflexões sobre o caso brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987. 224p.

ALTIERI, Miguel, MASERA, Omar. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima in ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998. p 72-105

ALVES, Schirley C. A água como elemento fundamental da paisagem em microbacias In **Informe Agropecuário**. Belo Horizonte, MG. v. 21, n.207, nov/dez, 2001. p. 9-14,

AMORIM FILHO, Osvaldo B. Topofilia, topofobia e topocídio em Minas Gerais in DEL RIO, Vicente, OLIVEIRA, Livia de. **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. 2 ed. São Paulo: UFSCAR/ Studio Nobel, 1999. p. 139-152.

ASSIS, João P. F. **História do município de Senhora dos Remédios**. Ed. do autor, Barbacena, MG. 2003. 300p

Atividades da União Européia in http://europa.eu/pol/agr/index_pt.htm. Acesso em 20/04/2008.

BECKER, Berta. A (des) ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (orgs). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 2002. 397p.

BERGER, Benneth M. **An essay on culture: symbolic structure and social structure**. Berkeley: University of California, 1995. 192p

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. Brasília: EMBRAPA, 2000- v. 211p.

CÂNDIDO, Antônio. Os **parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 8. ed. São Paulo: Duas cidades, 1998. 284p

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 1997. 447 p

CARMO, Maristela Simões. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. In: NEVES, Delma Pessanha et al (orgs). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Ed. UFPR, 1998. 275 p.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro, RJ. Ed: Contra Capa Livraria. 1998. 228 p.

CARNEIRO, Maria José, TEIXEIRA, Vanessa Lopes. Pluriatividade, novas ruralidades e identidades sociais in CAMPANHOLA, Clayton, SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. Brasília: EMBRAPA, 2000- v. 211 p.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974. 342p.

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Senhora dos Remédios, MG.
Plano Municipal de Desenvolvimento Rural. 2002

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 224p

CORRÊA, Roberto L. **Trajetórias geográficas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 304 p.

COSGROVE, Denis. Em direção à uma geografia cultural radical: problemas da teoria in CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 103-134.

DEUS, José Antônio S.de. A conexão entre cultura e território in **Territorialidade e cultura dos povos indígenas (Áreas Norte-Amazônica e Juruá-Purus)**. UFRJ, Rio de Janeiro, RJ. 2003. 297 p.

DINIZ, Jose Alexandre Felizola. **Geografia da agricultura**. São Paulo: DIFEL, 1984. 278p.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 191p.

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, FAO/INCRA, 1994.

FERNANDES, Maurício R. **Manejo integrado de bacias hidrográficas – fundamentos e aplicações**. Belo Horizonte (no prelo). 2007, 220 p.

FERREIRA, Luiz Felipe. **Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo**. Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, nº 9, p. 65-83, jul./dez. 2000.

FREMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Almedina, 1980. 275p.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006. 72p

GEORGE, Pierre. **Geografia agrícola do mundo**. São Paulo: 1972. 121p.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001. 653p

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992. 349p.

HOLZER, Werther. **O lugar na geografia humanista**. Revista Território, Rio de Janeiro, ano IV, nº 7, p. 67-78, jul./dez. 1999.

_____ Sobre paisagens, lugares e não-lugares in Oliveira, Lívia et al. **Geografia, percepção e cognição do meio ambiente**. Londrina: Humanidades, 2006.

IBGE. Censo Demográfico Brasileiro, 2000. Disponível em <http://ibge.gov.br>

_____ Censo Agropecuário, 2000. Disponível em <http://ibge.gov.br>

JUNGES, José Roque. **Ética Ambiental**. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2004. 119 p.

Índice de Vulnerabilidade Social do Amazonas. Disponível em <http://www.ivs.am.gov.br>. Acesso em 24/04/2008.

KAIMOWITZ, David. O avanço da agricultura sustentável na América Latina in ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998. p. 56-71

LAMARCHE, Hugues. (coord.) **A agricultura familiar**. Editora Unicamp, Campinas, SP. 1993, 336p.

FRANÇA, Júnia Lessa.; VASCONCELLOS, Ana Cristina de.; BORGES, Stella Maris.; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 7. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. 242 p.

LOPES, J.R. O mundo rural em crise in FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1972. p. 434-450

LOVISOLO, Hugo R. **Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação**. Ed.Unicamp. Campinas, SP. 1989. 231 p.

MAALOUF, Wajih D. **Recursos humanos e desenvolvimento agrícola sustentado - Human resources and sustainable agricultural development**. São Paulo: Fundação Salim Farah Maluf, s.d. 47 p.

MARTIN, José Carpio. Desarrollo local para un nuevo desarrollo rural in **Anales de Geografía de la Universidad Complutense**, 2000. p. 85-100.

MASSEY, Doreen B. **Space, place, and gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994. 280 p

MELO, Vera. Paisagem e simbolismo in ROSENDAHL, Zeny, CORREA, Roberto. **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. 228 p.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: 1978. 265p.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. **Manual Operacional do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília. 1996.47 p.

MOURA, M.M. **Camponeses**. Série Princípios: Ática. São Paulo, SP. 1986, 78p.

MOYANO, Eduardo. Las políticas de desarrollo rural en la Unión Europea. In: **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia, MG. 1997. p. 35-43

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro** In: Estudos Avançados: USP. São Paulo, SP vol.16, nº 43, Dezembro, 2001.

PAULUS, G; MULLER, A.M; BARCELLOS, L.A.R. **Agroecologia aplicada: práticas e métodos para uma agricultura de base ecológica**. Porto Alegre: EMATER/RS, 2000. p. 86

QUEIROZ, Maria Isaura. O povoado de Santa Brígida in FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1972. p. 60-66

REDFIELD, Robert. **Civilização e cultura de folk: estudo de variações culturais em Yucatan**. São Paulo: Martins, 1949. 429p.

RIOS, Dermalva. **Mini dicionário escolar da língua portuguesa**. São Paulo: DCL, 2004, 560p.

ROMEIRO, Ademar. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume, 1998. 272 p.

_____ et al. **O mercado de terras**. Brasília: IPEA, 1994. 204p

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e religião: uma abordagem geográfica**. 2. ed. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 2002. 92 p.

ROSENDAHL, Zeny. O sagrado e o espaço in CASTRO, Ina Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato. **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 119-154

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2 ed. Rio de Janeiro: Garamond. 2002. 95 p.

SANTOS, Boaventura S. (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2005. 514p

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 308p.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. In Estudos CEBRAP, n.26. Petrópolis: Vozes. 1980. p 41-80.

SCHNEIDER, Sérgio. **As atividades rurais não-agrícolas e as transformações do espaço rural: perspectivas recentes.** Publicado originalmente em *Cuadernos de Desarrollo Rural*. Bogotá - Colômbia, v.1, n.44, p.11 - 40, 2000. Disponível em <http://www.ufrgs.br/pgdr/textosabertos/sergio/06atividadesrurais.pdf> em 20/11/2006. P.12

_____. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2006, p. 165-185.

SILVA, José Graziano. Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro in SHIKI, S., SILVA, J., ORTEGA, A. (Orgs.). **O Novo Rural Brasileiro.** Uberlândia: UFU; UNICAMP; EMBRAPA, 1997, p.75-99.

_____. Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social? In ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável.** 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998. p. 106-127

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002. 127p.

STRIEDER, Roque. **Produção agrícola integrada: a emergência humana do trabalhador agrícola.** São Miguel do Oeste: Ed. Graf. McLee, 2000. 171 p.

STROH, Paula. As ciências sociais na interdisciplinaridade do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável in CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. 429p.

SZMRECSANYI, Tomas; QUEDA, Oriowaldo. **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural.** 3. ed. São Paulo: 1979. 239p

THOMPSON, Paul Richard. **A voz do passado: historia oral.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 385p

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980. 288p.

Tubaldini, Maria Aparecida dos Santos. **Caracterização da Agricultura Mineira e a Ação do Estado - Um Estudo Exploratório - 1970/1980** Tese de Doutorado. UNESP /Rio Claro. SP.

_____; GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. **A organização da cafeicultura em São Sebastião do Paraíso.** Rio Claro, 1982. 265f. Dissertação (mestrado)

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: FASE: DP&A Editora, 2001. [2] p.

WAGNER, Philip, MIKESELL, Marvin. Os temas da geografia cultural in CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 27-62.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: XX Encontro Anual da ANPOCS 1996. Caxambú, MG. P.1-17, 1996.

_____ A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - o “rural” como espaço singular e ator coletivo in **Estudos, Sociedade e agricultura**. Out, 2000.

WOLF, Eric Robert. **Sociedades camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 150p.

ZIMMERMANN, Erich W. **Industrias y recursos del mond**. Fondo de Cultura Económica, México, 1957. 143 p.

Periódicos Eletrônicos:

<http://www.almg.gov.br>

<http://www.ambientebrasil.com.br/gestao/artigos/sustentavel.html>

http://europa.eu/pol/agr/index_pt.htm

<http://blm.tce.rs.gov.br>

APENDICE

Questionário 1 – Líderes Comunitários

Data: ___/___/___ Hora: ___:___ Coordenadas: _____

Comunidade rural: _____

Nº questionário: ___ Duração _____ Entrevista nº _____

Nome _____

Idade _____

Sobre a comunidade

Qual a origem da comunidade? _____

Quantas famílias vivem nela _____

Pessoas _____

Serviços

() ESCOLA () POSTO DE SAÚDE () LUZ ELETRICA () ESGOTO ()
VENDA () Igreja () OUTROS _____

Existe alguma festa típica _____ Quando _____

Sobre o Programa

Há quanto tempo esta comunidade participa do programa _____

Como você classificaria o programa? 1 – ruim 2 – bom 3 – muito bom

Qual a área plantada? _____ Ela foi sempre a mesma? _____

Qual o número de famílias desta comunidade que participam do
programa? _____ Este número sempre foi o mesmo desde o
início? _____

Situação dos agricultores: Parceiros _____ Meeiros _____

Arrendatários _____

Qual foi o motivo da saída das famílias: () melhoraram de vida () mudaram da
comunidade () mudaram de atividade () redução da área de plantio
outros _____

Você planta nesta comunidade? _____

Como é o Pronaf: 1 – coletivo _____ 2 – Individual _____

Existe outro tipo de crédito que você procure _____

Todos os agricultores desta comunidade que participam do programa cultivam a
mesma lavoura? _____

Quem é o dono das terras no entorno das lavouras? _____

Ainda existem pessoas nesta comunidade que trabalham em outros
lugares _____ por qual razão? _____

PRODUÇÃO AGRÍCOLA PARA O PROGRAMA:

PRODUTO	QUANT. PRODUZIDA (KG/ANO)
MILHO	
FEIJAO	
ARROZ	

OBS: _____

Com qual periodicidade vocês recebem assistência técnica?

Nas lavouras, quais os tipos de adubo são usados? () químico () Orgânico. Por quê? _____

Técnicas de plantio:

- a) Plantio e curva de nível: () sim () não _____
 b) Plantio consorciado: () sim () não - quais? _____
 c) Repouso de terras: () Sim () Não. _____
 d) Aração: _____
 e) Origem das sementes: _____ Quais: _____
 f) Irrigação: () Sim () Não Tipo: _____
 g) Desde quando usa as técnicas modernas? _____
 h) Como era antes? _____
 i) Quais técnicas antigas preservam? _____

Máquinas e Equipamentos? () Sim () Não.

Qual e de quem: _____

SUA OPINIÃO:

A vida no campo _____

O significado da terra _____

Como você classificaria o programa? 1 – ruim 2 – bom 3 – muito bom

o que você acredita que falta para o programa _____

Quais os problemas que você acredita que podem colocar em risco o programa?

O programa trouxe benefícios para esta comunidade? _____ Quais? _____

O que é marcante na cultura de sua comunidade para você? () festas

() comidas típicas () danças () trabalho

**Questionário 2 - Agricultores parceiros do Programa Lavouras
Comunitárias**

Data: ___/___/___ Hora: ___:___ Coordenadas: _____
Comunidade rural: _____
Nº questionário: ___ Duração: _____ Entrevista nº _____

1) COMPOSIÇÃO FAMILIAR:

a) Proprietário(a): _____ Cônjuge: _____
Ano nascimento: _____. Local de Nascimento _____
Profissão: _____ Outra, além de agricultor? _____
Tempo que reside neste lugar: _____ Número total de filhos: _____

b) MEMBROS RESIDENTES NA PROPRIEDADE:

Nº	Grau Parentesco	Sexo	Idade	Nível Escolar	Residente na propriedade? (sim / não)
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					

e) Onde os pais nasceram e onde moraram por mais tempo?

Pai _____ Mãe _____

f) Há aposentados em casa? () Sim () Não. Quantos _____
Recebe bolsa família do governo? () Sim () Não.

g) Quantos filhos de 7 a 14 anos estudam? _____
Qual a importância disso? _____

h) Os filhos ajudam na produção familiar voltada ao Programa Lavouras Comunitárias?
() Sim () Não. O que fazem? _____

i) Os filhos pretendem continuar no meio rural? () Sim () Não.
Por quê? _____

2 – A PREOCUPAÇÃO COM O FUTURO:

c. 1) Por que trabalha fora da propriedade?

d) Trabalho Temporário (se houver):

Pessoa	Serviço	Onde mora	Salário	Época do ano

e) Outra fonte de renda familiar: pessoa, tipo de renda, periodicidade:

Pessoa	Tipo de renda	Periodicidade

3 – CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA (Estabelecimento)

a) Área total da propriedade: _____ ha _____ alqueires

b) Situação do estabelecimento: () Proprietário () Arrendatário () Parceiro () Outros

c) Já quiseram comprar suas terras? () Sim () Não. Quem? _____
Para quê? _____

n) - A coisas mudaram nos últimos anos? _____

- Estão melhores ou piores p/ trabalhar? _____

- E a mão-de-obra rural? _____

- O lugar, ambiente, paisagem, mudou? ____ Para melhor ou pior? _____

ENTORNO DA CASA:

Você tem animais em sua propriedade? _____ Consumo: _____ venda: _____

Para quem? _____

Horta: _____ Pomar _____ Quem cuida: _____

Produtos da horta _____

Vende produtos da horta? () Sim () Não. Para quem? _____

Obs: _____

5 – ASPECTOS SOCIAIS

a – Moradia:

a) Estado de conservação: () bom () regular () ruim

b) Nº. de cômodos: ____ total c) quantos moram: ____

c) Energia elétrica: () sim () não. Desde quando? _____

d) Origem da água:

() poço/cisterna () rio/córrego () nascente () poço artesiano () Encanada

(Copasa) () Outro _____

e) Tratamento da água para beber: () Sem tratamento () filtrada () fervida ()

Coadá () Outros

f) Origem da água para criação e culturas:

() poço/cisterna () rio/córrego () nascente () poço artesiano () Encanada

(Copasa?)

g) Destino do esgoto doméstico () fossa séptica () lançamento direto no rio ()

outros

h) Lixo da casa: () queimado () alimentação de criações () enterrado () adubo ()

jogado a céu aberto () jogado no córrego/rio () Coletado pela prefeitura

i) Aparelhos eletrodomésticos: () ferro () telefone () Rádio () TV () Antena

parabólica () Geladeira () Fogão gás () Computador () Outros:

j) Quantas de membros da família têm casas no terreno comum? _____

Como é a casa? _____ Quantos cômodos? _____ De que ano é a construção? _____

k) Fez melhorias na casa nos últimos anos? () Sim () Não.

- Com dinheiro de qual atividade? _____

l) Quais as melhorias que você conseguiu realizar na sua casa? 1 – reforma 2- aumento de reboco 3 –construção de novo cômodo 4 – outros _____

k) Saúde

Membros da família	Doença	Onde tratou

l) Meio de locomoção: () Ônibus () Veículo próprio () Cavalos () Outros

5.1 – Sociabilidade

a) Participa de alguma associação? _____ b) Qual? _____

c) Participa ativamente? _____ d) Quando? _____

e) Participa do Sindicato? _____ Há quanto tempo? _____

f) Participa de festas na comunidade, na cidade, em outro local? _____ Quais festas?

g) Participa de lazer na comunidade? _____

h) Já participou ou participa de algum tipo de mutirão? () Sim () Não. Qual?

i) Como mantêm informado dos acontecimentos? () rádio () TV () vizinho () outros

j) Têm contato com algum político, vereador, deputado, etc.?

k) Com que frequência os políticos vêm na sua comunidade?

l) Algum deles já veio aqui na sua propriedade?

8 – PRODUÇÃO LEITEIRA? () Sim () Não. Por quê?

Destinação do leite produzido

Produção	Consumo	Venda	Venda/Laticíni	Preço (l)	Venda local/Estabelecimento	Preço(l)
o	o		o			

a) Fabrica em casa derivados do leite (queijo, doce, etc.)? () Sim () Não.

O que faz com esses produtos? () Consumo próprio () Vende no comércio () Vende para turistas () Outros/

Obs.: _____

b) Técnica usada para ordenha: () Manual () Mecânica

c) Quantas ordenhas por dia? () Uma () Duas. Horário _____; _____.

d) Possui resfriador? () Sim () Não Capacidade: _____ litros. Ano de aquisição: _____ . Utiliza resfriador comunitário _____ com qual periodicidade o leite é entregue? _____

10 – Sobre o Programa

1. Há quanto tempo participa do programa _____

2. Como você classificaria o programa? 1 – ruim 2 – bom 3 – muito bom

3. Qual a área plantada? _____

4. Você planta nesta comunidade? _____

5. Qual a melhor coisa do programa _____

6. E a pior? _____

7. o que você acredita que falta para o programa _____

8. Como é o Pronaf: 1 – coletivo _____ 2 – Individual
9. Existe outro tipo de crédito que você procure _____

10 – PRODUÇÃO AGRÍCOLA PARA O PROGRAMA:

PRODUTO	QUANT. PRODUZIDA (KG/ANO)
MILHO	
FEIJAO	
ARROZ	

QUAL O DESTINO DA PARTE DA PRODUÇÃO QUE FICA PARA VCS?

CONSUMO / QUANTIDADE	VENDA/ QUANTIDADE	LOCAL/VENDA

OBS:

COM QUAL PERIODICIDADE VOCES RECEBEM ASSISTENCIA TÉCNICA?

NAS LAVOURAS, QUAIS OS TIPOS DE ADUBO USADOS? Usa adubo? () químico
() Orgânico. Por quê? _____

– Técnicas de plantio:

a) Plantio e curva de nível: () sim () não

b) Plantio consorciado: () sim () não - quais ?

c) Repouso de terras: () Sim () Não.

d) Aração: _____

e) Origem das sementes: _____ Quais: _____

f) Irrigação: () Sim () Não Tipo: _____

g) Desde quando usa as técnicas modernas? _____

h) Como era antes?

i) Quais técnicas antigas preserva?

– Máquinas e Equipamentos? () Sim () Não.

Qual e de quem:

SUA OPINIÃO:

A- A VIDA NO CAMPO _____

B- O SIGNIFADO DA TERRA _____

C- Se o programa não existisse, você acredita que ainda estaria na comunidade, no município? _____

MATRIZ DE QUESTÕES CULTURAIS

VETORES SOCIOAMBIENTAIS

VARIAVEL	Comunidade Mutuquina	Comunidade Senra	Comunidade Tenda	Comunidade Tigre
Manejes sustentáveis	X			X
Manejes tradicionais	X	X	X	
Medicina tradicional				
Toponímia da natureza geográfico-ecológica				

VETORES SÓCIO-CULTURAIS

VARIAVEL	Comunidade Mutuquina	Comunidade Senra	Comunidade Tenda	Comunidade Tigre
Espaço de morada	X	X	X	X
Relações de vizinhança	X	X	X	X
Solidariedade no trabalho	X	X	X	X
Culinária regional diferenciada	X	X		X

VETORES MÍTICO-RELIGIOSOS

VARIAVEL	Comunidade Mutuquina	Comunidade Senra	Comunidade Tenda	Comunidade Tigre
Festas religiosas	X			X
Tradições				
Toponímia local				

Inventário Toponímico do Município de Senhora dos Remédios

Crítérios de Classificação:

1. para localidades com toponímia geográfico-ecológica
2. para localidades com toponímia economicista
3. para localidades com toponímia mítico religiosa
4. para localidades com toponímia antroponímica
5. para localidades com toponímia étnico-cultural

Localidades	Classificação
Pinheiros	1
Serra da Pedra Menina	1
Matinho	1
Tigres	1
Fazenda Brejaúbas	1
Fazenda da Serra	1
Brejaúba	1
Fazenda Vargem Alegre	1
Tico-Tico	1
Indaiá	1
Fazenda Floresta	1
Fazenda Pau d'alho	1
Floresta	1
Paíol	1
Fazenda da Mutuquinha	1
Fazenda Mutuca	1
Canário	1
Fazenda Canário	1
Serra Tira- Couro	1
Cascalhau	1
Fazenda Cascalhau	1
Fazenda Goiabeira	1
Bananal	1
Mutuca	1
Fazenda Serrinha	1
Fazenda Pedra Preta	1
Fazenda Córrego Fundo	1
Serra do Bom Jardim	1
Abóboras	2
Pedra Menina	2
Chacrinha	2
Fazenda da Chacrinha	2

Fazenda Estiva	2
Terça	2
Fazenda Carranquinha (alambique)	2,3
Palmital dos Carvalhos	4
Palmital dos Pereiras	4
Martins	4
Couto de Cima	4
Cunhas	4
Fazenda dos Cunhas	4
Abreus	4
Fazenda Córrego dos Pereiras	4
Fazenda dos Pereiras	4
Fazenda José Lima	4
Patrício	4
Vargas	4
Palmital dos Mateus	4
Alto do Pedro Ferreira	4
China	5
Carrancas	5
Carranquinha	5
Fazenda Galego	5
Galego	5
Bumba	5
Fazenda Bumba	5
Japão	5
Fazenda do Cascalho e laticínio Ribeiro Fonseca (palmira)	1,2,4
Fazenda da Cota	4
Ponte do Piranguinho	5
Serra da Trapizonga	4
Fazenda da Trapizonga	4
Fazenda da Glória	4